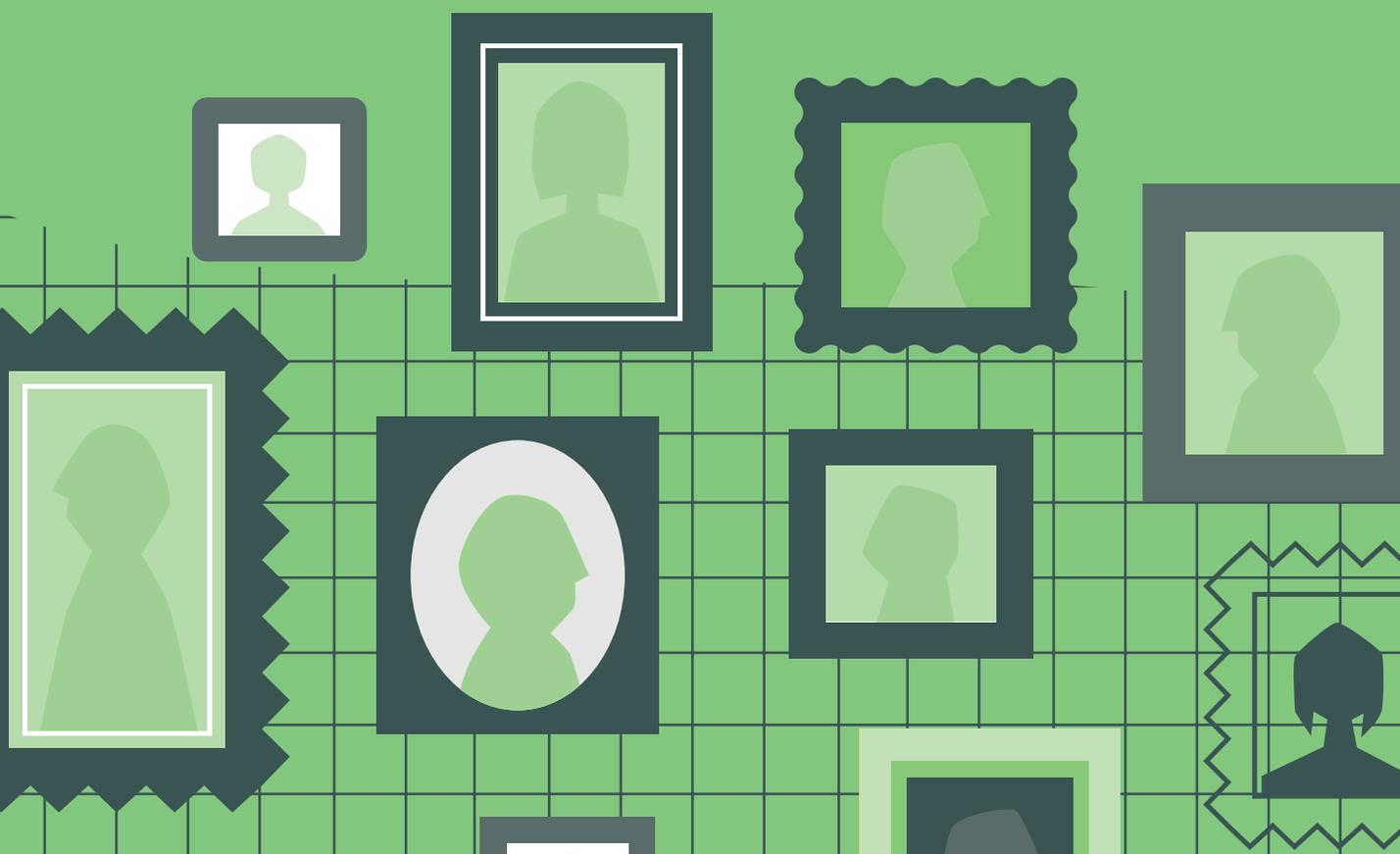


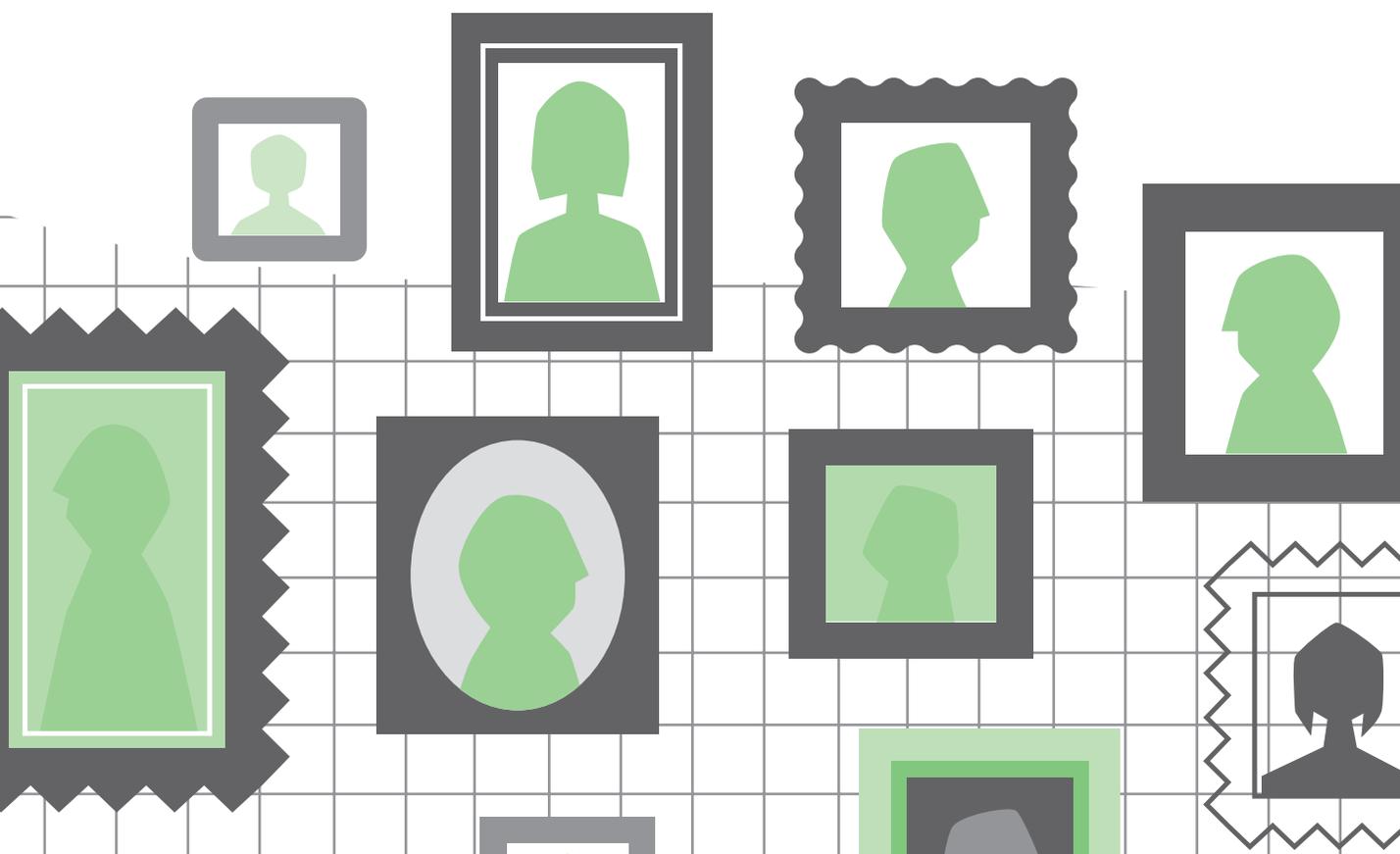
Anderson Gonçalves Costa
Eloisa Maia Vidal
Organizadores

Spaece história, memórias, atores e políticas (1992 - 2022)



Anderson Gonçalves Costa
Eloisa Maia Vidal
Organizadores

Spaece
**história, memórias,
atores e políticas
(1992 - 2022)**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Governadora

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Maria Oderlânia Torquato Leite
Secretária Executiva de Gestão da Rede Escolar

Márcio Pereira de Brito
Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios

Stella Cavalcante
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna

Ana Gardennya Linard Sírío de Oliveira
Assessora Especial de Gabinete

Maria Elizabete de Araújo
Assessora Especial de Gabinete

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Hidelbrando dos Santos Soares
Reitor

Dárcio Ítalo Alves Teixeira
Vice-Reitor

Cleudene de Oliveira Aragão
Editora da EdUECE

Conselho Editorial EDUECE

Antônio Luciano Pontes
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso
Francisco Horácio da Silva Frota
Francisco Josênio Camelo Parente
Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes
Liduina Farias Almeida da Costa
Lucili Grangeiro Cortez
Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos
Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Marcony Silva Cunha
Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge
Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Coordenação Editorial

Ana Gardennya Linard Sírío de Oliveira

Revisão Ortográfica

Ive Marian de Carvalho Domiciano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S732 Spaece história, memórias, atores e políticas (1992 – 2022) vol.1 / Anderson Gonçalves Costa; Eloisa Maia Vidal (organizadores). – Fortaleza: SEDUC; EdUECE, 2022.

116p. : il.
ISBN 978-65-89549-90-1

1. Spaece - história. 2. Avaliação - educação. 3. Política educacional. I. Costa, Anderson Gonçalves, org. II. Vidal, Eloisa Maia, org. III. Título.

CDD: 372.48

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
1. JOSÉ MARCELO FARIAS LIMA	11
2. MARIA IACI CAVALCANTE PEQUENO	16
3. ESTEFÂNIA MARIA ALMEIDA MARTINS	28
4. RUI RODRIGUES AGUIAR	36
5. MAURÍCIO HOLANDA MAIA	44
6. LUIZ EDUARDO MENEZES LIMA	56
7. ELOISA MAIA VIDAL	65
8. MARIA JOYCE MAIA COSTA CARNEIRO	72
9. ALÉSSIO COSTA LIMA	77
10. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO	88
11. ANTÔNIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR	95
12. MARIA DA CONCEIÇÃO ÁVILA DE MISQUITA VINAS	104
13. FRANCISCO KENNEDY SILVA DOS SANTOS	109
14. ROGERS VASCONCELOS MENDES	116
15. LUCIANO NERY FERREIRA FILHO	130
16. ELIANA NUNES ESTRELA	145
17. KELEM CARLA SANTOS DE FREITAS	151
SOBRE OS ORGANIZADORES	157

Apresentação

Prezado(a) leitor(a),

Neste ano de 2022, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace) completa 30 anos de criação, momento oportuno para celebrar o instrumento que tem permitido o conhecimento da realidade da educação básica do Ceará. É também ocasião adequada para conhecermos os debates em torno da avaliação estadual, bem como os desafios para sua implementação, que não são poucos, sobretudo se considerarmos as inflexões causadas pela pandemia da Covid-19, que, desde 2020, tem exigido esforços diversos na gestão da educação.

Foi pensando nesses fatores que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) empreendeu esforços para realizar um evento comemorativo dos 30 anos do Spaace, com o objetivo de envolver gestores, professores, técnicos e demais profissionais da educação das redes estadual e municipal nos debates sobre a avaliação educacional, que são tão presentes em nossas instituições, desde a Seduc, as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede), Secretarias Municipais de Educação (SME), chegando até as nossas tantas escolas.

Como forma de celebração dessa data, apresentamos a Coleção Spaace 30 anos, que reúne tanto a história do Spaace, contada por diversos profissionais responsáveis por sua implementação desde a sua criação, como produções acadêmicas que tomam o Spaace como objeto de investigação, muitas delas produzidas por professoras e professores da rede estadual que, motivados por suas práticas, buscaram analisar e contribuir com o fortalecimento do Spaace.

Falar da importância da avaliação externa vai muito além da mensuração dos níveis de aprendizagem dos estudantes. Os resultados servem como balizadores para professores e gestores decidirem quais rumos podem tomar em suas escolas e salas de aula para a garantia de uma aprendizagem mais significativa dos estudantes. O leitor perceberá que a coleção ora apresentada, além de celebrar o Spaace, busca situá-lo no contexto da política educacional cearense, demarcando um lugar que lhe pertence e que nem toda política pública consegue alcançar.

A avaliação externa é um processo que visa analisar e avaliar as atividades realizadas por uma organização, de forma independente. O objetivo da avaliação externa é fornecer um diagnóstico imparcial sobre a situação da organização, bem como identificar pontos fortes e fracos e recomendar ações para melhorar a sua eficiência e eficácia. No caso do Spaace, caracteriza-se como uma avaliação que, desde 1992, avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. Como

sabemos, o Spaece é peça estratégica para os bons resultados que têm sido alcançados pela educação do Ceará, e a ele pode ser atribuído, desde 1992, a causa e a circunstância para criação e fortalecimento de uma cultura de avaliação em nosso Estado.

As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos, que permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem, seus pontos fracos e fortes, e sobre as características dos professores e gestores das escolas estaduais. Tratando-se de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita ainda acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo, servindo também como bases de dados para estudos e pesquisas de professores, pesquisadores do estado do Ceará e de outros estados.

A continuidade dessa política nos últimos trinta anos não deixa escapar que, pelo debate, aperfeiçoamento e inovações das políticas públicas, é possível garantir uma educação de qualidade, e a qualidade, ao ser convocada, remete à tarefa de avaliar.

Nesta coleção dos 30 anos do Spaece foram reunidos estudos, histórias, produções científicas, políticas e pesquisas, com propostas de ação sobre a avaliação externa por professores-pesquisadores da rede estadual do Ceará.

E é nesse clima festivo que desejamos que a leitura deste material enseje novas reflexões nas escolas, universidades, organizações científicas e demais instituições que têm a educação como sua razão de ser. O Spaece, com sua história e resultados, é reconhecido por todos aqueles que se preocupam com o futuro de nossas crianças e jovens, como demonstram os textos que se seguem. É preciso refletir sobre o que já foi feito e lançar novas questões sobre o vir a ser nestes novos tempos anunciados.

Desejo uma boa leitura a todos(as)!

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação do Estado do Ceará

Introdução

Os analistas de políticas educacionais sabem que a compreensão delas não é tarefa fácil, envolve distintos movimentos para aproximação do objeto, desde as suas margens até o núcleo de sua constituição. Não por acaso, é comum que todo exercício de análise de políticas seja precedido por um movimento de resgate histórico, a fim de se compreender o problema que origina a ação. Por isso, concorda-se com Vieira (2000)², que afirma a importância das lógicas do passado no estudo da política educacional, principalmente na observação dos contornos que o passado delineia no presente, ou como o presente ressignifica as políticas que antes foram delineadas. E por que não falar das rupturas e descontinuidades tão visíveis?

Para uma aproximação que se queira do passado, é necessário o levantamento de fontes – muitas das quais escritas, sendo a oralidade uma importante ferramenta para esse fim. Coletar os relatos de agentes educacionais é uma atividade comum no campo da pesquisa em política educacional, que se beneficia dos fundamentos da pesquisa qualitativa para uso dessas fontes. Entretanto, o acesso ao material que gera ricas e diversas reflexões é limitado, uma vez que é de responsabilidade e guarda do pesquisador, sendo de conhecimento, portanto, as análises que são publicadas.

Este é um livro cujo objetivo não é a apresentação de análises da política educacional, mas, tão somente, em um primeiro momento, registrar as memórias e as histórias do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) segundo os atores envolvidos em seu processo de implementação nos últimos trinta anos (1992 - 2022). Exercício cuja importância reside na publicização do processo de constituição de uma política educacional que, não raras vezes, é desconhecida nos debates sobre o tema. Trata-se, portanto, de (re)conhecer a participação de atores, instituições, mas também de ideias e conflitos que permitiram que a política se modelasse e remodelasse no intercurso de seu próprio amadurecimento.

Em uma cultura de apagamento dos bastidores de implementação de políticas públicas, que acompanha a tão conhecida descontinuidade entre governos, o

.....

² Vieira, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. Brasília: Editora Plano, 2000.

relato dos executores da ação permite que os interessados pela temática tenham acesso a novas nuances de seus processos de constituição, o que pode suscitar novos objetos de reflexão em torno da avaliação educacional no estado do Ceará, contribuindo para seu fortalecimento e correção de rumos. Os relatos aqui reunidos tratam, em muitos momentos, de aspectos intersetoriais das políticas educacionais e mesmo de políticas que transversalizam a avaliação da educação, constituindo, muitas vezes, obstáculos que precisaram ser racionalizados.

A digressão de trinta anos de uma política pública revela também que governos de diferentes matizes foram instituindo aspectos que contribuíram com a robustez do que hoje se conhece, isso em razão da *expertise* daqueles que lidavam com a operacionalização da avaliação educacional desde 1992. Os diferentes governos que marcaram as últimas três décadas, embora constituídos por lideranças vinculadas a partidos políticos e vertentes ideológicas distintas, conseguiram assegurar a continuidade e aperfeiçoamento de algumas políticas educacionais, e o Spaece, inegavelmente, é uma dessas iniciativas.

Ao longo destes trinta anos, muitos técnicos estiveram na linha de frente da Secretaria de Educação, implementando o Spaece, e maior número ainda de profissionais se espalharam pelas Coordenadorias Regionais de Educação e Secretarias Municipais de Educação, atuando diretamente na realização do exame que tem contribuído para a melhoria do desempenho dos estudantes cearenses e servido de parâmetro para definição de um amplo repertório de iniciativas no campo da política educacional.

Por meio dos entrevistados para este livro, prestamos uma homenagem a todos os técnicos, gestores, professores e alunos que, em algum momento de suas trajetórias, se envolveram com o Spaece. Na gestão pública, a vontade do governante só tem eco e consegue ganhar capilaridade num sistema extenso e complexo como é a educação se as equipes técnicas assumem com compromisso e responsabilidade seu papel de executores da política.

Anderson Gonçalves Costa
Eloisa Maia Vidal



José Marcelo Farias Lima

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Ingressei na Secretaria de Educação do estado em 1964, exerci algumas funções na área administrativa. Participei da implementação de ações financiadas pela Aliança para o Progresso, acordo entre Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que tinha como uma de suas principais linhas de funcionamento a capacitação de professores leigos (não titulados), que eram, à época, a maioria absoluta. Assumi a coordenação do Pró-município, e, depois do Programa de Zona Rural (Prorural), de 1976 a 1987. Em 1992, assumi a Diretoria de Desenvolvimento Curricular da Secretaria Estadual de Educação, que era composta por três grandes departamentos: Departamento de Currículos e Programas, Departamento de Estudo e Pesquisas, Departamento de Recursos Humanos.

SPAECE ANTES DO SPAECE

Em 1992, solicitei a exoneração do cargo na Seduc, para assumir a direção de uma empresa na área civil, quando a secretária me convidou para assumir a Diretoria de Desenvolvimento Curricular após a saída da professora Solange Rosa. Aceitei o convite, no início de um novo governo, em que o governador Ciro Gomes lançou o programa “Educação, a Revolução de uma Geração”. Encontrei na diretoria várias ações muitas expressivas que contavam com a participação de mais de trezentos professores e técnicos das diversas universidades do Ceará. As principais ações eram a elaboração de material de ensino e aprendizagem, de propostas curriculares para o 1º e 2º grau de todas as disciplinas, de materiais de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática para o 2º grau, de capacitação de professores para implantação do método construtivista para milhares de professores e de prova de qualificação de professores (o famoso Provão, que não deu certo). Quando assumi, senti que faltava de firmeza na condução dessas ações, sendo necessárias medidas mais rigorosas que garantissem a conclusão de todas as ações.

Nessa época, quando começou a avaliação, houve uma reação muito grande das escolas. Não me lembro bem qual foi o grupo que puxou esse processo.

Quando assumi, já estava implantada uma equipe que tratava da avaliação e que era composta por Estefânia, Iaci Pequeno e outros técnicos; inclusive, tinha, na direção, uma professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que não aceitou a nova forma de trabalhar, e então renunciou, sendo substituída pela professora Estefânia, que, com aquele grupo, levou adiante a ação avaliadora.

O ACORDO MEC-USAID, O BANCO MUNDIAL E O MODELO DE AVALIAÇÃO

Por via de consequência eu acho que sim, que essas agências internacionais tiveram influência na criação das avaliações no Ceará. Hoje, o modelo está superado; mas, na ocasião, era o que havia de melhor. Antes, as escolas não eram avaliadas, e pesava no seu conceito o aspecto físico e organizacional, e a gestão da aprendizagem era deixada de lado.

MARIA LUIZA CHAVES E AS IDEIAS SOBRE AVALIAÇÃO

Havia rejeição da escola as propostas de avaliação. Os professores orientavam os alunos a não responder as provas e tiravam alunos de sala de aula. Então as coisas foram avançando aos poucos e se consolidaram com o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O PIONEIRISMO DO CEARÁ NA AVALIAÇÃO

Não me lembro se foi o primeiro a aplicar avaliação em larga escala. Mas quero destacar que, no período em que estive na Diretoria de Desenvolvimento Curricular, o grupo coordenado pela professora Estefânia realizou o cruzamento das informações dos resultados das avaliações em relação com o regime de trabalho e o nível de escolaridade do professor. Dentre as conclusões, quanto mais estável [o professor], menor o rendimento de seus alunos, e, quanto mais instável [o professor], maior o rendimento de seus alunos; quanto maior o nível da escolaridade [do professor], menor o rendimento dos alunos, e, quanto menor nível de escolaridade [do professor], maior o rendimento dos alunos; além de outros exercícios dessa natureza. Eu achei muito interessante, eu passei só um ano nessa diretoria, porque, logo em seguida, eu fui para Maracanaú. O grupo de avaliação era muito competente e comprometido, apostou todas as fichas na avaliação, sendo o grande responsável pela implantação da avaliação externa nas escolas e colocando o estado do Ceará em primeiro plano. Na época, a reação negativa dos profissionais da educação se dava sobretudo porque tinham a clareza de que estavam também sendo avaliados.

O grupo de avaliação era muito competente e comprometido, apostou todas as fichas na avaliação, sendo o grande responsável pela implantação da avaliação externa nas escolas e colocando o estado do Ceará em primeiro plano.

.....

O SPAECE NOS MUNICÍPIOS

A importância do Ideb foi grande, tive a oportunidade de falar com o ministro Haddad e dizer que a educação no Brasil teve o índice como um divisor de águas. Todos passaram a ser avaliados: o aluno, o professor, o gestor escolar, o secretário de educação, o prefeito e o governador. Na primeira avaliação das cem primeiras escolas do Ceará, 22 dos primeiros colocados eram de Maracanaú. Saí do município em 2005, voltei em 2007 e criei a Diretoria de Avaliação e Monitoramento, com o objetivo de avaliar a aprendizagem dos alunos, antecipando as avaliações promovidas pelos governos estadual e federal, podendo proceder correções.

O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) E O SPAECE

Em 2004, eu fiz parte de um grupo composto pela Assembleia Legislativa e outros órgãos, e, na ocasião, foi realizada uma avaliação nas escolas que constatou que muitos alunos chegavam ao 5º ano analfabetos. O Paic foi uma ação efetiva, uma política pública eficaz, que propiciou aos municípios capacitação, materiais de ensino e aprendizagem e metodologia para reversão desse quadro. Faço uma ressalva com relação ao ranqueamento dos municípios e das escolas, visto que compara desiguais. Há uma prevalência dos aspectos cognitivos sobre os valores a serem trabalhados em educação.

IMPACTOS DAS NOVAS REGRAS DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) SOBRE OS MUNICÍPIOS

Os municípios situados nas regiões metropolitanas, principalmente nas regiões subdesenvolvidas, situam-se no cinturão da miséria, circundando as grandes cidades. Suas características são grande parte da população em regime de pobreza absoluta e alto índice de desemprego, desigualdade social, além problemas habitacionais, violência, abuso de drogas etc. O sistema educacional de Maracanaú está bem estruturado, com boa qualidade do parque escolar, todos os profissionais do magistério e gestores concursados, formação continuada, programa de manutenção escolar descentralizado para escola, fortalecimento dos coordenadores pedagógicos, coordenação financeira. Tudo isso ainda não convertido em resultado para todas as escolas. Tem sido um grande investimento, ainda não capaz de proporcionar os resultados esperados.

Também deve-se considerar, além desses aspectos referentes às escolas e alunos, o fato de que grande parte dos professores trabalham cem ou duzentas horas no município e mais cem ou duzentas horas em Fortaleza ou em outro município da região metropolitana ou do estado. Entendo que é importante que o professor trabalhar em tempo integral na profissão, o que garante a profissionalização desse professor. Essa política foi implementada pelo município; mas, com os sucessivos concursos feitos pelo estado e pelo município de Fortaleza, os professores foram dividindo a carga horária, sobretudo porque a maioria absoluta reside em Fortaleza. Há outros problemas que interferem no desempenho docente, como a vitimização em relação às condições de trabalho, apregoadas pelos órgãos de classe. A falta do docente é outro grave problema, comprometendo de forma acentuada o processo ensino e aprendizagem, visto que, quanto mais estável forem os professores, menor é seu compromisso. E, no caso, todos os professores de Maracanaú são concursados.

SPAECE, SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) E OUTRAS AVALIAÇÕES

Não é fácil a solução, mas o que é certo é que a escola possa administrar o processo educativo em razão de resultados esperados, específicos, fechados. O professor é avaliado positivamente se ele ensina aquilo que cai na prova. Contrariando, assim, um projeto pedagógico mais consistente, mais amplo e, sobretudo, uma formação holística do cidadão. Eu acho que esse modelo privilegia o cognitivo em detrimento de outros valores a serem considerados na educação, correndo sério risco de formar pessoas letradas mas com comportamento social afetado pela ausência da construção de uma ética mais fortemente engajada com a cidadania. Os alunos são provenientes, em grande parte, de comunidades que vivem na linha de pobreza absoluta, precisam encontrar na escola essa formação mais sólida.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SPAECE

A avaliação institucional era feita também em Maracanaú, com resultados favoráveis. Em decorrência dos resultados, planejava-se o processo de formação continuada. O processo de formação ocorre desde 1993.

OS RESULTADOS DO SPAECE NA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Todos os resultados de avaliação são sistematizados pela Diretoria de Avaliação, certificados e socializados com a equipe da Secretaria de Educação e com as escolas. Saliento a competência da Diretoria de Avaliação, que, inclusive, num processo de avaliação nacional, foi selecionada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para reformular o Saeb.

PREMIAÇÃO E BÔNUS ASSOCIADO AO DESEMPENHO

Num país onde os salários são baixos, todo adicional é positivo. No entanto, acho que o ideal seria uma política salarial decente que garantisse um desempenho eficiente do profissional. Em Maracanaú, foram criados alguns incentivos: o décimo quarto salário para todos os profissionais das escolas que atingissem as metas do Ideb e 10% de aumento nos salários de professores do 1º ano que alfabetizassem acima de 90% de seus alunos no ano subsequente.

A Diretoria de Avaliação realizava a cada ano a avaliação de todas as turmas do 1º ano, e então gerava a relação de professores premiados. Com relação ao Ideb, o referencial eram as metas preestabelecidas para cada escola. O ideal é que cada professor tivesse consciência profissional independente de outros incentivos e desempenhasse com dignidade suas funções.

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME) E ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ (APRECE) NA FÓRMULA DO ICMS

Na época em que participava da Undime, como presidente, tentamos participar mais ativamente. Houve reuniões com a Secretaria de Educação do Estado,

muito se discutiu, mas, na hora de mudar as regras propostas, nada aconteceu. Quanto à Aprece nunca houve um posicionamento a esse respeito. O estado sempre ditou as decisões, e os municípios não são chamados para a discussão, e sim para o cumprimento do que for determinado.

Eu me inscrevo entre os municipalistas. O município é a esfera mais importante, porque é a divisão administrativa que está mais próxima do território, dos habitantes, das demandas e do poder de decisão, mas historicamente tem sido prejudicado em recursos. Ao longo do tempo, houve a descentralização de obrigações da esfera estadual e federal nos municípios, mas continua a centralização de recursos. As demandas sempre alcançam o prefeito, mas não governadores e presidente, que estão distantes. Os municípios assumem cada vez mais encargos e recebem a menor fatia de recursos. Há necessidade de uma reforma tributária para que essa situação se resolva.



Ao longo do tempo, houve a descentralização de obrigações da esfera estadual e federal nos municípios, mas continua a centralização de recursos.

.....

O SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Acho que os avanços, a modernização, a tecnologia de ponta são imprescindíveis, e os educadores desse futuro próximo devem ter outro perfil profissional. As instituições de ensino superior obrigatoriamente têm que definir novos paradigmas para esses profissionais. O meu sonho é a construção de uma escola moderna, autônoma que se insira no contexto social, político, econômico e cultural e proceda mudança, transformações e avanços necessários. Que cada escola tenha a sua cara e fuja de um padrão. Eu não sei qual seria o novo modelo, mas deve ser cada vez mais modernizado e abrangente. A avaliação externa é irreversível e necessária nos sistemas de ensino, por isso cada município deverá, cada vez mais, fortalecer o processo avaliatório.



Maria Iaci Cavalcante Pequeno

TRAJETÓRIA

Eu ingressei na Seduc em 1978 e saí em 2013, ao me aposentar. Eu era conhecida como a “jurássica” do Spaece, por ser a mais antiga da equipe, já que alguns colegas daquele período já haviam se afastado. Particpei do Spaece desde o primeiro ciclo, em 1992, até o ciclo de 2011. No ciclo de 2013, eu já estava envolvida em outras atividades, à espera da aposentadoria.

OS PRIMÓRDIOS DA AVALIAÇÃO NO CEARÁ

Em 1978, quando cheguei, já existia uma equipe de pesquisa bem antiga. Eu me lembro de participar de um programa de avaliação. Não existia ainda avaliação em larga escala, mas nós participávamos de pesquisas avaliativas de programas, sendo o mais conhecido o Estudos Avaliativos de Programas Educacionais em Desenvolvimento no Meio Rural – Polonordeste Sertões de Quixeramobim e Médio Jaguaribe, cujo consultor era o professor Hélio Leite, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esses estudos foram financiados pelo Inep e se utilizou, pela primeira vez no estado, o desenho de avaliação proposto por D. Stufflebean e E. Guba, muito prestigiado na época, o modelo Contexto, Entrada, Processo e Produto (CEPP). No Edurural, nós éramos participantes, a equipe do professor Hélio Leite e mais outros professores, como a professora Bernadete Gatti, da Universidade de São Paulo (USP), a professora Claudia Davis, da Fundação Carlos Chagas (FCC) e o professor Jacques Therrein (UFC), compunham a coordenação. A participação da equipe de pesquisa consistia em fornecer material da secretaria e participar de discussões dos instrumentais e no trabalho de campo e na divulgação dos resultados. Nós íamos para os seminários de apresentação dos relatórios, viajávamos para os estados envolvidos: Piauí, Ceará e Pernambuco.

Quando a professora Maria Luíza Chaves² assumiu a secretaria, ela resolveu mudar. Naquela época, tivemos certa resistência, porque ninguém gosta, quando está fazendo algo achando que está dando certo, de mudar. Ela fez a junção da equipe de Pesquisa com a equipe de Currículo da Seduc, responsável pela avaliação de aprendizagem realizada pelos professores das escolas, passando a ser um Departamento de Avaliação. Então, ela o ampliou e deu mais status à avaliação. O núcleo de Pesquisa não retornou, prevaleceu o de Avaliação, embora mais tarde tenha sido criado um Núcleo de Inovação e Pesquisa. Tinha muito questionamento também de que a pesquisa deveria ser feita pelas universidades, e não pela secretaria. Mas, de certa forma, as universidades prepararam as unidades de gestores de sistemas para esse tipo de ação, para as pesquisas e avaliações de programas, e isso foi muito importante na implementação das avaliações em larga escala (Saeb e Spaece), porque nós já as vínhamos discutindo e tínhamos certa experiência no assunto.

Nossa secretaria se diferenciava nos encontros nacionais, porque outros estados não tinham equipes já formadas e com certa experiência em atividades de pesquisa e avaliação, mas nós tínhamos uma história. A primeira coisa que fiz quando cheguei na Seduc foi um curso de metodologia da pesquisa, por conta dos critérios para entrar na equipe de pesquisa. Veja bem, era no tempo dos coronéis, a influência política era grande, mas lá, no nosso setor de pesquisa, mais tarde de avaliação, fazia-se de tudo para ter critérios de ingresso, tinha que ter pelo menos especialização em metodologia de pesquisa. A secretaria patrocinou essa especialização, porque, na época, ainda não era mestrado.

Nossa secretaria se diferenciava nos encontros nacionais, porque outros estados não tinham equipes já formadas e com certa experiência em atividades de pesquisa e avaliação, mas nós tínhamos uma história.

ORIGEM E PRIMEIROS CICLOS DO SPAECE: A AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO CEARÁ

Sobre a origem, pode-se destacar como primeiro fator, o fato da secretária de educação, Maria Luiza Chaves, ser professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ela valorizava muito a pesquisa e a avaliação, tanto que, antes dela, existia na Seduc somente o Núcleo de Pesquisa, e ela o ampliou e criou o Departamento de Pesquisa e Avaliação, melhorando e dando maior importância a essa atividade. Um segundo fator que influenciou foi a criação do Saeb que representou um forte indutor para a implementação do Spaece. Por quê? Porque, quando o Saeb surgiu, em 1990, ele não era terceirizado, as secretarias estaduais de educação faziam praticamente tudo, participavam de todas as etapas da avaliação. Para tanto, os técnicos do MEC e do Inep davam um treinamento exaustivo na Fundação João Pinheiro. Para o primeiro Saeb, eles convocaram os estados para um treinamento de mais de quinze dias, para que se pudesse realizar a avaliação nos estados. Isso foi em

² Maria Luiza Chaves foi professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e assumiu a Secretária de Educação no Governo Ciro Gomes (1990-1993).

1990, e Júlio Jacobo Waiselfisz, o Coordenador Geral no Inep e foi o responsável pelo Saeb. A Fundação João Pinheiro (FJP), de Minas Gerais, fornecia o local, a logística e materiais para os treinamentos.

O Ceará, como já tinha uma equipe estruturada, foi um dos poucos estados do Brasil que elaborou o relatório estadual da avaliação. O Inep fazia o relatório geral, que demorou bastante, no primeiro ciclo e os estados, a partir dos dados coletados, faziam seus relatórios. Nós fizemos o nosso, inclusive recebemos elogios do então presidente do Inep, que enviou para a secretária uma carta de elogio pela qualidade do relatório elaborado. Então nos debruçamos e disseminamos as informações fornecidas no relatório. Para mim, isso foi importante, porque também foi uma forma de aprender e fazer. “Botávamos a mão na massa”, analisávamos e interpretávamos os resultados do estado e então elaborávamos o relatório com a consultoria e a orientação do Inep.

Para mim, isso foi importante, porque também foi uma forma de aprender e fazer. “Botávamos a mão na massa”, analisávamos e interpretávamos os resultados do estado e então elaborávamos o relatório com a consultoria e a orientação do Inep.

.....

Mas os professores, os agentes das escolas, não se viam representados naqueles resultados. Por quê? Porque o Saeb utilizava uma amostra e reproduzia para as escolas dados gerais sobre o estado, e eles então diziam: “Ah, mas eu queria ver o resultado da minha escola”. Em que pese a importância e a relevância da estatística inferencial, eles não acreditavam nos resultados, não se viam neles, e reivindicaram à secretaria os dados da sua escola, especificamente.

Assim, com a vontade política do gestor geral, somada à criação do Saeb, um terceiro fator pode ser atribuído à reivindicação dos professores e agentes escolares, e em 1992 surgiria a Avaliação do Rendimento Escolar do Ceará. Inicialmente, era uma avaliação do rendimento escolar dos alunos de 4ª a 8ª séries das escolas estaduais e ficou conhecida como Avaliação das 4ª e 8ª séries.

A Avaliação do Rendimento Escolar do Ceará foi concebida como uma avaliação em larga escala, envolvendo alunos das séries de saída do antigo 1º grau, hoje Ensino Fundamental, com a finalidade de subsidiar políticas voltadas para a melhoria das aprendizagens, com base na aferição de desempenho de alunos. Em se tratando de uma avaliação externa, era necessário envolver uma instituição não diretamente envolvida com o objeto avaliado, portanto foram contratados a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede), sendo um ano a FCPC e outro ano o Cetrede. Faziam parte dessas instituições, e foram muito importantes na implementação do sistema de avaliação, o professor da João Batista Gomes Neto, mais tarde presidente do Inep, e os professores Roberto Cláudio Frota Bezerra e Nicolino Trompieri Filho, da UFC. Este último, eu diria, o mais importante, porque vinha trabalhando com a equipe de pesquisa e avaliação já havia algum tempo.

Para traçar o desenho da avaliação, foi realizado, conjuntamente com a Seduc, por meio da equipe de pesquisa e avaliação, e a instituição contratada, com os professores já mencionados, um amplo processo de discussão e debates,

reuniões de trabalho etc. A meu ver, foi um casamento que deu certo. Tínhamos uma participação ativa, mas preservando sempre o caráter de isenção. Os professores contratados apresentavam a proposta (já discutida com a equipe da Seduc) para a Secretária, que, por sua vez, negociava e depois a aprovava, porque tinha também as questões dos recursos financeiros. Então eram definidos os papéis. Quais eram os papéis da FCPC ou do Cetrede? Eles eram responsáveis pela formulação, reformulação, controle de qualidade (validação e pré-testagem) e aplicação dos instrumentos, processamento de dados, análise estatística computacional e elaboração dos relatórios. A nossa parte era bem demarcada: era a sensibilização, a preparação das escolas, e isso era muito importante e necessário, uma vez que se tratava de uma experiência nova, que não se tinha ainda uma cultura desse tipo de avaliação no estado nem no Brasil.

A nossa parte era bem demarcada: era a sensibilização, a preparação das escolas, e isso era muito importante e necessário, uma vez que se tratava de uma experiência nova, que não se tinha ainda uma cultura desse tipo de avaliação no estado nem no Brasil.

Preparava-se as escolas para que elas garantissem a participação dos alunos no dia da avaliação. Recebíamos treinamento dos professores contratados e então treinávamos os aplicadores e supervisores e participávamos da supervisão dos trabalhos de campo. A secretaria cedia os transportes, havia equipes de supervisores para capital e para o interior.

O primeiro ciclo da avaliação foi realizado só em Fortaleza, então fizemos a supervisão geral. Para mim, o mais importante da nossa participação foi a realização do relatório síntese elaborado pela equipe de pesquisa e avaliação da Seduc, a partir do relatório técnico dos professores contratados, o qual era apresentado com muitos dados técnicos, estatísticas e gráficos que dificultavam a compreensão. Então, fazíamos um documento síntese com uma linguagem mais acessível, dando um caráter mais pedagógico e didático. Os professores contratados examinavam e, só então, disseminávamos amplamente nos seminários de divulgação dos resultados. Esse era o nosso papel, e isso foi feito com muita dedicação e seriedade, e deu certo, funcionou essa parceria com as instituições já citadas.

Acho importante ressaltar que, quando o Spaece começou, mais precisamente nos ciclos de 1992, 1993 e 1994 (ele iniciou com periodicidade anual), o desenho era pautado em três eixos e dimensões (a qualidade do ensino, a produtividade do sistema e o indicador infraestrutura física das escolas), e isso norteou os primeiros parâmetros da avaliação. O que era a qualidade do ensino? A qualidade do ensino era entendida como o nível de aprendizagem dos alunos atingido pela escola nas áreas básicas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática. A produtividade do sistema procurava medir a progressão do aluno nas séries, a proporção dos alunos aprovados, em relação ao número de alunos que a escola recebia, e, para isso, era determinada uma taxa que se chamava taxa de sucesso, que correspondia ao total de alunos aprovados em relação à matrícula inicial somados os admitidos e subtraídos os transferidos. A importância disso era que se usava os dados do

Censo Escolar³, até então subutilizados, mas que já vinham sendo coletados havia algum tempo. Com isso, observou-se um uso muito pertinente, porque se utilizava os dados do censo para obter essas taxas, e a escola já os havia coletado antes. Foi um embrião da chamada Gestão para Resultados, que surgiria mais tarde com a professora Sofia Lerche Vieira, e depois com o Ideb, utilizando as taxas de aprovação e desempenho escolar. A infraestrutura era a utilização da capacidade física instalada quanto ao nível de conservação da escola, seus ambientes, instalações e equipamentos. Essa capacidade física instalada era também entendida como a quantidade ideal de alunos que a escola poderia receber de acordo com seus turnos de funcionamento e número de turmas. Na época, às vezes, observava-se muitas escolas superlotadas, e outras escolas, ociosas.

o desenho era pautado em três eixos e dimensões (a qualidade do ensino, a produtividade do sistema e o indicador infraestrutura física das escolas), e isso norteou os primeiros parâmetros da avaliação.

Essas informações eram obtidas na secretaria, no setor administrativo e por questionários. Aplicava-se um questionário na escola por ocasião do dia da avaliação, e, depois, esses dados eram coletados e apresentados em três relatórios: o relatório geral, que apresentava principalmente a qualidade do ensino. Os resultados dos rendimentos dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, que utilizava, nessa época, a Teoria Clássica dos Testes (TCT)⁴, não se usando então a Teoria de Resposta ao Item (TRI)⁵. Calculava-se o percentual de acertos de alunos no teste e se atribuía uma nota. O importante é que cada escola recebia o seu indicador de qualidade em anexo ao relatório. Havia também os relatórios da produtividade do sistema e da infraestrutura física das escolas. Ressaltando que essa sistemática a qual me referi somente foi utilizada nos três primeiros ciclos de aferição do Spaece.

Com intuito de atender ao planejamento político-estratégico de 1995 a 1998, essas dimensões da infraestrutura física da escola e produtividade do sistema foram substituídas pelos indicadores contextuais referentes ao professor e à

³ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O Censo é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA), educação escolar indígena, educação profissional, etc.

⁴ As análises realizadas a partir da TCT são focadas no escore obtido no teste, em contraste com a TRI, que têm por foco o item. Assim, um aluno que responde a uma série de itens e recebe um ponto por cada item corretamente respondido, obtém, ao final, um *escore total* (que é a soma destes pontos).

⁵ A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é um modelo que relaciona a habilidade do aluno à probabilidade de que esse aluno responda corretamente um item da prova. À medida que sua habilidade aumenta, também a probabilidade de que acerte os itens aumenta. Ela utiliza um conjunto de modelos matemáticos que relacionam um ou mais traços latentes (não observados) de um indivíduo com a probabilidade de ele responder corretamente a um item. Essa teoria considera que o comportamento humano é consequência de processos hipotéticos chamados de traços latentes.

gestão escolar, constando então o Spaece das dimensões cognitiva e contextual, introduzindo perfil e prática de gestão, perfil e prática docente do professor, nível socioeconômico dos alunos, o que tornou o desenho do Spaece muito semelhante ao do Saeb; porém, com uma distinção fundamental: o Saeb utilizava uma amostra de escolas públicas e particulares e fornecia para as escolas resultados gerais do estado, enquanto que o Spaece, a partir dos dados coletados, construía um indicador de qualidade de cada escola da rede estadual, uma vez que tinha características censitárias.

Passou-se a aplicar também um questionário ao diretor e ao professor. O nível socioeconômico dos alunos era obtido na parte dois dos testes de rendimento. A dimensão da qualidade do ensino permaneceu e continuava sendo obtida pelos resultados dos testes de rendimento em Matemática e Língua Portuguesa e apresentada no relatório geral, em que eram incluídos os relatórios contextuais do professor e do diretor. Também se cruzavam variáveis de rendimentos dos alunos com as variáveis contextuais, utilizando-se análises multivariadas. A questão central era até que ponto essas variáveis contextuais interferiam nos resultados de desempenho dos alunos. Essa sistemática pautou os ciclos do Spaece 1996, 1998 e 2000.

Também se cruzavam variáveis de rendimentos dos alunos com as variáveis contextuais, utilizando-se análises multivariadas. A questão central era até que ponto essas variáveis contextuais interferiam nos resultados de desempenho dos alunos.

.....

O primeiro ciclo do Spaece, em 1992, envolveu todos os alunos da 4ª e 8ª séries da rede estadual do município de Fortaleza, totalizando 14.600 alunos; o segundo e terceiro ciclos, em 1993 e 1994, além de Fortaleza, envolveram os alunos de 4ª e 8ª séries das escolas localizadas na sede das quatorze Delegacias Regionais de Ensino (DRE), totalizando, respectivamente, 21 mil e 23 mil alunos. Em 1996, envolveu os alunos da 4ª e 8ª séries das escolas situadas nas sedes dos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede) – as antigas Delegacias Regionais de Ensino passaram a ser denominadas Crede e foram ampliadas de 14 para 21 –, totalizando a participação de 25 mil alunos. Em 1998, envolveu Fortaleza, as sedes dos vinte Credes e mais dois municípios considerados de pequeno e médio porte, conforme densidade populacional, totalizando cerca de 40 mil alunos das 4ª e 8ª séries das escolas estaduais. Como se pode ver, o Sistema de Avaliação foi aumentando gradativamente a sua abrangência e introduzindo aperfeiçoamentos e inovações. Eu conheço bem a história do Spaece, porque eu era uma entusiasta da avaliação.

Em 2000, a avaliação estadual foi institucionalizada pela Portaria 101, e então se passou a ser denominada Spaece. Contudo, nesse ano, a avaliação não aconteceu, devido a problemas financeiros. E essa institucionalização ocorreu para quê? Para se ter mais segurança e a garantia de sua continuidade, até no nome foi introduzido o caráter permanente, porque, na secretaria, muitas vezes, as ações ficavam à mercê das mudanças das administrações: mudava-se a administração, descontinuavam-se mesmo as ações que, às vezes, estavam dando certo. A institucionalização seria para garantir a continuidade do Spaece mesmo que as administrações mudassem. E nós ainda iríamos “brigar” por sua permanência.

A UTILIDADE DOS RESULTADOS DO SPAECE

Nós estávamos começando, mas sabíamos que a avaliação não tinha um fim em si mesma, ela não poderia ficar só ali com a Seduc. E então elegemos princípios, um deles era o da utilidade, porque nós não poderíamos apenas gastar dinheiro para constatar. E nós falávamos muito nisso nos seminários de divulgação dos resultados, de que a avaliação não poderia servir só para dar visibilidade social e gastar dinheiro de um estado pobre, mas para formular e reformular políticas, fazer as correções de rumo a partir dos resultados, ser útil às várias audiências com vistas à melhoria da qualidade do ensino. No começo, foi muito difícil, foi uma tarefa árdua até para as pessoas aceitarem, porque viam esse tipo de avaliação com receio. Nós não tínhamos ainda uma cultura de avaliação no Brasil, era um campo novo de conhecimento. É oportuno lembrar que ela foi iniciada no Governo Ciro Gomes. O Governo Ciro Gomes fez um provão⁶ em massa para os professores, e então teve um grande movimento de protesto, com o sindicato e tudo, respingando na avaliação do rendimento. Por quê? Porque os professores ficaram achando que a avaliação do rendimento, esse tipo de avaliação em larga escala, tinha também um propósito punitivo, e então eles começaram a desconfiar.

No começo, foi muito difícil, foi uma tarefa árdua até para as pessoas aceitarem, porque viam esse tipo de avaliação com receio. Nós não tínhamos ainda uma cultura de avaliação no Brasil, era um campo novo de conhecimento.

Foi árduo, no começo, não foi fácil. Mesmo na secretaria, alguns gestores não nos viam com bons olhos, porque apresentávamos os resultados ruins, e ninguém gosta disso. Mas nós os inventávamos? Não, nós éramos fiéis, retratávamos a realidade e dizíamos o que se teria que fazer: “olha, os alunos estão mesmo com problemas de leitura, não sabem ler”. Isso foi importante, mais tarde eles viram e lançaram o Paic e as avaliações atreladas a ele. Em 1995, já tinha a história do G8⁷, dos resultados de município. Eu me lembro que nós éramos chamados para falar da avaliação e apresentar os dados em seminários, e foi-se consolidando. Eu acho que em 2003 foi bem mais presente, porque começou a incorporar as metas relacionadas ao abandono, aprovação e o desempenho no Spaece, e foi aumentando, mais ainda em 2007 quando o Spaece foi atrelado às políticas de incentivo e de distribuição dos recursos. Nesse momento, o Spaece passou a ter um papel de destaque, porque, quando começou, a avaliação do Spaece-Alfa era anual; a avaliação do Ensino Fundamental, bianual, dava continuidade à série histórica; e a avaliação do Ensino Médio, anual e atrelada ao Prêmio Aprender para Valer, premiava os alunos que, no resultado da avaliação, estavam no nível adequado com computadores. Recentemente me enviaram uma entrevista da Maria Helena Guimarães de Castro, que já foi presidente do Inep, fazendo elogios

⁶ Quando assumiu o governo em 1990, Ciro Gomes decidiu-se pela realização de uma avaliação docente cuja justificativa estava associada a um diagnóstico sobre os saberes docentes para orientar políticas de formação continuada. Esse exame foi fortemente rejeitado pelos professores, e embora tenha acontecido, seus resultados não foram divulgados nem utilizados.

⁷ Uma analogia criada pelo então secretário de educação à época, Antenor Naspolini, inspirada na criação do grupo de países que constituíram o G7.

ao Ceará, ressaltando a questão da política de responsabilização, a divisão de responsabilidades entre o estado e o município, apontando o Ceará como referência de bons resultados escolares. E, para mim, se se chegou a tanto, não se pode esquecer do papel da avaliação macro.

A RECEPÇÃO DOS RESULTADOS PELAS ESCOLAS

No começo, foi mais difícil, porque existe aquela tendência de você estar fazendo o seu melhor, estar-se empenhando, e então chega um resultado muito ruim, muito crítico. Era natural as pessoas não aceitarem, questionarem. Não era fácil aceitarem aqueles resultados, pois o que mostrávamos era uma nítida tendência de queda no desempenho à medida que avançava a série: quanto maior a série, pior o rendimento, porque o aluno vinha com deficiência da 4ª série, e terminava passando para as séries seguintes; porque não se atacava o problema na sua origem. E dizíamos: “tem que se corrigir naquele momento”, se não se trabalha a deficiência, ela se agrava, aumenta. Essa tendência era mais visível em Matemática.

OFICINAS DE ELABORAÇÃO DE ITENS AOS PROFESSORES

A ideia surgiu da experiência, se não me engano, do próprio Saeb e de outros estados que lançaram essas oficinas, e víamos que eram necessárias. Sua importância foi grande, porque elas alinhavam os conteúdos propostos, os referenciais curriculares e o que o professor praticava em sala de aula, porque havia esse distanciamento, essa falta de alinhamento, quer dizer, essa distância dos conteúdos em que as provas se baseavam, que eram os conteúdos programáticos da Seduc.

No início, havia referenciais curriculares da Seduc para tele-ensino e livro didático. Mas então os professores diziam que as questões dos testes não retratavam a realidade. A oficina foi importante, porque os professores participavam, e então surgiu a elaboração da matriz de referência do próprio Spaece, em que se elencavam os descritores. Os descritores (uma junção do conteúdo com a habilidade mental do aluno para trabalhar aquele conteúdo) eram eleitos com os professores, e a participação de especialistas, capacitando-os para a elaboração dos itens, que depois comporiam um banco de itens que, no período da elaboração dos testes da avaliação, poderia ser usado.

As oficinas também foram importantes até para dirimir o receio desse tipo de avaliação e envolver mais os profissionais nas atividades. Para tanto, os professores recebiam a capacitação para compreender a forma correta de elaborar itens, não fazer as chamadas “pegadinhas”, o que não é bom para um item de avaliação desse porte etc. As oficinas não começaram nos primeiros anos do Spaece, acho que foi na época do Napolini, a partir de 1995 ou 1998.

os professores recebiam a capacitação para compreender a forma correta de elaborar itens, não fazer as chamadas “pegadinhas”, o que não é bom para um item de avaliação desse porte etc.

.....

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SPAECE: AS VERTENTES DO RENDIMENTO ESCOLAR E DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Foi no momento da institucionalização que surgiram as vertentes da Avaliação Institucional e da Avaliação do Rendimento Escolar. A avaliação institucional já existia no Núcleo de Pesquisa e Avaliação. Eu acho que ela começou em 1995. Eu não me envolvi diretamente com essa avaliação, porque, em 1995, eu me ausentei para fazer o mestrado. Então ela foi iniciada pela professora Lúcia Dallago⁸. Ela foi implantada como autoavaliação, mais qualitativa, feita pelas escolas, e a Seduc e Crede coordenavam e acompanhavam. Tinha o Grupo de Trabalho da Seduc, do Crede e da escola. Quando começou, a mentora e consultora era a professora Estrela Fernandes, e Sylvia Coelho foi muito importante nessa avaliação institucional, ela vestia a camisa, dedicava-se e a coordenava. Essas vertentes funcionavam no mesmo núcleo, eu era mais responsável pela avaliação do rendimento escolar, e Silvia, pela avaliação institucional.

A junção das duas vertentes para compor o Spaece foi feita por Rui Aguiar. Quando nós estávamos no setor de planejamento, ele era o coordenador, e foi ideia dele a tentativa de que essas duas vertentes conversassem. A Avaliação Institucional tinha espaços privilegiados de reflexões, de autoavaliação nas escolas, reunia toda a comunidade escolar, tinha representação do conselho escolar, representação de alunos, de pais, de todos os agentes. Quer dizer, era um momento muito oportuno para que o Spaece referente ao rendimento escolar penetrasse mais nas escolas. Então, a ideia de Rui foi muito feliz. A intenção era que as duas vertentes não fossem excludentes, mas complementares, uma procurando superar a limitação da outra: uma, por ser mais quantitativa, e a outra, por ser mais qualitativa, e então as duas formariam o Spaece, contemplando as duas vertentes.

A junção das duas vertentes para compor o Spaece foi feita por Rui Aguiar. Quando nós estávamos no setor de planejamento, ele era o coordenador, e foi ideia dele a tentativa de que essas duas vertentes conversassem.

.....

Esse desenho fez sucesso na época. Eu me lembro de que Sandra Zákia Sousa, professora da USP, foi visitar o setor de avaliação da Seduc entrevistar os técnicos e nos convidou para um seminário na sua universidade, para fazermos a apresentação desse modelo. A meu ver, a avaliação institucional nos primeiros anos funcionou muito bem. Mas eu acredito que as pretensões da junção das duas vertentes não foram alcançadas. Havia uma forte tendência da maioria dos agentes educacionais responsáveis pela avaliação institucional de procurar fora da escola as razões pelos baixos resultados apontados pela avaliação do rendimento escolar e ainda culpavam a metodologia utilizada pela vertente do rendimento escolar referente aos testes padronizados, diziam que não refletia a realidade nem o contexto. Essa junção, a meu ver muito interessante, não teve bom resultado.

A avaliação institucional tinha um papel muito importante e muito envolvimento da escola, espaço privilegiado de reflexão, de discussão do andamento de suas ações, porque um dos princípios dela era de avaliação global da escola, assim

.....

⁸ Lucia Dallago era professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

como o princípio da não premiação, da não punição, da continuidade etc., porque seguia-se os princípios do Paiub⁹. Eu participava de algumas discussões, eu não participava da operação mais de perto, porque eu ficava muito envolvida na avaliação de rendimento; mas, quando houve a tentativa da junção, eu participei mais. Eu tenho impressão de que, na gestão de Cid Gomes, ela não ocorreu mais.

A avaliação institucional tinha um papel muito importante e muito envolvimento da escola, espaço privilegiado de reflexão, de discussão do andamento de suas ações, porque um dos princípios dela era de avaliação global da escola, assim como o princípio da não premiação, da não punição, da continuidade etc., porque seguia-se os princípios do Paiub.

.....

Os recursos financeiros foram minguando. Recursos para quê? Impressão dos instrumentos. Era uma quantidade grande de instrumentos. Tinha também a orientação da equipe técnica da Seduc. Havia também a dificuldade de fazer os relatórios, pois eram todos feitos nas escolas. As equipes escolares aplicavam os questionários, faziam as tabulações, e sempre faziam os relatórios e enviavam ao Crede, que os revisava e mandava para a Seduc, e, por sua vez, a Seduc fazia o relatório geral. Creio que esta era a sistemática adotada. Era tudo impresso, aplicado e tabulado manualmente, eram aqueles “lençóis”, porque faziam aquelas tabelas todas, e havia muitas questões nos instrumentos aplicados. Esse processo na Secretaria era demorado. Prestar essa assistência também foi ficando mais difícil, e, por conseguinte, também o foi obter os relatórios.

A avaliação do rendimento escolar mostrava os baixos resultados, e começamos com resultados muito ruins. Os meninos não eram alfabetizados, havia provas zeradas. Eu vi, por ocasião de uma aplicação do teste da avaliação na 4ª série, um menino chorando porque não sabia ler a prova, crianças choravam porque não conseguiam fazer, porque não sabiam ler. Eram resultados muito ruins, críticos. Por sua vez, a avaliação institucional mostrava mais resultados positivos. Na apresentação dos resultados, as equipes escolares utilizavam conceitos, a maior parte era bom e regular, e a avaliação do rendimento mostrava uma realidade nua e crua de que estava muito ruim. Colocava-se fora das escolas as razões do problema, e, como já mencionei, atribuía-se a culpa à metodologia da avaliação do rendimento. E esses fatores constituíam um entrave para que a avaliação do Spaece fosse realmente utilizada como se pretendia, para que se fizessem as mudanças necessárias, a chamada correção de rumos com vistas à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O SPAECE-NET

Por atraso de recurso financeiro, não foi realizado o ciclo do Spaece de 2000. Em 2001, 2002 e 2003, os ciclos aconteceram com a implementação da avaliação via computador: o Spaece-Net, uma tentativa de reduzir os custos da avaliação,

.....

⁹ O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) caracteriza-se por dotação financeira própria, livre adesão das universidades através da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes, com posição livre e participativa. Os princípios básicos que orientam o Paiub são: globalidade, comparabilidade, respeito a identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade, continuidade.

e, ao mesmo tempo, dar rapidez aos resultados, porque os relatórios demoravam um tempo. Após a institucionalização e a implementação do Spaece-Net, já se usou a TRI. Para tanto, foi contratado o serviço especializado do professor Dalton Andrade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que estava na UFC como professor visitante. Ele já possuía experiência com avaliação em larga escala via computador e também com a TRI e ficou responsável por toda a análise dos testes aplicados. Ele fez todas as análises dos instrumentais dos três ciclos do Spaece-Net, produzindo também informações sobre as características dos itens dos testes aplicados, utilizando os três parâmetros da TRI: dificuldade, discriminação e acerto ao acaso. Contudo, não desprezou a Teoria Clássica dos Testes, usando as duas teorias, TCT e TRI, na análise e apresentação dos resultados.

Acontece que, na época, nós não estávamos preparados, não tínhamos uma estrutura pronta para fazer essa avaliação via computador, ou seja, as escolas não tinham os computadores e internet funcionando a contento. O que se tinha que fazer? Polos de aplicação. Fazíamos os polos de aplicação, os alunos eram deslocados até esses polos. Tinha-se que criar também uma base logística de suporte técnico para atender aos problemas no computador, quedas etc. Houve muitos problemas e custou caro, passou a ser até mais caro do que as avaliações tradicionais. O Spaece-Net, mesmo com os problemas que vinham acontecendo, foi válido de certa forma. Ressalte-se que ele não envolveu a 4ª série, porque, nessa série, os alunos não estavam ainda aptos a fazer esse tipo de prova por computador. A avaliação envolveu alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Em 2004, não houve mais o Spaece-Net, e voltou-se ao sistema tradicional de lápis e papel.

O SPAECE NAS REDES MUNICIPAIS

O ano de 2004 foi importante, porque ocorreu uma mudança significativa de abrangência. O Spaece envolveu um contingente muito grande de alunos, ao incorporar as redes municipais, e passou-se de 14.600 alunos (primeiro ciclo) para cerca de 180 mil alunos. Outra inovação importante foi a elaboração de mais relatórios para as diversas audiências, contemplando o relatório geral para os gestores da Seduc, os relatórios regionais para Credes, boletim pedagógico para os municípios, relatório pedagógico para as escolas e professores e boletim escolar para o aluno. Ou seja, cobriu as audiências principais da avaliação, sendo uma inovação significativa no processo de divulgação e uso dos resultados.

MATRIZ DE REFERÊNCIA

Nos primeiros ciclos a Seduc tinha os referenciais curriculares básicos dela. A matriz do Spaece era um recorte desses referenciais curriculares. Isso é uma crítica que se faz, eu não sei como está hoje, mas existe este perigo: às vezes, como as avaliações em larga escala estão muito atreladas a prêmios, a competições, podem acabar-se tornando a matriz de referência, o norteador da escola, e não deveria ser assim, porque nega aos alunos o que eles têm capacidade, o que eles têm que aprender. Por quê? Porque a matriz é um recorte dos conteúdos aferíveis, e, portanto, só consta dela o que pode ser medido em um teste padronizado, ou seja, não quer dizer que o que esteja elencado na matriz do teste seja o mais importante, mas o que é aferível nesse tipo de avaliação.

Porque a matriz é um recorte dos conteúdos aferíveis, e, portanto, só consta dela o que pode ser medido em um teste padronizado, ou seja, não quer dizer que o que esteja elencado na matriz do teste seja o mais importante, mas o que é aferível nesse tipo de avaliação.

.....

Não estou dizendo que a matriz de referência não tem conteúdos relevantes, porém não tem todos os conteúdos que os alunos deveriam aprender. Então, por conta disso, as escolas não podem usar somente essa matriz como norteadora das atividades escolares. O que se receia, e já ouvi críticas sobre isso, é que se queira tanto bons resultados nos testes da avaliação de rendimento que adestre o aluno para eles testes, tirando-lhes o direito de aprender o currículo que deveria ser estudado, conforme os parâmetros curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Eu sei que hoje a matriz de referência do Spaece tem um alinhamento com o Saeb e com a BNCC também.

INVESTIMENTOS

Eu sou apaixonada pela avaliação. Ela não custa barato, mas é uma ferramenta tão valiosa e que oferece tantos benefícios que vale o investimento. Pode-se achar que, se não fossem essas avaliações, teríamos dado esse salto que demos? Eu acredito que não, porque não tínhamos até então uma base melhor para essas políticas. O que se tinha antes eram achismos, não havia rigor científico, não se conhecia o retrato da realidade como ela se apresenta. E essa avaliação desvelou nossos resultados ruins, e a secretaria então “acordou” para as questões que mereciam ser priorizadas. O Paic foi muito importante. E o Spaece-Alfa, criado em 2007, foi importante para esse programa como avaliação externa. Ressalte-se que, nessa época o Spaece passou a ter três vertentes: avaliação da alfabetização, a avaliação do Ensino Fundamental e a avaliação do Ensino Médio. O Spaece-Alfa tem como finalidade identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas do Ceará, possibilitando a construção de um indicador de qualidade em habilidade de leitura de cada aluno avaliado. Ele foi atrelado ao Prêmio Escola Nota 10 e às políticas de incentivo, como a redistribuição de recursos financeiros para municípios (ICMS) e escolas. A avaliação na política pública tem um papel relevante, e já havia começado na gestão de resultados, quando foram estipuladas metas a partir de resultados do Spaece. Como vemos, o Spaece teve um papel na política da agenda governamental, e isso justifica os gastos financeiros.

A avaliação na política pública tem um papel relevante, e já havia começado na gestão de resultados, quando foram estipuladas metas a partir de resultados do Spaece.

.....



Estefânia Maria Almeida Martins

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Entrei na Seduc em 1980. Enviei meu currículo, participei da seleção e, para minha satisfação, fui convocada por Marcelo Farias, coordenador do Prorural. Eu era bancária havia dois anos, e não me adaptava ao trabalho que fazia, afinal de contas, era graduada em Letras e, apesar de curta, tinha experiência como professora de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. No mesmo ano, após participar do treinamento em Baturité, juntamente com os participantes dos municípios, fui destinada a trabalhar na região do Cariri. Um ano depois, fui convidada a assumir a gerência da região, ficando até o fim do acordo MEC e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que durou sete anos.

O SURGIMENTO DO SPAECE

O Spaece surgiu na administração da secretária de educação Maria Luiza Chaves, em 1992. Ela tinha muita vontade de realizar uma avaliação nas escolas do Estado do Ceará que apontasse para os problemas e as necessidades de cada uma no aspecto pedagógico. Nós, da equipe de pesquisa e avaliação da Seduc, como Iaci Cavalcante e Valda Albuquerque, já participávamos das aplicações de avaliações em larga escala do Saeb desde o seu início. O Saeb tinha Júlio Jacobo como consultor, e, aqui, o professor Nicolino Trompieri Filho já acompanhava os trabalhos da equipe.

A primeira avaliação no Ceará ocorreu em poucas escolas do município de Fortaleza. Importante ressaltar a presença de outros especialistas participantes, notadamente na discussão do arcabouço do trabalho, como os professores Roberto Cláudio, João Batista, Mauricio e Paulo Albuquerque. Estes profissionais tinham uma preocupação em aplicar teorias sofisticadas na avaliação, para tanto se pautaram na Teoria da Resposta ao Item, cuja maior aplicabilidade é garantir a fidedignidade do teste obtida por meio do número de acertos dos alunos nas questões.

Apesar das dificuldades enfrentadas nesse primeiro ciclo, que conseguimos superar, ainda não havia uma cultura de avaliação nos meios educacionais, mesmo

entre técnicos. Assim, procuramos seguir com o objetivo de avaliar, ao longo do tempo, todas as escolas de primeiro grau cearenses (1ª a 8ª série). Para a realização das avaliações, preparávamos, por quase um ano, desde a formação da equipe de consultores e especialistas nas áreas de ensino, que se envolviam na elaboração e testagem de questionários e confecção das provas, à formação e treinamento de aplicadores e supervisores por DRE, hoje Crede.

A equipe da Seduc, além de acompanhar o trabalho dos especialistas, também cuidava da logística que constava de treinamento de aplicadores e supervisores que atuavam nos turnos de funcionamento da escola. A última resolução seria escolher o “Dia D da Avaliação”, conforme determinado. As provas teriam que ser aplicadas no período normal do calendário escolar, antes do início das provas finais. Nesse dia, a imprensa, representada pela TV Verdes Mares, geralmente comparecia a um ou mais locais de provas, entrevistava alunos, professores e coordenadores. Desse modo, foi possível ao estado dar visibilidade ao trabalho realizado na área da avaliação educacional.

A equipe da Seduc, além de acompanhar o trabalho dos especialistas, também cuidava da logística que constava de treinamento de aplicadores e supervisores que atuavam nos turnos de funcionamento da escola.

O último e talvez mais importante momento ocorria quando devolvíamos os resultados da avaliação, que acontecia no ano seguinte, por meio de reunião, por região, com a participação de uma representação de cada escola.

PERCEPÇÃO DOS ATORES ESCOLARES SOBRE O SPAECE

[Eles] se reconheciam [nos resultados do Spaece], mas nem sempre era agradável. Eu me lembro de um desabafo acompanhado de choro em uma apresentação de dados não muito bons de uma escola da região de Sobral. Tratávamos de acalmar dizendo que “avaliação existe para que possamos melhorar o que for preciso”. Essa fala era direcionada à professora que se sentia culpada pelo baixo desempenho de sua turma, mas bem que poderia servir para outros que se sentiram do mesmo jeito.

Apesar dos desabafos, tivemos notícias de reuniões espontâneas entre grupos de professores para discutir e compreender os resultados. Esse interesse pelo relatório (por região, município, escola e turma) era compensador e frutífero. Prova disso é a existência do Spaece até hoje, mesmo quando deixou de ser somente uma avaliação do sistema educacional, vista quantitativamente por alguns, para agregar a avaliação institucional, considerada uma avaliação qualitativa. Essa mudança deu-se com a chegada da Professora Lúcia Dallago, convidada pelo secretário Napolini para exercer a função de coordenadora da equipe de avaliação, passando a ter duas vertentes e equipes distintas: uma de Rendimento Escolar (Spaece e Estudos), e a outra de Avaliação Institucional (AI), voltada para as questões escolares.

Prova disso é a existência do Spaece até hoje, mesmo quando deixou de ser somente uma avaliação do sistema educacional, vista quantitativamente por alguns, para agregar a avaliação institucional, considerada uma avaliação qualitativa.

.....

O PAPEL DE LÚCIA DALLAGO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

[Ela] chegou para desenvolver o trabalho da Avaliação Institucional, e convidou a também professora Estrela Fernandes. Eu não participei do primeiro momento, pós-chegada de Estrela. Foi composto um grupo, não somente com pessoas da equipe comandada por Lúcia, agregando também mais técnicos de outras equipes, inclusive dos Crede próximos à cidade de Fortaleza. Esse grupo reunia-se semanalmente. Dentre as principais atividades, constava a discussão e os encaminhamentos planejados até o momento de atuação nas escolas. Importante registrar a formulação dos princípios que deviam pautar a Avaliação Institucional do estado: a adesão (a escola tinha que aderir para participar), a não punição (avaliar não para punir), a globalidade (avaliar todos os segmentos da escola), a legitimidade do processo (não inventar nada, tornar legítimo), a continuidade e a publicidade. Ao responderem os questionários, coletivamente, em seus Grupos de Trabalho (GT), professores, alunos, funcionários, pais e núcleo gestor sentiam-se representados. A continuidade do processo em outras instâncias foi considerada bastante promissora, pois a escola passou a se achar participativa. O GT de cada Crede era responsável pela elaboração e envio do seu relatório para a equipe de trabalho da Seduc, que, por sua vez, responsabilizava-se em organizar o relatório geral.

A primeira [Avaliação Institucional] foi em 1996. Participaram 44 escolas dos municípios de Fortaleza, Maranguape e Icapuí. Já na segunda etapa, por adesão, participaram 187. E, em 2002, participaram 521 escolas, [inclusive] da rede municipal. Muitas escolas da rede municipal demonstravam o desejo de participar de uma avaliação institucional. Como a condição de participação era somente a adesão, foi uma boa oportunidade para essa realização.

Com a saída da professora Lúcia Dallago, que não determinou quem a substituiria, Sylvia Coelho assumiu a coordenação após uma conversa entre nós duas e o secretário Napolini. Eu continuei trabalhando com a autoavaliação institucional. Para assessorar a pequena equipe, veio a professora Zóia Ribeiro. De seu currículo, constava um extenso trabalho em Avaliação Institucional na Universidade Federal do Ceará. Zóia, juntamente com uma equipe composta apenas por Silvia Coelho, Hercília Guimarães e eu, procuramos realizar o melhor trabalho possível.

Após análise dos relatórios anteriores, decidiu-se por uma reformulação dos instrumentais aplicados na Avaliação Institucional até então. A assessora deu-nos uma excelente contribuição, ajudou-nos inclusive a sermos mais incisivas nas opiniões, esquecer os “penduricalhos”, preparar questionários enxutos, entre outras observações. Com esses instrumentais chegamos a trabalhar os dados nas escolas, mas já não existia as condições essenciais para a realização de um bom trabalho, e Zóia, com o dever cumprido, deixou a assessoria.

COMO AS ESCOLAS REAGIAM À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Era novidade para a maioria, que não tinha a prática de participar de reuniões nas suas próprias escolas. No processo da Avaliação Institucional, discutiam-se questões relacionadas aos seus interesses. Interessante é que as verdades apareciam no decorrer das falas, como o aluno dizer que “não gosta” do professor porque ele não se dedica muito. Ou o contrário, saber se o aluno gosta ou frequenta a biblioteca. Alguns alunos dizem gostar da biblioteca, mas encontramos professores que afirmavam não a frequentar por falta de tempo, por serem muito ocupados.

Já os pais acham que a escola deveria ser mais carinhosa com os alunos, subentende-se com “seus filhos”. Servidores também se colocavam diante de situações como esta: “Estou fazendo isso [determinada atividade], mas eu deveria estar fazendo aquilo”. Já o diretor, queixava-se do funcionário. Enfim, é o momento adequado para deixarem escapar suas queixas. No que pese essas demonstrações de desacordo, foi uma época de muito crescimento, principalmente para os professores que participaram de muitas formações e até de cursos superiores. Aqui, no Ceará, a Universidade Vale do Acaraú (UVA) desenvolveu uma ação de muita relevância ao levar os cursos de Pedagogia aonde houvesse demanda, aos nossos professores atuantes nas turmas de 1ª à 8ª anos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL SUPERIOR NO PERÍODO PÓS-LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB)

Isso aconteceu em todo o estado do Ceará. Além das formações, inicialmente eram oferecidos os cursos de Pedagogia, logo em seguida os de Letras, Matemática e outros. Essas formações alavancaram as pós-graduações. A própria Seduc abriu oportunidades para servidores cursarem, à distância, em algumas instituições de ensino superior competentes. Acho que foi um bom momento para o sistema e para a formação dos servidores.

Entretanto, precisamos fazer uma crítica dos resultados das avaliações de rendimento escolar dos alunos que não se mostraram diretamente proporcionais aos incentivos implementados. Para ilustrar essa afirmação, nós, da equipe de avaliação, resolvemos, em uma amostra de escolas de 1º grau, observar o modo de o professor ministrar suas aulas. A nossa intenção era a melhor possível, mas infelizmente fomos vistos como “os fiscais do Ciro”. Mas essa pequena amostra nos deu a clareza de que ainda esperaríamos algum tempo até o alcance da qualidade do ensino no Ceará. Ainda bem que a alcançamos nesta década que se inicia nos anos 2020.

A CULTURA DA AVALIAÇÃO

Ao elaborar as provas para os seus alunos, o professor tem a convicção de que ela é bem-feita, atende aos assuntos discutidos em sala e, principalmente, é baseada nos conteúdos de anos a fio, quase sempre se repetindo. De repente, a Secretaria da Educação resolve aplicar testes de rendimento escolar nas disciplinas de Português e Matemática em suas turmas, tendo como base os Referenciais Curriculares Básicos, ou seja, há, a partir de então, uma instrução elaborada com critérios por especialistas da maior competência. A rejeição do professor é evidente, ele precisa de algum tempo para ter uma nova postura. A própria secretaria compreendeu que deveria adotar políticas de incentivo aos

municípios. Eu tive uma experiência muito interessante ao aceitar coordenar um trabalho cujos materiais aplicados pelas secretarias municipais avaliavam todas as suas escolas, e elas seriam premiadas, e o principal item de aprovação era o de total atendimento da matrícula, com alunos frequentando.

A professora Betânia era a responsável pela avaliação na estrutura da Seduc. Formamos uma equipe, convidei a professora Mirna Gurgel e mais outras especialistas do setor de gestão se agregaram por conta do perfil. Completavam o grupo técnicos em informática. Como garantia total do sigilo dos dados, esse grupo se mantinha em uma sala, com entrada permitida somente para alguns. Isso era necessário; afinal, desse trabalho sairiam os resultados dos municípios premiados. Acredito que realizamos um excelente trabalho, notadamente pelos instrumentais criados por nós que atendiam a todos os critérios esperados. Nos anos subsequentes, outras equipes assumiram essa função, mas creio que a filosofia do trabalho inicial permaneceu.

O FIM DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Talvez não tenha caído no gosto dos gestores de planejamento [a partir de 2007]. Toda avaliação que envolve muitos participantes, como é o caso da Avaliação Institucional, assim como as avaliações em larga escala, tal qual o Saeb e o Spaece, para atingir seus objetivos necessitam de uma boa cifra de recursos. Eu não tinha conhecimento de recursos existentes à época. Nesse momento, embora continuando na equipe, estava na Célula de Estudos, porque houve uma divisão de técnicos para as duas células, e eu passei a ter como chefe o professor Kennedy, que, nesse momento, tinha como tarefa principal o desenvolvimento de alguns estudos ainda não concluídos. Com sua capacidade gerencial e delegando a seus técnicos a coordenação de cada estudo, em pouco mais de seis meses todos os relatórios, com seus respectivos resultados, foram entregues. Ressalte-se que a Célula de Avaliação do Rendimento Escolar continuou sob a gerência do professor Aléssio Costa Lima, e o Spaece também permaneceu.

O DIA D DA AVALIAÇÃO

O Dia D da Avaliação, assim apontado por nossa equipe ainda na década de 1990, estendeu-se até os anos 2000. Inclusive, o título Spaece surgiu numa discussão em equipe. Sylvia Coelho talvez tenha sido a grande responsável pela formulação dessa marca. Aproveito a oportunidade para fazer justiça à criatividade e companheirismo de Sylvia, que nos deixou muita saudade com sua morte prematura.

O Spaece tornou-se bastante conhecido e elogiado por alguns técnicos de estados brasileiros, isto porque, nos encontros nacionais, éramos convocados para participar de planejamentos e apresentações de resultados de variadas avaliações. Quanto às avaliações em larga escala, a avaliação do Saeb era realizada sempre em anos diferentes da aplicação do Spaece, o que se justifica por os dados serem sempre divulgados em anos posteriores para não sobrecarregar as escolas caso a amostra de turmas coincidissem.

O Spaece tornou-se bastante conhecido e elogiado por alguns técnicos de estados brasileiros, isto porque, nos encontros nacionais, éramos convocados para participar de planejamentos e apresentações de resultados de variadas avaliações.

.....

O Dia D da Avaliação tornou-se importante pela seriedade e compromisso dos educadores, desde o planejamento à execução. O papel a ser assumido nas avaliações era conhecido por cada um bem antes do momento de sua realização na escola. Sabia-se que poderia ocorrer algum problema. De fato, houve o caso de um acidente com um transporte que conduzia o aplicador do Crede em plena estrada na região do Cariri. Havia chovido bastante, e as provas a serem aplicadas foram danificadas. Houve outro fato, até hilário, de um aluno que saiu correndo da sala levando a prova na mão. A orientação era que o aluno poderia ausentar-se da sala caso necessitasse ir ao banheiro, por exemplo, mas a prova permaneceria em cima da carteira. Atribuir o Dia D da Avaliação foi muito importante para toda a área educacional, pois as escolas, anteriormente avisadas pela Seduc e Crede, mantinham seus alunos informados de que a presença deles representava um benefício para a escola e a sociedade.

USOS DOS RESULTADOS DO SPAECE

Primeiramente, gostaria de dizer que há, nas instituições que se pretendem sérias, a necessidade de avaliar suas ações, assim como de dar visibilidade às instâncias governamentais e à sociedade em geral os resultados obtidos, fruto do trabalho desenvolvido, no caso, pelo sistema educacional. Nas avaliações de rendimento escolar (Spaece), Português e Matemática eram as disciplinas avaliadas, pois são consideradas as disciplinas básicas do conhecimento, mesmo não avaliando outras.

Após entregues às escolas, esses resultados (por turma e turno), deveriam ser trabalhados com a comunidade escolar, principalmente com os professores e equipe pedagógica. Perceber as fragilidades e buscar interferências deveriam ser as melhores atitudes das equipes. A secretaria já trabalhava com o documento Referenciais Curriculares Básicos, excelente ferramenta de auxílio ao professor e bastante difundido pelos técnicos, orientadores e assessores da Seduc e Crede. Agregar mais conhecimento e bons resultados no rendimento escolar dos alunos era a nossa pretensão. Inclusive os resultados do Spaece serviram também como material de pesquisa de estudantes de cursos de especialização, mestrado e doutorado, assim como de artigos apresentados em encontros e fóruns educacionais.

INICIATIVAS DE PREMIAÇÃO

Em relação à premiação de alunos e professores, tenho algo a relatar, ocorrido ainda nos primeiros anos de aplicação do Spaece. A professora Maria Luiza tinha o desejo de premiar os alunos que obtivessem bons resultados nas avaliações, assim como os professores, e, conseqüentemente, a escola. Júlio Jacobo, consultor convidado para desenvolver a pesquisa, sugeriu que a referida premiação fosse em dinheiro. Imagine o tamanho da reação que nós, técnicos, tivemos. Como justificáramos tal atitude diante das representatividades educativas? Para

Júlio, não havia problema; já, para nós, seria uma questão moral. Anos depois, começaram a dar computadores para os melhores alunos e escolas, e, mais tarde, incentivo financeiro, que é muito justo.

Com o tempo, começamos a ter notícias de premiações dadas em dinheiro em outros países, então mudamos de opinião, passamos a achar que alunos e professores deveriam ser premiados por merecimento. O próprio Julio Jacobo, ao propor este tipo de premiação à época, já trazia uma vasta experiência em pesquisas educacionais adquiridas na Argentina, seu país de origem, e em alguns países da América Latina, também como assessor.

Com o tempo, começamos a ter notícias de premiações dadas em dinheiro em outros países, então mudamos de opinião, passamos a achar que alunos e professores deveriam ser premiados por merecimento.

.....

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DE 2007

Eu acho que a Avaliação Institucional realmente não foi aceita pela secretaria como política pública a partir desse ano. Quem ainda deu sustentação à Avaliação Institucional foi Rui Aguiar, coordenador da Assessoria de Planejamento. Ele pensou a avaliação com duas vertentes complementares: institucional e rendimento escolar. A minha experiência desde que iniciei no serviço público me mostrou que as políticas mudam de acordo com as necessidades, é verdade, embora muitas vezes algumas ações desenvolvidas pelos antecessores sejam esquecidas e descartadas, inclusive materialmente. Vivi essa experiência quando trabalhava no Prorural, que não chegou a ser um departamento, mas desenvolvia programas como o Promunicípio, o Edurural/NE, financiado pelo Banco Mundial e o Projeto Nordeste.

A minha experiência desde que iniciei no serviço público me mostrou que as políticas mudam de acordo com as necessidades, é verdade, embora muitas vezes algumas ações desenvolvidas pelos antecessores sejam esquecidas e descartadas, inclusive materialmente.

.....

Éramos responsáveis pelo desenvolvimento das ações em cada região administrativa, estruturalmente denominados Órgãos Municipais de Educação (OME). Considero um trabalho pioneiro, dada a dificuldade enfrentada por nós em alguns municípios. Para exemplificar, cheguei em um lugar, na região do Cariri, em que os dados educacionais tinham como registro apenas o que constava em uma pasta cuja responsável a carregava debaixo do braço e circulando onde precisasse. Foi assim que ela nos recebeu pela primeira vez. Diferentemente, com uma estrutura adequada, os municípios de Crato, Sobral, entre outros tinham uma estrutura adequada. Portanto, o programa Edurural/Nordeste chegou com uma proposta de organizar o sistema educacional de 53 municípios da regiões do Cariri e Sertões Cearenses, tanto em formação de quadros, treinamento de professores, quanto em construções, reformas e mobiliários de escolas, onde houvesse necessidade.

Esse programa durou o tempo previsto de sete anos. A memória desse período foi organizada em pastas pelas duas equipes, com muito esmero; mas, com a mudança de gestão, o registro desse trabalho passou a não ter valor, foi todo descartado para o subsolo da Seduc e foi destruído. Salvou-se apenas um material organizado pela Coordenadora de Planejamento Eudes Veras, se não me engano. Estas pastas foram enviadas para a “biblioteca” da Seduc.

O PRORURAL E O NASCIMENTO DO REGIME DE COLABORAÇÃO DO ESTADO COM OS MUNICÍPIOS

Nesse momento, as ações realizadas pelo estado eram de suma importância, principalmente na formação de professores. Sabe aquela pessoa que carregava os dados educacionais de seu município debaixo do braço? Essa e outros profissionais passaram a ser treinados sobre vários assuntos burocráticos, como legislação e planejamento, e sobre assuntos educacionais. Essa vivência provocou o estímulo em muitos, e alguns voltaram a estudar, complementando seus cursos ou até iniciando um novo.

A primeira grande ação para os primeiros participantes dos OME, três por município, deu-se por um treinamento, com duração de doze dias, em regime de internato, realizado no Mosteiro dos Jesuítas em Baturité. Apenas 26 municípios participaram, onze da Região do Cariri e quinze dos Sertões Cearenses; posteriormente, mais 27 municípios desta região foram agregados, totalizando 53 municípios do Convênio Edurural/NE-Acordo MEC/BIRD. Após esse primeiro treinamento, passamos a realizar o trabalho de campo, que envolvia apoio e orientação pedagógica às equipes em suas regiões. A coordenação geral dos trabalhos das sete regiões administrativas cearenses teve à frente o professor Marcelo Farias, que sempre mostrou seriedade e competência no desenvolvimento dessa tarefa histórica e pioneira no estado.

Posso afirmar que houve muito crescimento, as escolas passaram a ser construídas a partir de um estudo da necessidade de construção ou reforma, obedecendo critérios. Os engenheiros da Seduc eram responsáveis pela escolha do terreno e geralmente tinham o aval dos prefeitos.

No sexto ano de existência desse trabalho, veio uma orientação de Brasília para que fosse criada em cada câmara de vereadores dos municípios a lei da existência dos OME, que poderia ser denominada de “Secretaria de Educação”, “Setor de Educação”, “Serviço de Educação”, ou até mesmo “Órgão Municipal de Educação”. Alguns municípios já tinham sua lei de criação, não era o caso da maioria. Essa nova demanda exigiu de todos nós muito tato; pois, se a maioria dos prefeitos reconhecia a importância da referida lei, houve, na região do Cariri, um prefeito que se negou a dar encaminhamento à lei no seu município, alegando que eu não entendia do assunto, era muito jovem. Imagine minha decepção. Voltando à Fortaleza, informei sobre o ocorrido ao deputado Ubiratan Aguiar, Secretário de Educação à época. Ele me disse para ficar tranquila, pois eu tinha feito a minha parte. Dois dias depois, o referido prefeito estava disposto a assumir a criação da lei em seu município.



Rui Rodrigues Aguiar

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Fui convidado para a secretaria em junho de 1995, assumindo o cargo de Diretor de Tecnologia Educacional. Nesse cargo, eu fiquei responsável pela implantação no Ceará do Programa Federal de Informática nas Escolas (Proinfo). Nesse mesmo período, a Secretaria de Ciência e Tecnologia estava implementando o projeto de um computador para cada professor. Na Diretoria de Tecnologia Educacional, tínhamos responsabilidade pela área de Livro Didático, o que incluía também a articulação com a Fundação de Teleducação do Ceará (Funtelc), responsável pela gestão do Sistema de Teleducação do Ceará. Em seguida, eu fui trabalhar na Coordenadoria de Política Educacional, na área de planejamento e política educacional, inicialmente na área responsável pela gestão do Censo Escolar e, em seguida, na coordenadoria, até 2002, que incorporou a área de avaliação, em reforma administrativa que aconteceu depois de 1998.

O SPAECE E O DESAFIO DE UM NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO

Nós alcançamos três fases do Spaece: quando nós chegamos, o Spaece integrava uma coordenadoria à parte, liderada por Lúcia Lopes Dallago, com quem aprendi uma frase que me marcou muito. Segundo a Lúcia, a avaliação não poderia ser vista como uma função caldatária, no sentido de estar no final de tudo na educação, porque ela tentava superar a ideia da avaliação chegando por último. Ela incidiu tecnicamente com muita força para que a avaliação fosse vista em todo o processo educacional. Lúcia Dallago foi muito importante no estabelecimento da avaliação como elemento de planejamento e implementação de política educacional. Foi uma voz muito potente, acompanhada pela equipe dela. Nessa época, a partir de 1995, fortaleceu-se muito a avaliação institucional, com consultoria da professora Maria Estrela Fernandes. Antes disso, entre 1991 e 1995, era muito forte a ideia de avaliação de rendimento no Spaece.

Quando a Lúcia Dallago assumiu como integrante da equipe do secretário Antenor Napolini, assumiu com a liderança, força e credibilidade trazidas da universidade. Ela era realmente muito querida, muito direta, muito franca e muito

elegante na forma de apresentar suas ideias. Acho que é uma pessoa que tem que ser bastante homenageada. Ela deu muita liberdade e condição de trabalho para sua equipe. Eu destacaria dois pontos como muito importantes na concepção de avaliação educacional de Lúcia Dallago: ter a avaliação como elemento chave do planejamento, desde a concepção da política educacional até o final da política, da avaliação do programa, e a promoção da avaliação institucional ao lado da avaliação de proficiência. Por que foi tão importante isso? Porque, naquele momento, a ideia básica do programa de governo estava resumida na expressão “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, tendo a escola como ponto de partida. A matriz curricular já estava planejada no governo anterior. Quando eu cheguei na secretaria, a primeira coisa que minha chefe Lidalva Pereira Carmo me apresentou foi uma coleção completa dos parâmetros curriculares que tinham sido estabelecidos; então, aquela base, aquela matriz curricular foi considerada de imediato, tanto nos processos de capacitação como nos processos de avaliação. Essa matriz era a base do trabalho. É muito importante, eu acho, lembrá-lo, porque significa uma continuidade.

ter a avaliação como elemento chave do planejamento, desde a concepção da política educacional até o final da política, da avaliação do programa, e a promoção da avaliação institucional ao lado da avaliação de proficiência.

.....

Tratava-se de uma publicação de capa verde-amarela, as cores do Ceará (eu guardo comigo uma coleção). Isso foi a base das discussões pedagógicas e dos programas de capacitação docente antes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Esses referenciais curriculares vinham do governo anterior, do Governo Ciro Gomes, mas a novidade que se estabeleceu foi a escola como ponto de partida de um processo que convocava Todos pela Educação de Qualidade para Todos.

A VERTENTE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional se impôs como uma necessidade, porque, no contexto da escola como ponto de partida, era preciso ter um elemento de avaliação da gestão escolar. Acho que a gestão de Lúcia Dallago, com colaboração de Estrela Fernandes, duas ex-diretoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, foi marcada pela tentativa de consolidar a Avaliação Institucional nas escolas como um marco importante de acompanhamento da gestão. Infelizmente, isso não se consolidou, embora se o tenha discutido bastante entre 1995 e 1998, período que corresponde ao primeiro Governo Tasso, quando o tema foi bastante discutido, com intensa colaboração de Estrela Fernandes, em muitos momentos, na secretaria de Educação, em palestras, encontros e ciclos de capacitação.

A Avaliação Institucional nunca teve a força que poderia ter tido, faltou coerência entre a proposta Escola Ponto de Partida e o instrumental de Avaliação Institucional. Mas o que a gente pode dizer é que Lúcia Dallago e sua equipe lutaram por isso, para que essa avaliação fosse coerente com o ideário da Escola Ponto de Partida. Eu acho que teve um fator que contribuiu bastante para a desvalorização da Avaliação Institucional: a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que era um instrumento do Fundescola, uma segunda fase do Projeto Nordeste. O PDE,

de uma certa forma, instrumentalizou bastante o trabalho das escolas. A Avaliação Institucional teria que acompanhar a implementação desse instrumental; mas, em algum momento, perdeu-se a conexão – mas essa é uma hipótese que eu levanto hoje, ou seja, se o instrumental de avaliação institucional tivesse acompanhado a implementação do PDE, talvez a Avaliação Institucional e o próprio PDE se teriam institucionalizado de maneira mais sustentável.

O PDE era também a visão técnica do Projeto Político Pedagógico Escolar, uma tentativa de lhe dar uma racionalidade técnica. Eu também fui apresentado por Lindalva Pereira Carmo, Coordenadora de Desenvolvimento do Ensino, aos instrumentais quando me entregou para análise uma pilha de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que as escolas haviam formulado no governo Ciro, quando foi bastante estimulada a sua elaboração. Eu passei uns três meses revisando esse material das escolas. O contexto da época, dos anos 1990, era a da consolidação do PPP como principal instrumento de planejamento escolar. Com a entrada do Projeto Nordeste e do Fundescola, esse instrumental foi gradativamente substituído nas escolas estaduais pelo PDE, que influenciava diretamente a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), programa por sua vez inspirado no Projeto de Manutenção de Escolas criado no Governo Ciro. Então, este era o contexto: havia uma relação entre o PPP e um pequeno orçamento gerenciado diretamente pela escola. O outro instrumental que acompanharia isso seria a Avaliação Institucional, que, casada à avaliação de desempenho escolar, forneceria os indicadores para o acompanhamento da desejada autonomia das escolas.

O PDE não fazia avaliação na entrada, quando você estava construindo o plano da escola, fazia ali uma avaliação rápida, mas sem continuidade, então a falta de conversa desses instrumentais acabou desvalorizando-os. Por fim, nem o PPP, nem o PDE, nem a avaliação institucional se estabeleceram como instrumentos articulados na cultura escolar. Entretanto, a Avaliação Institucional, inovação do período, levou a equipe de avaliação do Ceará a muitos congressos e eventos sobre o assunto, porque ficou muito bem desenhada. Estrela Fernandes escreveu para o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) um módulo de capacitação sobre o tema. No Pró-gestão, o referencial nacional de avaliação institucional era o modelo de avaliação institucional cearense.

FINANCIAMENTO DO SPAECE

O Spaece foi uma estratégia financiada pelo Governo Federal a partir do Projeto Nordeste, empréstimo negociado junto ao Banco Mundial. Pelo menos desde 1995. Eu não saberia dizer se desde o início, em 1991. Certamente o elemento chave de sustentação da política educacional do Todos pela Educação de Qualidade para Todos, foi a disponibilidade de recursos do Projeto Nordeste. As duas principais fontes de recursos, antes do Fundef – depois Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) –, eram o Projeto Nordeste e o Salário Educação. Essas fontes cobriam grande parte dos investimentos da Secretaria da Educação. Havia uma resistência muito grande de repassar Salário Educação para os municípios, porque a vida da secretaria era tocada com ele e o Projeto Nordeste.

INDICADORES E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Algo que na época chamava a atenção era a demora na entrega dos resultados em um contexto em que a política educacional estava sendo implementada

numa velocidade muito grande, tendo a escola como ponto de partida, criando-se os Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação etc. Eu lembro que havia uma demanda muito grande de se ter os resultados do Spaece, que não saíam. Havia a necessidade de que os dados estivessem mais à mão, mas não estavam. Eu vou dar um exemplo: o secretário Napolini tinha uma trajetória anterior muito ligada a indicadores educacionais, então, um dos primeiros produtos que o Napolini elaborou, foi uma pasta com os indicadores de educação e saúde dos municípios, e não havia indicadores de rendimento disponíveis, pois os dados do Spaece não estavam prontos para colocar nessa pasta, então a pasta foi com os indicadores mesmo de clássicos de rendimento e transição de séries, matrícula, entre outros. Era uma pasta de duas abas: de um lado, os indicadores de saúde; do outro lado, os indicadores de educação.

Havia uma percepção muito forte de que era necessário trabalhar a partir dos indicadores. Tal necessidade estava muito clara, e em todos os momentos se falava de indicadores, e essa cultura do uso dos indicadores também estava crescendo nos municípios. O caso clássico é o de Icapuí, onde o orçamento público estava pintado na parede do mercado, na entrada da cidade. Nessa época, havia uma necessidade muito forte de se ter os indicadores, tanto é assim que, em 1996, promoveu-se a grande chamada escolar com os agentes comunitários de saúde, identificando-se quase 600 mil crianças fora da escola. Então, a cultura de uso dos indicadores estava instalada, mas havia defasagem do uso dos de aprendizagem do Spaece, pois havia demora na entrega. Esse era um contexto em que se tinha uma capacidade de processamento de dados muito baixa para o tipo de programa necessário para processar o Spaece.

Havia uma percepção muito forte de que era necessário trabalhar a partir dos indicadores. Tal necessidade estava muito clara, e em todos os momentos se falava de indicadores, e essa cultura do uso dos indicadores também estava crescendo nos municípios.

.....

Havia iniciativa, havia política, havia o recurso, mas não a capacidade técnica de processamento necessária para a entrega no tempo muito próximo da avaliação. Então, um dos grandes problemas é que essa avaliação saía muito defasada em relação ao que se estava implementando. A principal decisão tomada a partir dos resultados do Spaece, o que talvez fosse inédito, foi a implantação do ensino básico de alfabetização. Os resultados do Spaece de 1996 e do Saeb 1997 inspiraram os ciclos de alfabetização, que eu acho que se iniciaram em 1998.

Eram quase dois anos de defasagem entre a realização das provas e o resultado. Então, em 1998, nós fizemos uma reunião com Napolini, Lidalva e outros colegas para avaliarmos os resultados do Spaece, e, a partir dessa avaliação, foi tomada a decisão de implementar o ensino básico de alfabetização, antecedendo em seis anos a preocupação com alfabetização na idade certa. Ela foi de fato a primeira medida de alfabetização na idade certa, indutora da implantação do ciclo básico de alfabetização no Ceará. Era algo precursor, sem dúvida alguma. Eu me lembro de nós estarmos com Sílvia Coelho e sua equipe, discutindo os resultados, e a nossa avaliação era: "Olha, realmente nós temos que ter uma política e um programa que faça a diferença". E então se implementou o Ensino Básico de Alfabetização e as classes de aceleração, o Tempo de Aprender, o Tempo de Avançar.

Um outro aspecto importante talvez seja precisamente a comunicação dos resultados das avaliações: a incorporação desses resultados não se dava de maneira fluida nem no contexto da Seduc, nem no contexto das escolas. Sempre houve um desafio muito grande de comunicar os resultados de maneira didática. O desafio da comunicação ia desde explicar o conceito de proficiência até explicar as escalas, sobretudo os resultados de cada escola. Eu não me lembro de haver publicações entre 1995 e 2002 estruturadas para um uso escolar dos resultados. Acho que o uso do Spaece se deu muito para subsidiar a política educacional. Os resultados orientavam a Seduc na definição de programas, como falamos antes, e na formação docente. O uso dos resultados nas escolas naquele período poderia ser um bom tema de pesquisa. Acredito que estes aspectos marcam esses anos iniciais do Spaece, até o momento da decisão do ciclo básico de alfabetização: uma autonomia muito grande da equipe, com a definição muito clara dos princípios da avaliação, o que era um orgulho e seguido pela equipe.

REFORMA ADMINISTRATIVA E MUDANÇAS NO ORGANOGRAMA DA SEDUC

A terceira fase (a primeira fase vai da criação até 1995, e a segunda, de consolidação, pode ser situada entre 1995 e 1998) teve início com a reforma administrativa que aconteceu por volta de 1998, em que se teve a ideia de reduzir o quadro da Secretaria de Educação, ao ponto de reduzir um bloco de trabalho. O terceiro bloco, em que estava lotada a área pedagógica, transferida para o segundo bloco, foi totalmente esvaziado, e o primeiro bloco concentrou toda a área administrativa. Aquele terceiro bloco ficou para a Secretaria de Recursos Hídricos. Isso dá uma ideia do tamanho da reforma. E, nessa reforma, a área de avaliação foi afetada, pois havia um dilema entre a área ser uma coordenadoria independente, como era, ou integrar a Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino. Essa discussão sobre a incorporação da avaliação à área do ensino foi uma discussão importante. Antes da reforma administrativa da Seduc e logo após a saída de Lúcia Dallago, a equipe de avaliação foi incorporada à Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino, e, logo em seguida, na reforma administrativa, ela foi transferida para a Coordenadoria de Planejamento. Mas eu não sei precisar por quanto tempo, ou mesmo como se deu a incorporação legal à área do ensino na transição.

A equipe de avaliação foi incorporada à Coordenadoria de Planejamento quando eu estava à frente desta. Entre a saída de Lúcia Dallago e a reforma administrativa, a equipe de avaliação ficou lotada na Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino, como uma diretoria sob a liderança de Sílvia Coelho. Eu defendo o modelo inicial, de avaliação independente, com status de coordenadoria. Quando a equipe de avaliação foi incorporada à Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional, procurou-se manter a independência da equipe de avaliação, que tinha uma dinâmica própria – o tempo da avaliação é diferente do tempo de planejamento e elaboração da política, pois há necessidade de discussão, de incorporação teórica, de processamento dos resultados. Procurou-se respeitar esse ritmo da área. A equipe foi praticamente toda preservada e continuou atuando com uma relativa autonomia, dando continuidade ao trabalho.

A REGULAMENTAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SPAECE

Depois de 1998, um grupo de empresários procurou o governador para estimular uma espécie de premiação de escolas com base em gestão de resultados, o que gerava na equipe de gestão e ensino da Seduc uma apreensão sobre a possibilidade de se introduzir a lógica do ranqueamento de escolas. Isso gerou um certo mal-estar na equipe pedagógica e em todos nós da secretaria, porque a classificação e a competição entre escolas era algo que afrontava os princípios do Spaece. O temor estava relacionado à introdução de algum processo de premiação de escolas, o que não era muito bem-vindo. E isso inspirou a mudança da lei do Spaece. Isso se deve muito a Sylvia Coelho, ela foi heroica, porque disse: “Olha, precisamos regulamentar os princípios do Spaece.” Eram sete princípios básicos, e um deles era a não premiação, o não ranqueamento.

Uma das primeiras coisas que nós fizemos nessa nova fase foi a regulamentação e a institucionalização do Spaece. É preciso pesquisar a data exata, infelizmente eu já não tenho o registro disso, mas, por volta de 1998, foi estabelecido um marco legal que regulamentou o Spaece, e que aspirava ser um contraponto às ideias de ranqueamento, classificação e premiação de escolas. A ideia de premiação fazia parte do ambiente econômico da época. Em alguns eventos de educação, esse era um tema nos corredores. Todos os educadores estavam preocupados com essa possibilidade de se utilizar um sistema de avaliação para ranqueamento. Essa reação de regulamentação foi importante para conter as possibilidades de distorção do uso da avaliação.

Todos os educadores estavam preocupados com essa possibilidade de se utilizar um sistema de avaliação para ranqueamento. Essa reação de regulamentação foi importante para conter as possibilidades de distorção do uso da avaliação.

Outra coisa importante foi uma greve de professores, e, nesse contexto, houve uma reunião com o governador Tasso, no início do seu terceiro governo, que, ao final de uma longa reunião, apresentou sua preocupação com a avaliação, demonstrando seu interesse em modernizar os processos de avaliação, inspirado em processos de avaliação no exterior que utilizavam bancos de dados dinâmicos para processos seletivos para educação superior, por computador, com um programa que acionava um banco de dados. Ele demonstrou interesse de tentar isso no Ceará. A partir daquele momento, nós começamos a pensar e a desenvolver a ideia do Spaece-Net, que foi uma demanda direta do governador, como uma necessidade de atualização do Ceará a uma tendência que se estava consolidando já em outros países.

O FUTURO E AS MUDANÇAS DO SPAECE

Algo que poderia mudar de agora em diante seria o desenvolvimento das condições e da capacidade da escola de avaliar aprendizagem e se autoavaliar. Acho que a capacidade de avaliar está fortemente relacionada com a capacidade da escola se autoavaliar. O fato de as escolas terem sido objeto de avaliação de rendimento dos alunos em larga escala não implica aumento de sua capacidade de avaliar. A relação entre o rendimento e a avaliação institucional da escola sempre foi o desafio do Spaece, então esse desafio está pendente.

Um segundo desafio é a incorporação dos professores na análise dos resultados e sua formação para produção de avaliação, desde a concepção, produção de itens e escolha de modelos até a análise de resultados. Se você conseguir fazer com que os professores e professoras se apropriem dessa capacidade de avaliar e analisar resultados como elemento orientador do seu trabalho, então conseguiremos vencer o desafio apresentando por Lúcia Dallago quando afirmava que a avaliação não era caudatária, mas presente em todo o corpo da educação.

No Chile, o resultado do sistema de avaliação, na década de 2000, era publicado nos jornais de grande circulação, saíam em boletins com os resultados numa forma muito didática, o que tornava os resultados de conhecimento público. O terceiro desafio é, portanto, criar esse interesse para além da gestão da escola.

Uma coisa que eu aprendi com o sociólogo argentino Juan Carlos Tedesco, que foi Ministro da Educação da Argentina, é que a educação é busca de sentido, e, como busca de sentido, você tem que questionar tudo. Então, por que uma avaliação é censitária, e outra, não? Isso se deve aos custos da avaliação; então, se você faz uma avaliação censitária, como o Spaece, e não ter uma devolutiva individualizada para as crianças e para as professoras, você não está explorando todas as possibilidades, porque, com amostra de 20% ou menos do universo, obter-se-ia os mesmos resultados. Então, o custo da avaliação poderia ser muito menor do que o que se pratica hoje. Ou seja, o custo da avaliação está relacionado com a escala, e o seu benefício está relacionado com seus resultados. Uma avaliação censitária faz sentido em um processo de devolutiva para os professores e para os alunos. Se não tem o processo de devolutiva para cada escola, a avaliação pode ser feita por amostra, não precisa ser censitária.

Veja bem, a diferença no sistema educacional se dá na formação de professores. A formação de professores é muito homogênea no Ceará, é extremamente homogênea, se você tomar UECE, Universidade Regional do Cariri (URCA), UVA e UFC como as grandes universidades formadoras de professores da rede pública, pelo menos no passado, até uns cinco anos atrás. Então, a matriz curricular é parecida, o modelo e formação são parecidos. A pedagogia que está na sala de aula, que vem dessa matriz formativa docente, é muito parecida, a diferença está em um ou outro município que consiga fazer um programa de formação de professores diferenciado, o que se perde numa amostra. Então não tem nenhuma grande diferença de modelo de gestão que justifique uma amostra censitária. Eu acho que esse é o grande desafio.

A formação de professores é muito homogênea no Ceará, é extremamente homogênea, se você tomar UECE, Universidade Regional do Cariri (URCA), UVA e UFC como as grandes universidades formadoras de professores da rede pública, pelo menos no passado, até uns cinco anos atrás

.....

Hoje dispomos de níveis de computação muito elevados e incríveis possibilidades de inteligência artificial, como provam os algoritmos das redes sociais. Essas ferramentas computacionais permitem uma série de possibilidades para produzir relatórios individualizados e diversas possibilidades de cruzamento de base de dados cada vez mais completas. Como colocar tudo isso a favor da aprendizagem? Como indiquei antes, vencendo o desafio da formação de professores para a avaliação: ligar o que está nas possibilidades e limites de avaliação de cada professora e professor na avaliação cotidiana da sua disciplina aos processos de avaliação externa, como o Spaece.

HOMENAGEM A SYLVIA COELHO

Eu queria terminar com uma homenagem à professora Sylvia Coelho, que perdemos tragicamente no meio do processo, no auge de sua capacidade produtiva. Sylvia fez uma rigorosa defesa dos princípios da avaliação no Spaece. Sylvia merece um capítulo especial nessa história. Esse capítulo é o capítulo dos princípios. Analisar esses princípios, perguntar o que ainda é vigente é muito importante para preservar o espírito pedagógico que inspirou a criação de um moderno sistema de avaliação educacional em um estado que se deu ao luxo de se permitir construir as bases de uma reforma educacional a partir de compromissos pedagógicos fortemente ligados à democracia, mas sempre ancorados em uma base científica consistente, que estava na visão pedagógica da geração de educadoras tão bem representadas por Sylvia Coelho.



Maurício Holanda Maia

TRAJETÓRIA NA SEDUC

O período em que eu fiquei mais tempo na Seduc foi de 2007 a 2016, mas tive um outro curto período na Seduc que foi de junho de 1995 a setembro 1997. Havia uma coordenadoria de políticas educacionais cuja titular era a professora Sofia Lerche Vieira, e atuei como Assessor Técnico em Educação (1995-1997). Depois fui Secretário Adjunto da Educação (2007-2014) e Secretário de Educação (2014-2016).

PRIMEIRO CONTATO COM O SPAECE

Eu fiquei de junho de 1995 a setembro de 1997 atuando na assessoria da Seduc, a convite de Sofia Lerche, professora da UFC e UECE e que ficou por todo o mandato do Naspolini. Trabalhávamos em uma coordenadoria que era um pouco transversal no trato das políticas públicas. Não operávamos o Spaece, mas o olhávamos e os seus resultados e opinávamos a respeito. Mas eu acho que, naquele momento, em 1995, era um momento de pouca maturidade em relação a avaliação em larga escala no Brasil. Em 1995, foi a primeira vez que o Inep realizou uma avaliação desse tipo. Na verdade, não foi a primeira vez o instituto fez uma prova com o TRI, mas foi o ano em que foi fixado como âncora para todas as outras avaliações de Saeb o TRI. O Ceará continuou fazendo avaliações, principalmente na sua rede, ainda com TCT. De toda maneira, foi pioneirismo do Ceará criar um sistema, em 1992, um estado que, em um certo sentido, tem andado um pouco à frente do tempo em relação às demais unidades da federação, inclusive unidades mais desenvolvidas socioeconomicamente.

Quando eu voltei à secretaria, no começo de 2007, estávamos em vias de receber o Spaece de 2006, que era, creio eu, primeiro Spaece aplicando a TRI. Pelo menos eu tenho uma vaga lembrança de ter ouvido essa informação de que justamente tinha sido o ano que se tinha adotado a TRI, pensando numa capacidade permanente de comparabilidade com as avaliações nacionais. Obviamente, por uma questão estratégica, o Spaece era em anos pares, porque, nos anos ímpares, eram feitas avaliações do Saeb, nacionais, pagas pelo Inep. Essas avaliações não

são baratas, e, nos anos pares, o estado fazia suas avaliações. De certa maneira, foi uma decisão inteligente manter sempre um controle da aprendizagem dentro da capacidade de financiamento do estado. Em 2005, o Brasil inaugurou a Prova Brasil por escola, o Saeb nacional por escola, que antes era amostral, por estado, o que era criticado sobretudo por quem olha para políticas municipais. Tínhamos uma amostra razoável em nível estadual, mas não se poderia atentar ao nível municipal. É possível usar um tamanho de uma amostra de uma capital, maior, mas tais dados não eram divulgados. Em 2005, foi a primeira vez que o Saeb foi por escola, e passando a se chamar Prova Brasil.

Mesmo assim, o Saeb teve que evoluir, porque a primeira Prova Brasil era cheia de limitações, excluindo escolas que consideravam da zona rural, escolas com menos de vinte alunos. Isso é uma questão metodológica complicada, porque nem era uma amostra calibrada, nem era uma prova realmente censitária, a rigor. Mas de toda maneira, foi um grande avanço o uso e a publicação dos dados do Saeb 2005, que só foram divulgados de forma relevante em 2007, quando [Fernando] Haddad e Reinaldo [presidente do Inep] lançaram a ideia de Ideb, de um indicador de fácil compreensão, em um intervalo de zero a dez, e estabelecendo metas, tanto a meta nacional como metas municipais e estaduais. Mas, digamos, o uso efetivo da informação mais do que compensou os problemas metodológicos.

Já que estamos falando num nível de análise mais profundo, é preciso registrar que a Prova Brasil, em 2005, tinha, sim, problemas metodológicos, sobretudo em municípios muito pequenos. Por exemplo, eu me lembro de que o melhor Ideb do Ceará, com base na Prova Brasil de 2005, divulgado no primeiro semestre de 2007, era Aiuaba. Depois Aiuaba caiu e foi lá para metade da condição. Por que Aiuaba?

Muito provavelmente, eu não tive tempo de checar, Aiuaba tinha uma escola urbana que fez a prova, provavelmente a maior escola da cidade, com duas turmas de 5º ano, e toda as outras não a fizeram e eram escolas chamadas rurais. Eu digo assim "chamadas rurais" porque é uma coisa que eu não sei se já foi resolvida, mas o conceito de "rural" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não é igual ao conceito de "rural" do Inep. Então, para o IBGE, a sede de uma localidade é urbana. Digamos assim, uma localidade do Limoeiro, como o Sapé, tem um aglomerado urbano, segundo o IBGE, e os arredores, os sítios, são considerados rurais. Para o Inep, muito provavelmente, repito, não sei se dez anos depois isso já foi corrigido, mas o fato de não estar na sede urbana era suficiente para que se considerasse rural. Sobretudo quando você tem municípios com localidades de tamanho relevante, há uma distorção considerável.

Mas, bem, voltando, a gente obteve, em 2007, um resultado de Spaece aplicando a TRI, e o resultado do Saeb 2005 transformado em Ideb e pela primeira vez no nível de escola. Então, o entendimento que tivemos foi que deveríamos avançar na intensificação e extensão das avaliações. Era um momento propício, era um momento em que era mais fácil que as pessoas entendessem e aceitassem essa política, era um momento em que havia uma perspectiva financeira melhor, porque estava começando a contribuição do Fundeb, após o último ano do Fundef, de que quase não recebemos verba, e embora já fosse os 10% de complementação feito em 2/3, 1/3, mas quem lembra quanto foi a última complementação do Fundef, praticamente não havia, acho que era R\$ 400 milhões.

Então, o entendimento que tivemos foi que deveríamos avançar na intensificação e extensão das avaliações.

.....

A partir de 2007, havia um recurso financeiro bem mais robusto e que começava a compensar a rede estadual pela perda de recursos do Fundef em decorrência da contribuição que a rede estadual fazia para os municípios. Efetivamente, a lógica do Fundef e do Fundeb é distributiva, e, quando se faz uma distribuição, quem tem mais contribui com quem tem menos; mas, na hora que entra o Ensino Médio na história, então começa a surgir uma perspectiva também de o estado receber algum financiamento a mais. Eu acho que o que deu grande força para expandir o Spaece foi a ideia do regime de colaboração com os municípios e a mudança na regra do ICMS, passando a distribuir uma parte importante da cota de ICMS por resultados educacionais, e então, para ter uma boa medida, uma medida acreditável, que não ficasse fragilizada por questionamentos dos prefeitos, optamos por realizar o Spaece todos os anos.

Começou-se a aplicar no 2º ano [do Ensino Fundamental], o que se chamou de Spaece-Alfa, e também a todos os 5º e 9º anos. Eu vou falar primeiro do fundamental, e depois eu falo um pouquinho do médio. Eu acho que o médio mudou mais ao longo desse período. Passou-se a avaliar todas as redes municipais e a rede estadual, e a avaliação tinha que chegar a todas as escolas. Se houvesse uma escola multisseriada onde houvesse dois alunos de 2º ano ou de 5º ano, deveria ser avaliada. Justamente para não ter um dado frágil ou questionável por algum prefeito, eu acho que o custo compensou de longe, pagou-se mil vezes, porque, embora fosse uma avaliação muito custosa, sobretudo pelo compromisso de ser censitária de fato. O aluno podia não fazer a prova por decisão da família, da escola ou de quem quer que seja, mas não podíamos deixar de mandar alguém para aplicar a prova. Eu acho que isso conferiu muita solidez aos dados cearenses.

Eu acho que também havia clara consciência de que, metodologicamente, não seria necessário a aplicação censitária, que era possível chegar a um nível de medida muito apurado sem essa coisa censitária de ir a todo canto. Mas eu acho que havia uma mensagem muito importante para todos os professores, para as famílias, para os prefeitos, para os secretários municipais: “Nosso trabalho está sendo avaliado, nosso trabalho vai ter publicidade, nós vamos estar na vitrine”. Eu acho que essa mensagem era absolutamente fundamental, e, repito, eu acho que as políticas brasileiras tiveram que passar por um processo de amadurecimento, e o Fundeb é um marco, pois ampliou e recompôs o nível de compromisso da complementação da união às unidades da federação, e isso significa basicamente aos estados do Nordeste e do Norte. Passou a disponibilizar recursos antes inexistentes para a educação infantil e o Ensino Médio.

havia uma mensagem muito importante para todos os professores, para as famílias, para os prefeitos, para os secretários municipais: “Nosso trabalho está sendo avaliado, nosso trabalho vai ter publicidade, nós vamos estar na vitrine”.

.....

Eu acho que um traço distintivo do Ceará é uma relação madura com os prefeitos, uma vez que há pelo menos duas décadas, já havia esse esforço, desde quando eu me aproximei da gestão do estado, em 1995, com o Naspolini. Então eu acho que convergem todas essas dimensões e também um momento feliz das finanças públicas, em que havia mais recursos entrando no cofre da União e dos estados; logo, 25% em uma curva de crescimento como nunca se tinha visto antes. E acho que tudo isso convergiu para que se permitisse um excesso de avaliação.

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO PÓS-LDB

Quando Naspolini assumiu, criou uma estrutura matricial em que havia um GT de municipalização. Eu ajudei Augusto Álvaro Jerônimo Gomes a escrever quais eram as bases, os princípios do GT de Municipalização do Ensino Fundamental. Naquele momento, a ideia era escolher seis municípios do Ceará para fazer um piloto de rede única, uma coisa bem pretensiosa, porque até o Ensino Médio ficaria sob a gestão do município, embora seja responsabilidade do estado, que iria ser financiada pelo estado, mas que ficaria, vamos dizer assim, sob uma gestão integrada do município. E então a gente chegou a fazer contas, chegou a definir municípios para fazer esse processo, se eu não me engano estava com Icapuí, Jucá, Marco, Iguatu, não lembro os outros dois. A ideia era muito semelhante ao Fundef, porque entrava dinheiro do estado e do município para financiar as necessidades do [Ensino] Fundamental e, na medida do possível, do [Ensino] Médio, de forma igualitária. Chegamos inclusive a receber um documento do MEC, de Paulo Renato, dizendo como era, o que estava pensando o Fundef. Porque Naspolini disse, em uma reunião em Brasília, ouvindo falar do Fundef: “Olha, nós estamos desenhando algo que parece muito com isso”.

Então, tanto eles nos mandaram como o Naspolini teve mais de uma reunião com o ministério sobre o que vínhamos pensando. Mas, exatamente nesse ponto, o Fundef, do governo federal, era muito mais do que poderíamos fazer só com o nosso recurso. Embora o nosso desenho talvez fosse até mais ousado, abrimos mão completamente, porque não poderíamos competir com os recursos que vinham do governo federal, e o governo federal não cria desenhos diferentes para cada estado, mas pensa um desenho, e aquele desenho é para todos. É uma burrice, mas é uma burrice que eu já começo a compreender melhor. Uma vez eu me queixei muito a Paim: “Paim, o que acontece quando alguém vem trabalhar aqui nesta Esplanada que não consegue mais pensar coisas, desenhos diferentes para cada estado?”.

Ele disse: “Maurício, tu achas que todo estado faria como o Ceará? Aproveitaria toda oportunidade que tenha para melhorar as coisas? Não é assim, não. Temos que criar umas coisas bem amarradinhas”. Então, o fato é que nossa ideia de municipalização foi tomada na correnteza do Fundef. Mas, de toda maneira, foi uma oportunidade, e a medida não foi uma decisão explícita de sair dizendo “Vamos municipalizar”, “Vamos fazer campanha”. De certa maneira, Naspolini, com a autorização de Tasso, conversando com cada município, foi construindo essa ampliação da rede municipal: a rede estadual se manteria do mesmo tamanho ou se concentraria em ampliar, e então mediria e deixaríamos os municípios responsáveis por ampliar a rede municipal a partir de então, com o estímulo do Fundef e que o estado não tem. Quanto mais pobre o município cearense, e isso se repete nos outros estados, menos chance ele tem de ter uma escola estadual. Então, basta o estado se segurar e deixar os municípios aumentarem a oferta, e

quase naturalmente, pelo menos inercialmente, a matrícula municipal vai crescer. A matrícula municipal do Ceará já era grande, e, no começo dos anos 1990, 65% municipal, nesse tempo aí que durou de lá pra cá uns 12 anos, mais ou menos, chegou-se a quase 100%.

Foi sendo municipalizado, e, ao mesmo tempo, a secretaria e Naspolini puseram freios no sentido de não municipalizar qualquer coisa, de ver quem estava querendo municipalizar só para ganhar dinheiro e quem estava querendo municipalizar com o mínimo de condições de manter a qualidade do serviço, e, de fato, quando nós chegamos em 2007, já havia, acho, 90% da rede municipalizada no fundamental I e só uns 80% municipalizada no fundamental II, e, desde 2007, já são 14 anos. Foi residual e foi possível fazer isso de maneira mais tranquila.

Então, eu diria que havia uma perspectiva visionária e corajosa, se você olhar a curva do Saeb, no período que coincide com o maior processo de municipalização no Ceará, é o período que os resultados de proficiência mais caem, e o Ceará, mais do que o Nordeste e mais do que o Brasil; mas, quando eles retomam, o fazem de forma mais rápida, então foi uma aposta. Nós acreditamos que os municípios vão dar uma resposta. Eu até escrevi como epígrafe à minha tese uma fala de Paulo Freire. Por incrível que pareça, algumas pessoas que criticam nossas políticas, afirmam que não somos freireanos o suficiente, mas Paulo Freire, acho que no livro *A educação na cidade*, diz exatamente isto, é lógico que são com estas palavras: é lógico que existe fragilidade nas redes municipais, mas precisam fazer, e só fazendo aprenderam a marchar. Acho que foi essa a grande aposta, e foi uma boa aposta. Eu acho que, socialmente, se se olhar do ponto de vista da economia pública, consegue-se oferecer um serviço de qualidade igual ou melhor para as crianças do fundamental I e II com recursos municipais, sob a gerência municipal e com professores com um custo menor, sem a carga de aposentados que é maior do que o número de ativos, porque os municípios não tinham ainda essa estruturação de sistemas, com pisos salariais menores.

Então, eu diria que havia uma perspectiva visionária e corajosa, se você olhar a curva do Saeb, no período que coincide com o maior processo de municipalização no Ceará, é o período que os resultados de proficiência mais caem, e o Ceará, mais do que o Nordeste e mais do que o Brasil; mas, quando eles retomam, o fazem de forma mais rápida, então foi uma aposta.

E por que estou dizendo isso, se não é algo simpático de se dizer? Porque eu acho que um município que tenha o propósito de melhorar sua educação tem que dar atenção a salário, a plano de carreira, e sabe que terá mais na frente um déficit previdenciário. Enquanto ele pode construir isso quase que a partir do zero, as contas estaduais de pessoal já faz tempo que elas não fecham. Então tem um problema de política, pois se mexe nisso, e é um verdadeiro vespeiro, compreensivelmente. O Estado existe para defender o status quo, as conquistas que obtidas, mas existe um problema de legalidade, não só um problema de política. Em 2008, eu pude fazer um estudo sobre a folha de pagamento do Ceará, e já havia no quadro de aposentados da secretaria o mesmo tanto de pessoas que no quadro de ativos. Mais um detalhe: somando efetivos e temporários no grupo de ativos. E havia uma projeção à época de que em quatro anos mais 5 mil pessoas concluiriam o tempo de trabalho para se aposentar e continuariam vinculadas

aos direitos obtidos. Se alguém não quiser cumprir, essas pessoas acionam o judiciário, o Ministério Público, e com grandes chances de ganhar. Então, o Estado não tem um caderno limpo para reescrever essa situação. Não sei se melhorou, mas, por volta de 2014, o déficit previdenciário dos funcionários do estado era de um bilhão. Imaginando que 50% disso sejam professores ou outros profissionais da educação, pode-se imaginar como seria se fosse possível continuar honrando a previdência e investir isso em melhoria das escolas.

Então, a verdade é que os municípios que puderem, se quiserem, podem escrever uma outra política de valorização da carreira e de previdência para oferecer o mesmo serviço ou um melhor com um peso muito menor. Estou falando tudo isso para voltar àquele ponto: Napolini, na época, fez uma aposta perigosa, corajosa, mas estava certa de que foi a aposta de municipalização do Ceará. Naquele momento (1998), de baixa capacidade de financiamento, seguido de outro momento muito difícil ali em 2003, 2005, para finalmente ter um momento excelente em 2007 a 2013. De 2013 em diante, começam os sinais de uma desaceleração da economia brasileira, sinais de uma crise que bateu forte na educação, deixando os recursos da educação quase estagnados. Então, a municipalização foi um passo muito importante. Por isso a importância de construir essas avaliações e estendê-las ao município.

MUDANÇAS NO ENSINO MÉDIO

No início, eu diria que as mudanças do Spaece para o ensino médio foi uma aposta que eu apoiei muito. Achávamos que se deveria avaliar todos os anos do Ensino Médio. Diferentemente do que hoje é a avaliação de 1º, 2º, 5º e 9º [anos do Ensino Fundamental] que chegou à escola e ao professor e têm transformado as oportunidades de aprendizagem desses alunos.

A nota do Saeb no Ensino Médio era também uma nota amostral de Português e Matemática que comunicava o seguinte: o Brasil está assim, de novo; de 1995 a 2005, caiu a nota do Ensino Médio, principalmente em Matemática; depois começou a se recuperar muito lentamente. A gente conseguia olhar na lupa mais ou menos do estado e aí nada mais. E se almejava, do mesmo jeito que tinha para o município, a ideia de que podia incentivar o trabalho da escola e dos professores por meio de avaliações, de resultado de avaliações e de premiação, de recompensa mesmo. Então, pensamos o seguinte: o resultado com base no qual decidamos premiar uma escola ou X escolas que não seja o resultado só do 3º ano, mas que seja o resultado pelo menos do professor de Português de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Na verdade, para efeitos de premiação, o ideal seria o resultado de todos os alunos e séries. Para saber o que o sistema está produzindo, basta uma amostra de terceiro ano, mas, para incentivos, não seria o ideal.

No caso da escala da Spaece, a amplitude de variação dos escores do 1º para o 3º ano é muito pequena. O adequado para o 9º ano é 250, o adequado para o 3º ano é 350, isso em termos ideais. Quando se olha o que ocorre na prática, o 9º ano é 280, 300, e o 3º ano, 320, 330. Nossa ideia do prêmio era a seguinte: ganham o prêmio as cinquenta escolas com melhor crescimento de um ano para outro, e, no caso o prêmio, é um décimo quarto salário que todas as pessoas que trabalham na escola recebem, inclusive temporários e terceirizados.

O que acontecia era que as escolas não sabiam por que ganhavam o prêmio, era uma medida tão pouco distintiva que efetivamente a escola não sabia o que fazer

para ganhar e o porquê de ter ganhado. A gente começou a sentir depois de uns três anos um certo desgaste. Isso não é pouco dinheiro, mas não está produzindo praticamente nada. O também que começou a ocorrer foi que as avaliações são caras, e começamos a ver que não dá para manter essa avaliação censitária no Ensino Médio. Ela foi importante, deu-nos uma notícia, mas não faz sentido manter uma avaliação do 9º para o 1º ano se há uma pequena diferença do 1º para o 2º ano, e ela ainda é menor do 2º para o 3º ano, de forma que, se se pegar três anos, isso não dá seis pontos para a escola por ano. Não faz sentido gastar tanto para fazer uma medida tão pouco relevante, tão pouco descritiva e discricionária. Então, fomos abandonando a ideia de uma avaliação censitária, ainda mais devido ao custo, e acho que hoje, basicamente, mantém-se a avaliação do 3º ano. Efetivamente, eu não posso dizer como está.

O que acontecia era que as escolas não sabiam por que ganhavam o prêmio, era uma medida tão pouco distintiva que efetivamente a escola não sabia o que fazer para ganhar e o porquê de ter ganhado.

Por outro lado, eu defendi e ainda defendo, embora eu ache que seja uma defesa que não tenha muitas chances, que poderíamos avaliar o Ensino Médio pelo Enem, e então todos os professores da escola se comprometeriam. Conseguimos o compromisso de todas as escolas com a inscrição, e conseguimos uma proporção muito boa de frequência às duas provas. Mas, como diz não sei se Drummond ou a Cora Carolina, “Fosse eu o rei do mundo”, eu colocaria o Enem para ser o exame nacional de Ensino Médio que tanto seria um exame que certificaria o Ensino Médio de qualquer brasileiro como também serviria para os estados e escolas avaliarem o seu trabalho.

De toda maneira, desviamos o foco do Enem para o Saeb. Eu não sei quando voltou, mas eu fui muito explícito inclusive em conversas com o Inep: para nós, o Enem é muito mais importante do que a prova amostral do Saeb no 3º ano do Ensino Médio. A prova amostral do Saeb no 3º ano do Ensino Médio não consegue avaliar concretamente o resultado sequer no nível de escola, e o Enem consegue ao menos mostrar que não houve inscritos de uma determinada escola.

De toda maneira, desviamos o foco do Enem para o Saeb. Eu não sei quando voltou, mas eu fui muito explícito inclusive em conversas com o Inep: para nós, o Enem é muito mais importante do que a prova amostral do Saeb no 3º ano do Ensino Médio.

Primeiro decidimos fazer nas três séries, com todo mundo. Depois, mantivemos ainda o 1º e 3º anos, não tenho bem certeza, mas acho que sim. Depois, a gente abriu mão do 1º e do 2º anos, porque vimos que era inócua e, paralelamente a isso, fomos desfocando o olhar das políticas do Ensino Médio, desfocando do Saeb e redirecionando para o Enem.

Hoje, não temos uma média incrível de Enem, mas temos muito mais alunos participando, o que inclusive baixaria a média, se os outros estados nordestinos fizessem o mesmo esforço para que os alunos participassem. Obviamente, a média

deles também baixaria, porque um monte de gente com nota baixa, mas que participou, entraria, mas isso não é tão importante assim. O que eu acho mesmo é que quem veio de baixo da pirâmide social tem muita clareza, e que, quando um lado de escola pública tem alguma ambição e é razoavelmente talentosa, ele vai mirar na entrada da universidade. Eu acho que, na verdade, ele mira em uma estratégia de se apoiar em uma base mais ampla, então ele mira em uma formação profissional e na entrada na universidade, e, normalmente, quando tem a formação profissional, ele a usa para se consolidar financeiramente e tentar mais na frente o horizonte da universidade.

Então eu acho que, como política pública de Ensino Médio, temos que ser sensível ao horizonte dos alunos. Nos últimos anos na Seduc, eu costumava dizer que política de Ensino Médio deveria ser política de juventude e se deveria colocar a escola para pensar no que os jovens querem e precisam para que se abra um pouco o modelo da escolha, abrigando mais os anseios e as necessidades e também as capacidades dos jovens.

SPAECE E AS POLÍTICAS DE PREMIAÇÃO

Eu acho que a primeira referência para pensar políticas sociais somos nós mesmos, enquanto indivíduos. Muitas coisas do meu comportamento são baseadas em valores, em motivações internas. Muitas coisas também são baseadas, sobretudo coisas profissionais, coisas intelectuais, nos incentivos que eu percebo. Eu não fui fazer um mestrado simplesmente porque eu gosto de estudar. Eu gosto de estudar e eu gostei de fazer o mestrado e depois o doutorado, mas eu fui também pensando “isso aportará um valor agregado à minha condição profissional”. Então, eu acho que é muito moralismo a gente achar que pode desvincular trabalho e desempenho profissional de qualquer trabalhador, inclusive o professor, de incentivos externos. Não há por que desvinculá-los.

Eu concordo com duas coisas: esses incentivos, quem os faz, tem que ter muita clareza de que eles são limitados e não são capazes de tudo. Recentemente, eu vi notícias de um estudo nos Estados Unidos que mediu o efeito de engajamento de professores que recebem ou não incentivos financeiros, e o desempenho dos que não recebem foi até um pouco melhor para os que não o recebem. Mas eu acho que tudo que vem dos Estados Unidos a gente tem que ter um certo cuidado, porque eles trabalham com um nível de compreensão do que é mercado que permite que eles façam experiências muito radicais nesse sentido mercadológico, o que está muito longe de qualquer coisa que façamos aqui.

Eu concordo com duas coisas: esses incentivos, quem os faz, tem que ter muita clareza de que eles são limitados e não são capazes de tudo.

.....

Mas a verdade é que todo incentivo externo também tem uma data para se extinguir, para exaurir sua capacidade de motivação. O que eu acho é que trazer para a dinâmica das escolas um incentivo externo, no caso do Ceará, que tinha tanto o que crescer e no caso de estados e municípios brasileiros que têm tanto o que crescer, vale a pena. Quando você vê que o incentivo se está exaurindo, já está em um patamar muito melhor, e eu acho que as crianças, que os alunos brasileiros merecem isso. O primeiro senão é ter o incentivo, ter o desenho de

incentivo e enquanto ele estiver rendendo, ótimo, parabéns! Eu acho absolutamente fundamental para a dimensão da escola que o incentivo não possa ser individual, ele precisa ser distribuído para a equipe. Se eu faço um prêmio para professor que induz um professor a ser o concorrente do vizinho de sala, eu lasquei a dinâmica da escola. Isso é, inclusive, um problema que o Chile enfrenta, porque, por exemplo, as escolas chartelizadas não querem partilhar saberes.

Então, eu tenho que passar a seguinte mensagem: para ganhar esses prêmios, é preciso que se trabalhe junto. E, quando a escola ganha o prêmio, esse prêmio é da equipe. Ela direito de dizer que vai comprar uma geladeira nova. Parte desse prêmio, coloca-se no bolso, é justo. Não se pode dizer que o prêmio é para ser todo apropriado individualmente, mas é muito justo que uma parte dele seja apropriado individualmente, porque foram as pessoas que fizeram o sucesso da escola.

Eu acho que as políticas de premiação possuem outras duas coisas relevantes. Uma é: coloca-se um prêmio que seja alcançável por muito pouca gente, ele não vai funcionar. No caso das escolas estaduais, muito poucas escolas podiam acreditar que poderiam ganhar o prêmio. No caso das escolas municipais que é um mundo de escolas para um número pequeno, limitado de premiação, 150 premiadas, 150 apoiadas. Realmente, teve-se uma opção difícil, porque, se se não fizesse esse corte, o governo perderia completamente o controle; mas, por exemplo, uma solução muito razoável que apareceu e se fez necessária diante da burocracia de fazer esse prêmio chegar, transformar-se em obras e em recursos do professor, é que as escolas que ganham um ano não são elegíveis para o ano seguinte. As edições do prêmio que dobraram o número de escolas e, no caso dos municípios, a gente sabia que não cabia ao estado premiar todas as escolas do município, mas sim fornecer um modelo para que os municípios também pudessem construir o seu prêmio.

Eu até tenho muita vontade de saber quantos municípios do Ceará construíram algum tipo de premiação, mas eu imagino que seja um número significativo, e há coisas muito legais, exatamente essa coisa de crescer junto. Teve um momento, no começo, que não era possível fazer isso. Só para vocês terem uma ideia, no primeiro ano, só havia 148 escolas com nota elegível. Então, não era o momento de fazer maiores exigências. Mas teve um momento em que a gente disse assim: “Para fazer jus ao prêmio, deve pertencer a uma rede municipal em que todas as escolas tenham pelo menos 70% dos alunos no nível desejado”. Foi uma forma de dizer que não adianta você investir na sua escola bonitinha e querida se você não investir nas outras, você não pode esquecer das outras, porque, se você se esquecer das outras, a sua preferida também não vai levar.

Então, foram estratégias, experiências em que fomos descobrindo coisas, e, mesmo que já soubéssemos antes, precisávamos esperar que um ciclo amadurecesse para a mudança fosse viável, tanto na medida da avaliação como na hora de desenhar o prêmio.

Eu me lembro muito bem, porque foi uma aprendizagem relevante, do ciclo superacelerado de premiação de Sobral. No primeiro ano em que Sobral instituiu o prêmio, Ivo [Gomes], o secretário, disse: “Eu vou dar prêmio para as cinco melhores escolas”. Então, as cinco melhores receberam o prêmio.

Mas existia um canal muito bom de conversa com os diretores, que nos disseram o seguinte: “Não é justo esse desenho, porque, nesse conjunto, há escolas com duas turmas de alfabetização, e escolas que com dezoito turmas de

alfabetização; então, os esforços são totalmente diferentes para produzir bons resultados". Então, Ivo disse: "Está bem. Então eu vou dividir as escolas em cinco grupos, por tamanho, e ganhará a melhor escola de cada grupo". E assim foi feito. No final do ano, foi anunciada a premiação, e veio uma nova reclamação. "Assim é justo, mas não deixa de ser chato, porque, por exemplo, o segundo colocado do grupo dois tem uma nota melhor do que o primeiro colocado do grupo cinco". Na terceira edição do prêmio, já foi um modelo muito mais interessante: a meta era 90% [de alfabetização], e toda escola que a atingisse o receberia. Mas o prêmio saltou de cinco escolas para dezessete. Se esse prêmio fosse continuar sem desenho, chegaria um momento em que todas as 35 escolas ganhariam, um prêmio que todo mundo ganha não é prêmio, então como desenhar novamente? Levemos a meta para o segundo e quinto, em suma. Você tem que ir abrindo, e então só tem um jeito, é você ter abertura para abrir as queixas e coragem de mudar, e isso precisa transparência, se não, não funciona.

A REAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AOS RESULTADOS DO SPAECE

Teve muito trabalho, muita mão de obra para que os resultados chegassem e fossem compreendidos em alguns municípios. Eu acho que numa minoria provocou desânimo: "Eu estou tão mal assim, não tem como eu melhorar". Partimos de uma base muito baixa, e, quando se parte de uma base muito baixa, quase todo mundo está nessa base, o que a gente mede somando um incentivo?

Partimos de uma base muito baixa, e, quando se parte de uma base muito baixa, quase todo mundo está nessa base, o que a gente mede somando um incentivo?

.....

Por um lado, um incentivo do ICMS; por outro lado, o incentivo Spaece-Alfa ou Escola Nota 10; e, além disso, a cooperação técnica em avaliação, em formação do leitor, em formação dos professores, biblioteca da escola, bibliotequinha do Paic na sala de aula e uma presença muito forte do Crede da região. Tudo isso produziu, na média, efeitos muito relevantes.

Eu me lembro de dois depoimentos muito interessantes, de que pinçamos pedaços para os vídeos que passávamos na grande festa que é a Escola Nota 10, que espero que volte a ocorrer, pois há dois anos não é promovida. Um é de um prefeito da época, acho que do Brejo [Santo], no Cariri, ele dizendo que foi enforcado, que o município dele estava no vermelho, e então ele foi para a secretaria trabalhar com a secretária, e ele termina a fala recomendando aos prefeitos que escolham seus diretores por critérios técnicos, que ele percebeu que, enquanto ele não fizesse isso, as escolas não mudariam.

Por que esse prefeito ouviu pela primeira vez a pesquisa do resultado dele? Porque o ICMS interessava, porque soube que tinha um prêmio para escolas, que a escola batia retrato dele com o povo que a frequentava e depois dele com o governador e depois todo mundo, uma grana legal. Então, para mim, é muito claro que o sinal do ICMS era: "Nós precisamos fazer com que os prefeitos coloquem a educação do seu município na sua renda, na agenda financeira e na agenda política".

E, no caso da Escola Nota 10, tem um depoimento de cooperação entre escola premiada e apoiada. É muito interessante como a diretora do Eusébio, que a muito tempo se destaca por ter uma capacidade maior de financiamento, ter escolas boas, escolas em tempo integral. A escola do Eusébio era apoiada, e a premiada eu não sei de onde era, eu sei que era do interior do Ceará. E o pessoal do Eusébio foi visitar a premiada e voltaram para o Eusébio dizendo assim: "Gente, como aquela escola está entre as 150 do Ceará com aquelas condições tão mais pobres do que nós, e nós, com tudo que temos aqui, estamos entre as 150 piores?". Aquele sentimento de vergonha, no final das contas, mexeu com os bríos dos profissionais da escola.

Eu acho que essas coisas são processos educativos também, e principalmente processo de educação em gestão, porque a nossa cultura de quem mexe com educação é majoritariamente uma cultura de pedagogia, de gestão do pedagógico, de didática, e tal, e precisamos de capacidade, de um número bem maior, de uma base bem maior de quadros com capacidade de gestão escolar, pois a lógica da gestão pedagógica é uma, e a lógica da gestão escolar é outra, e com capacidade educacional que é a lógica da rede.

Um problema inclusive é que o povo da Pedagogia e das Licenciaturas abandona esse terreno da gestão para outras pessoas, e é muito importante que, em vez disso, nós nos tornemos competentes nisso e não deixemos esse terreno para os economistas, os administradores. Não o digo só motivado corporativamente, mas é porque é uma forma inclusive de defender a educação, porque sabemos muito melhor o que a escola precisa, o que os meninos precisam, como são as condições em casa, como são as condições da escola. Sabemos que não é só apertar um botãozinho e sai algo pronto na escola; mas, se não estivermos nesses postos-chave que influenciam na decisão, as soluções saem da mente do administrador e do economista e de outras pessoas com esse perfil. Então, é superimportante que aprendamos essas duas outras linguagens além do pedagógico, o município.

O PAIC E O SPAECE

O Paic não teria sido possível sem o Spaece. É como se ele perdesse a lanterna, como se estivesse caminhando no escuro e perdesse a lanterna. Lanterna não é uma coisa essencial, ninguém vive de lanterna, ninguém faz uma prótese para colocar uma lanterna no lugar do braço, mas, em uma caminhada no escuro, se não se tiver lanterna... Ou seja, é uma condição absolutamente necessária; no caso da estratégia do Ceará, muito relevante.

SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Eu acho que tem duas vertentes. Uma que já existia, que eu espero que, nos próximos anos, o país, ou pelo menos algumas redes, tenham amadurecido para começar a construir, que é uma versão de maior participação dos professores nos desenhos de avaliação e nas medidas que elegemos como relevantes para a avaliação. É algo que eu digo que precisa amadurecer; porque, por um lado, a maioria das redes do país vai ter que sair dessa atitude meio defensiva ou depreciativa em relação aos professores, mas também os professores vão ter que dar um passo além da sua luta ou visão corporativa.

AVALIAÇÕES DE RESULTADOS E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Acho que é possível aperfeiçoar e assimilar uma discussão com professores [sobre avaliações de resultados]. E a outra coisa que ficou mais evidente neste momento, depois que nós vivemos a pandemia, e que corrobora a primeira que eu falei é a possibilidade de se comunicar com o professor e receber feedback e processar os feedbacks, o que pode auxiliar muito no avanço da construção de novas medidas e novas pautas para as avaliações de resultado.

Eu concordo plenamente quando os professores reclamam que as avaliações são reducionistas. Eu acho que elas foram absolutamente importantes, essenciais nesses trinta anos de construção no país. Os caminhos de cada unidade da federação são desiguais, vemos por aí muitos estados que não têm a menor maturidade ainda em relação a produzir e aproveitar dados, mas eu acho que, se eu fosse professor, eu diria: “Poxa, é muito pouco só medir o nosso trabalho por avaliações de Português e Matemática”. Então, eu acho que a gente pode aperfeiçoar isso.

Eu concordo plenamente quando os professores reclamam que as avaliações são reducionistas.

.....



Luiz Eduardo Menezes Lima

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Secretário Adjunto da Educação (2003-2005) e Secretário da Educação (2006)

O SPAECE NA SEDUC

O Spaece é um sistema de avaliação. No serviço público, temos uma dificuldade muito grande de avaliar, mais ainda de monitorar. Isso é uma coisa que a área de educação, mesmo eu, fora da educação, percebia a intenção, a importância que se dava para fazer avaliações, de uma maneira geral. Então, buscou-se durante muito tempo avaliações de professores, mas havia uma discussão, vamos dizer assim, teórica, e uma discussão política, mas a parte de avaliação dos alunos começou a acontecer. Na época, tínhamos uma parte feita pela área de tecnologia, pela internet, e uma outra parte que não era pela internet.

O SPAECE E A INTERNET

Ele chegou a ser feito pela internet em 2001, 2002 e 2003, mas em 2004 começou a abarcar os municípios, e voltou para o lápis e papel. Esses governos que tivemos no Ceará são governos que, apesar de em alguns momentos serem de partidos diferentes, sempre se preocuparam com a qualidade das coisas, do ajuste fiscal, da avaliação dos alunos. Foi um governo muito preocupado, desde o Tasso, o Ciro, e vem até hoje. Então a avaliação sempre teve muita importância. Além da educação, o sistema de avaliação nos governos sempre foi muito importante, então mais do que nunca se queria que um dia, hoje, colhêssemos esses frutos e tivêssemos condição de dizer “nossos alunos são alunos com qualidade no ensino”.

E a gente tem como explicar isso, tem um sistema de avaliação desde 1992, tem uma base de informação para dizer que os alunos estão nas condições que estamos hoje, e o Ceará é reconhecido também por isso.

O BANCO MUNDIAL E O SPAECE

O Banco Mundial sempre prezou muito por essa coisa de avaliações, acompanhamentos. A gente tinha também na época o pessoal lá do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), do grupo do professor José Martins de Godoy, que nos ajudou em algumas coisas. Mas o Banco deu um apoio muito grande, tivemos outras negociações que foram mais complexas. A alfabetização de adultos, por exemplo, foi muito mais complexa. Mas o Banco apoiou, ajudou-nos bastante, redefinimos algumas coisas, e o Banco Mundial foi um grande parceiro nesse processo todo da educação no estado do Ceará.

Recebemos um empréstimo de 100 milhões de dólares, alguma coisa assim, era muito dinheiro, e uma parte disso foi utilizada para poder alavancar o trabalho na área de avaliação. A logística era complexa, mas a área da educação sempre soube fazer muito bem essa parte da avaliação e do acompanhamento. E então o Banco nos ajudou bastante, precisávamos de um apoio financeiro, mas o banco sempre dava um apoio a mais, pois tínhamos um conhecimento muito próprio, muito forte. O Banco trouxe algumas informações, algumas pessoas que ajudaram a construir isso que temos hoje.

O SPAECE E O SECTOR WIDE APPROACH (SWAP)

Eu não lembro detalhadamente, mas sei que o Swap foi um primeiro movimento em que o governo se comprometeu com o Banco Mundial a atingir alguns indicadores, algumas metas, e isso foi um grande salto, lógico que hoje o Banco tem isso como uma regra. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, agora que eu participei via Tribunal de Justiça, também está seguindo essa regra. Então foi uma coisa que o governo assumiu e tem muito a ver com avaliação.

Para que você receba aquele recurso acordado, tem que atingir alguns indicadores. Para isso, ocorria reuniões com o pessoal do planejamento, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), não sei se a Fazenda participava, mas tinha o pessoal, no caso, da educação, que discutia e buscava atingir esses indicadores com que nos tínhamos comprometido. Eu acho isso um grande salto, apesar de aquilo ser uma coisa inovadora. Às vezes, a gente internamente questionava um pouco, mas aquilo foi muito importante para fortalecer o processo que buscávamos na educação, de ter indicadores, metas. Não que a gente não tivesse isso antes, mas era muito incipiente. Então acabou juntando uma coisa com a outra: já queríamos indicadores, trabalhar melhor com essas metas, e então o Swap veio com essa perspectiva, e hoje é uma realidade no Banco Mundial.

Às vezes, a gente internamente questionava um pouco, mas aquilo foi muito importante para fortalecer o processo que buscávamos na educação, de ter indicadores, metas.

.....

A SEDUC E A GESTÃO POR RESULTADOS

Eu sempre digo que nós, cearenses, tivemos muita sorte. Porque tivemos governos que se seguiram cada um com sua proposta, mas que se conectaram. Tasso

fez uma ruptura política, entre outras rupturas, e começou essa discussão de um estado mais profissional. Então passaram Ciro e Tasso duas vezes novamente.

Lúcio Alcântara disse que ele perdeu a eleição porque se preocupou mais com a gestão do que com a política. Todo mundo dizia que ele era um homem político, mas talvez por isso ele tenha perdido a eleição, mas é uma avaliação pessoal. Ele realmente investiu muito na gestão. Primeiro, ele manteve técnicos na gestão, talvez aqui e ali poderia ter um político, mas ele investiu muito nisso. Eu lembro que, quando a gente fez o reordenamento da rede em Fortaleza, foi duro. Mas ele o assumiu, porque aquilo fazia parte da organização da gestão. Então, ele foi um homem de muito investimento na gestão, tanto que me manteve lá quando Sofia saiu. Deixou-me lá, poderia ter colocado uma pessoa mais política. Foi um investimento muito forte, e esta é uma frase que ele disse, que está sempre na minha cabeça, "Perdi a eleição porque me preoquei mais com a gestão do que com a política", mostra exatamente onde ele investiu.

Só um parêntese, a composição política que aconteceu na eleição foi muito forte do outro lado, e ele muito, preocupado em realmente fazer o Estado funcionar bem, principalmente nas áreas sociais. Ele sempre teve um olhar muito especial para ação social, para educação, para saúde e, infelizmente, teve esse problema de perder a eleição. Ele, sim, teve um papel preponderante, porque, quando fazemos alguma coisa diferente, que quebre o paradigma, quando queremos fazer uma coisa mais estruturada, mais profissional, temos muita dificuldade. Então, se não tem um patrocínio do governador, as coisas ficam mais difíceis, e tínhamos um grande patrocinador, o doutor Lúcio.

Tanto que, apesar de poucos registros, só saindo um pouco da avaliação, estruturamos a primeira escola de tempo integral do Ensino Médio, com grandes dificuldades. Fazendo convênios para os alunos irem ao Colégio Militar almoçar, voltar, coisas assim, como dizia o jornalista Fábio Campos. Até encontrei com ele esses dias e disse isso para ele. Ele achou que era uma coisa meio improvisada, e claro que se improvisava, mas foi a primeira escola de tempo integral do Ensino Médio no estado do Ceará. Isso para que se veja a importância que o doutor Lúcio dava para a estruturação e profissionalização da educação.

FINANCIAMENTO DO SPAECE

Não me lembro de dificuldade [de financiamento do Spaece]. Sempre tínhamos dificuldades em muitas coisas, mas eu não caracterizo as questões de financiamento como dificuldade. Tivemos um apoio. Tínhamos sempre muita dificuldade, mas o dinheiro vinha de várias formas, do tesouro estadual, de um empréstimo, de outras situações; mas, quando chegamos, tivemos um problema financeiro muito grave. Era uma forma de entendimento do governo anterior e gente tivemos que fazer ajustes. Então tivemos o primeiro ano de dificuldade em tudo.

Mas, pelo que me lembro, a gente se organizou, e tínhamos sempre a oportunidade de ter recursos de avaliação. O problema é que o governo, na época, ainda percebia que as áreas sociais não eram profissionais, especialmente por quem era profissional da gestão, da Fazenda ou Planejamento.

Essas pessoas sempre olhavam a área social com um olhar: "Ih, o pessoal ali só quer agradar, só quer fazer os meninos comerem, só querem colocar o pessoal do SUS para ficar em uma situação mais confortável". Eu estou sendo um

pouco radical nos pensamentos, mas eu quero dizer que isso era uma dificuldade tínhamos no governo. Como tínhamos um patrocínio forte do governador, isso era minimizado; mas, quando íamos à reunião com o Secretário da Fazenda, Secretário de Planejamento e Secretário da Controladoria, era sempre esse pensamento: “Mais dinheiro? A educação quer mais dinheiro?”. Havia um esforço, que eu acho que talvez hoje não seja tão grande, mas era sempre uma dificuldade conseguirmos recursos, mas o patrocínio era forte, e os argumentos eram fortes também.

Quando fazíamos uma discussão com os argumentos do porquê de precisarmos fazer o sistema de avaliação funcionar bem, o porquê de precisarmos que as crianças tivessem uma condição melhor de estudo, e os professores, de ensino, isso facilitava bastante.

Queríamos mostrar que aquilo tinha um resultado, havia uma resposta posterior. Mas as pessoas, naquela época, não sei como está hoje, tinham um pensamento de que aquilo precisava dar um retorno imediato. O próprio Banco Mundial, no começo, pouco antes de nós, tinha muita essa visão, porque hoje as áreas fazendárias têm tantas condições, tem tantos profissionais mais qualificados na gestão do que as outras áreas? Porque o próprio Banco investiu nisso, as operações de crédito tinham muito isso. “Vamos apoiar a Fazenda, porque na Fazenda se trabalha, arrecada-se mais, gera-se mais recurso”, e as áreas sociais tinham que fazer esse esforço a mais que fazíamos na época.

A visão era muito material, era muito concreta, vamos dizer assim. E precisávamos realmente melhorar as escolas, tínhamos tudo isso também. Quando você desloca o pensamento material, concreto, para uma coisa que aparentemente é abstrata, como o aprendizado dos alunos, tem-se muita dificuldade, e era esse esforço que fazíamos sempre.

Eu acho que parece que a chave rodou toda junta, o próprio Banco se preocupou mais com isso, passou a perceber a importância disso. E então, já saindo um pouco do Governo Lúcio para o Governo Cid, rapidamente, havia uma visão da educação por causa de Sobral, pois Cid ele tinha sido prefeito da cidade, por isso ele tinha aquela necessidade ou aquela vontade de elevar os indicadores da educação, como ele buscou fazer na época com o secretário, irmão dele, Ivo Gomes, que hoje é prefeito.

Então aconteceu de a coisa ficar um pouco mais fortalecida. Era como se o patrocinador, além de ser o patrocinador, como foi o doutor Lúcio, era o patrocinador que viveu isso e que o queria replicar em um nível maior de poder que ele estava alcançando. Com aquilo, ele trouxe mais força para a educação, e acredito que também para essa estrutura de avaliação e outras estruturas da educação.

MODELO DE GESTÃO DO ESTADO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE

Quando a gente compara o público com o privado, tem que ter muito cuidado, porque são percepções diferentes. Na minha opinião, são visões diferentes, do empresário que quer melhorar as condições de qualidade. Ele acompanha as escolas mais sensíveis, tem essa preocupação, sim, mas, ao mesmo tempo, ele vive daquilo, aquilo é o lucro. O que eu acho que tem entrado muito? É essa coisa de trazer as tecnologias, trazer coisas com que, de certa forma, o poder público tem

muita dificuldade, se bem que hoje já tem parceria com a Google, inteligência artificial na educação, coisas com que de certa forma até temos resistências, mas não vou entrar no mérito.

Eu lembro que a gente conseguiu trazer a parceria de algumas escolas. Por exemplo, no CearáVest, tinha aulas que eram geradas pelas escolas privadas.

Os professores, como sempre falamos, estão salarialmente no mesmo nível, então não dá para discutir que o professor da educação pública é o professor mais ou menos qualificado, ou que ganha mais ou menos. Nós, da área pública, temos outras preocupações, que são atender aqueles que não conseguem ser atendidos pela iniciativa privada. Não é possível comparar. Eu acho que também fizemos, aproveitando agora a época de Olimpíada, o sarrafo ficar mais alto, evoluímos muito na educação pública, e com isso a gente disse: “Olhe, iniciativa privada, estamos chegando, nossos alunos nos estão procurando”. Claro que também nos procuraram pela situação financeira, mas olhe aqui os nossos números do Ceará, as pessoas estão vindo mais para a educação pública.

Eu acho que também fizemos, aproveitando agora a época de Olimpíada, o sarrafo ficar mais alto, evoluímos muito na educação pública

“Ah, Luiz, foram porque não tinham condições de pagar”, não foi só por isso. De certa forma, escolas que eram mais baratas, e o menino estava ali muito mais para dizer que não estava no público, já existia muito pouco. Eu converso com pessoas que têm filhos na escola pública e estão lá porque entendem que as coisas melhoraram. E a percepção das pessoas inicialmente é a melhora física, ainda tem esse rescaldo. A pessoa coloca o filho lá porque a escola é melhor, e, no privado, também é assim. Eu sei como o dono de escola fala, “rapaz, eu estou com a sala nova, no local tal”, então sala de tecnologia, de inteligência artificial para as crianças, isso ainda mexe com a cabeça dos pais. Temos uma escola específica, em um local específico e que o dono da escola abre a inscrição em uma hora, cinco minutos depois a escola está lotada. É impressionante. É essa comparação que eu faço do público e do privado, são sempre empresários, e vão querer sempre retorno.

O SPAECE E AS PREMIAÇÕES

[Acho] sensacional a premiação. Eu acho que isso também foi uma evolução. Tínhamos resistência. Porque, de uma maneira geral, quando se fala nisso, parece estranho, mas estamos falando de quinze anos atrás, estamos falando na realidade de dezoito anos, quando a gente fala de 2003. Premiar parecia um negócio: “como você vai premiar isso? As pessoas estão ali para ensinar, outros estão para aprender, você vai premiar por quê?”. E então respondíamos: “Nós temos que premiar inclusive o terceirizado”. Não, não pode fazer isso.

Então foi mais uma quebra de paradigma, e eu lembro muito, e toda vez que eu falo de premiação, em algum canto que eu vou, eu falo da história de que premiávamos quem se esforçava também. Só se premiava primeiro, segundo e terceiro. Mas o premiado já foi o vigésimo, e antes tinha sido o trigésimo. Então aquele

esforço que ele fez era premiado, e aquela premiação criava um ciclo virtuoso, porque as pessoas falavam: “Poxa, além de eu ensinar, além de eu ficar gratificado pelos meus alunos terem aprendido, eu ainda vou ganhar por isso”.

Então foi mais uma quebra de paradigma, e eu lembro muito, e toda vez que eu falo de premiação, em algum canto que eu vou, eu falo da história de que premiávamos quem se esforçava também.

.....

Pode parecer estranho: quer dizer, então, que as pessoas fazem isso para ganhar dinheiro? Não, mas isso é muito bom, eu vou fazer meu trabalho, faço meu trabalho bem-feito e ainda sou premiado por isso. E, para mim, isso era sempre muito novo. Existe uma coisa na educação que eu digo que é a alma da organização, que é aquela coisa que as pessoas da educação gostam disso, os professores gostam desse movimento, juntar todo mundo, que agora está mais difícil, mas, no Centro de Eventos, no auditório grande, todo mundo de mexendo, falando, chamando o nome da pessoa.

Eu acho que o governo fez isso muito bem, chamava um por um, era o governador quem ia entregar o prêmio, e isso era muito significativo, porque, além de tudo, eu imagino que um governador desse deve bater umas 3 mil fotos em um evento desses. Porque todo mundo queria estar presente, além de estar com o governador, que isso, por si só, é muito importante, nem todo mundo tem acesso ao governador do estado, e esses governadores todos foram muito acessíveis, com exceção do Tasso, que era um pouco menos, tinha o estilo dele.

Mas o doutor Lúcio ia lá, entregava o prêmio um por um, a cada escola, a cada professor. Mas, voltando a me lembrar das coisas, eu vejo como tudo se conectava, eu nem sei se fizemos realmente o planejamento disso tudo, mas parece que as coisas se conectavam, era como se tivesse coisa esperando para entrar na conexão: “Olhe, pessoal, tem uma premiação”. “Traz ela para cá, conecta que tem tudo a ver”. Vamos avaliar, nós vamos acompanhar, mas nós também vamos premiar.

Conseguimos também visualizar que não estava bem. Poderia ser por vários motivos, e então aprofundou-se mais o processo de avaliação. Você não está bem? Por que você não está bem? É porque a infraestrutura não está boa? É porque os professores não estão qualificados? Eu acho que tudo isso é um processo de avaliação.

O IPECE E OS RESULTADOS DO SPAECE

O Ipece, desde a época do Tasso, começou uma participação mais de perto, mas era muito no começo. Acho que na época era muito mais voltado para a parte fiscal, financeira, econômica, vamos dizer assim. Com o tempo, foi-se voltando, e eu começo a perceber como as coisas estavam conectadas. Claro, com a visão social do doutor Lúcio, que era um homem que, dentre todos esses, com certeza, era o que tinha a maior visão social, e que trouxe o Ipece mais para perto, com Marcos Holanda. Tinha uma pessoa também no governo que, apesar de algumas questões, era uma pessoa que tinha essa preocupação também da qualidade das coisas, Maia Júnior. Ele tinha um estilo que não agradava todo mundo, mas ele, de certa forma, pressionava para que a qualidade fosse maior. Hoje ele é o Secretário do Desenvolvimento Econômico do estado. Até tivemos uns desgastes

nas relações de trabalho, mas aquilo fazia parte de um crescimento que se estava vivendo, ninguém sai da zona de conforto sem ter problema, ninguém sai da zona de conforto sem atrito.

O Ipece, nesse momento do doutor Lúcio, começou a ter essa visão social, e era muito próximo das operações de crédito [do Banco Mundial]. Eu lembro até que o Ipece era o coordenador de todas as operações, acompanhava tudo isso, acompanhava o Swap. Foi nesse momento, em 2003, na época do doutor Lúcio, que o Ipece nos trouxe essa visão.

O SPAECE E OS MUNICÍPIOS

O problema sempre era o que fosse novo, que sempre é olhado com mais cuidado. O que eu vou ganhar com isso? E, naturalmente, os prefeitos também têm uma visão política: “O que politicamente eu vou ganhar?”. Quando eles começaram a perceber que tinham um ganho social, porque, quando se faz uma coisa na área social, tem-se muito algo como: “Vamos começar, porque o governador está apoiando”. Não posso dizer “todos”, mas boa parte deles entraram porque existia um apoio, um patrocínio.

Mas, com o tempo, eles foram percebendo, havia municípios com essa percepção, como Sobral, por exemplo, com o Ivo Gomes; mas, de uma maneira geral, não teve resistência, teve dúvidas como qualquer outro teria, até porque nem todos os prefeitos, principalmente naquela época, eram mais atentos a questões sociais. Eles estavam muito com essa preocupação que o estado teve um pouco antes.

O SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Uma coisa que eu aprendi é que trinta anos é muito tempo. Uma coisa que mudou a vida de quase todo mundo foi a pandemia. Ela também nos mostrou muita coisa. Essa é a minha percepção. Provocou essa história da educação a distância. Não vou entrar no mérito de se isso é bom ou ruim, mas todos tiveram que ficar em casa. Não é uma escolha estar na escola ou ficar em casa. Teve quem gostou, teve quem não gostou.

Mas, na realidade, a educação a distância é uma coisa que vai ser mais presente do que antes, apesar de eu achar que tem todo um processo de socialização, principalmente para as crianças menores. A [educação] a distância é uma coisa que se vai consolidando. Mexeu na estrutura social, nos problemas de saúde mental.

Eu tinha uma frase que me preservava, aliás, eu dizia isso na Saúde, porque eu também não era da área da saúde. “Pessoal, seguinte! Eu não entendo nada de educação, eu posso falar uma besteira muito grande para vocês, então deem um desconto”. Então eu dizia: “Por que a gente não trata mais nas escolas dos comportamentos, das habilidades, das relações? Tudo bem, eu tenho que falar do português, da matemática, mas, talvez, se diminuir um pouquinho da geografia, da história, da física, e tal, e falar mais de como as pessoas devem relacionar-se, como eu faço amizade, como eu conquisto uma pessoa, como eu sou grato a uma pessoa? Por que é preciso dizer ‘por favor’, ‘obrigado’, ‘desculpe’?”. Essa coisa que existe nas escolas, mas que, na minha opinião de leigo em educação, acho que poderia ser fortalecida.

Com a pandemia, está todo mundo com problema de saúde mental, quase todas as pessoas. Você conversa com as pessoas, tem uma que está inquieta, uma que quer voltar, uma que brigou com a mulher porque trabalhava todo dia. O homem todo dia saía para trabalhar; a mulher, para trabalhar, quando chegava em casa, era o maior amor; agora, não, os dois passavam o dia todinho dentro de casa, um do lado do outro, e há as crianças. E então, cada vez mais, eu acho que o lugar em que você vai estar vai ser menos importante, eu acho que isso é uma coisa que vai acontecer.

Claro, não é uma paranoia de que “tudo tem que acontecer”, “tudo vai ser assim”, não, nem tudo vai ser assim, mas o lugar que era uma coisa muito marcante. Como a gente via que uma empresa era muito grande? Ela tinha aquele prédio no centro de Nova Iorque ou aqui na Aldeota, no Meireles, aquele prédio. Mas isso vai acabar com o tempo. Vai ser muito mais importante o que eu estou fazendo, o que eu entrego, o que, como diretor de escola, estou entregando para os meus professores, e, conseqüentemente, para os meus alunos. Eu acho que isso é uma coisa que não vai demorar tanto tempo.

O sistema de avaliação vai-se fortalecer, mas uma coisa que eu tenho insistido com meus colegas da gestão pública é monitoramento. Eu acho que avaliamos, executamos bem, os professores dão bem a aula, planejamos bem, o planejamento da educação é uma coisa muito estruturada, avaliamos bem, estamos falando sobre isso agora, mas monitoramos pouco. Às vezes, esperamos terminar para dizer: “deu certo”, ou então “não deu certo”.

O sistema de avaliação vai-se fortalecer, mas uma coisa que eu tenho insistido com meus colegas da gestão pública é monitoramento.

.....

Temos que acompanhar, monitorar. “Espere, meu amigo, no fim eu tinha que chegar a 10, nós estamos nesse momento em 8 e já estamos no fim de novembro, nós não vamos chegar a 10”. Ou então “Nós estamos em julho, pessoal, matematicamente nós tínhamos que estar em 5”. Eu estou fazendo uma comparação geral, mas que também se aplica à educação. Porque eu quero que meus alunos melhorem 10% no sistema de avaliação, e até agora nós estamos em outubro e não conseguimos concluir nada?

Eu acho que isso é uma coisa que precisa estar dentro não só da educação, mas da gestão pública de uma maneira geral. A área financeira, como já começa antes, já faz isso há tempos: “Pessoal, nós estamos arrecadando agora em abril, quando chegar em novembro, nós não vamos conseguir arrecadar o que a gente tinha previsto”. A área social precisa fazer um pouco mais disso. O que nós estamos fazendo? Eu tenho minha meta, que é uma coisa que foi uma grande evolução, meta e indicador na área social. Eu trabalhei na Saúde, trabalhávamos com meta, com esforço, a gente queria chegar à taxa de 25 por 1000 de mortalidade infantil. Era um esforço, mas não tinha acompanhamento. Desde aquela época, dizia: “Como vou chegar com 25 se eu não estou acompanhando isso?”. Chegava o final do ano, e não chegamos a 25.

A GESTÃO PÚBLICA, O MONITORAMENTO DE INDICADORES E A RESPONSABILIZAÇÃO

Deveria ser monitorado os indicadores, sim. Porque muita coisa se perde, ou somos derrotados no fim porque não acompanhamos. E eu acho que isso deveria fazer parte do processo de responsabilização, porque é o papel do gestor o acompanhamento. O monitoramento é papel de gerenciamento, de gestão, faz parte, só que isso não é utilizado, as pessoas acham que só definindo um belo projeto, com boas metas, indicadores, vão fazer com que essa coisa aconteça. Por obra e graça do Espírito Santo, eles vão chegar lá sozinhos. E, às vezes, eles chegam, e o pior é isso, quando chegam, têm certeza de que vai dar certo sempre.

Só que eu sempre digo assim: “Quando está tudo bem, ótimo; agora, quando dá uma zebra, não tem mais volta. Se chegou no fim, está acabando a gestão”.



Eloisa Maia Vidal

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Coordenadora Técnica Pedagógica (2003–2004), Coordenadora de Planejamento e Políticas Educacionais (2005) e Secretária Adjunta (2006)

O SPAECE EM 2003

Quando eu fui para a Seduc, em 2003, no início da gestão de Lucio Alcantara (2003–2006), eu conhecia o Spaece a partir de estudos acadêmicos e de divulgação na mídia, especialmente pelos baixos resultados de aprendizagem dos alunos nos anos escolares avaliados. Nos anos 1990, eu tinha participado de equipes que trabalhavam com a elaboração das matrizes do exame, na área de Ciências da Natureza e, por isso, também conhecia, pelo menos em parte, a metodologia e outros procedimentos. Como inicialmente fui para a Coordenadoria Técnica Pedagógica (Codep), minha relação com o Spaece era indireta, porque ele se situava na Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais (Coppe); mas, assim que cheguei, comecei a me interessar pelos dados que estavam disponíveis, como forma de identificar alguns resultados que pudessem orientar as formações continuadas dos professores e dos gestores.

assim que cheguei, comecei a me interessar pelos dados que estavam disponíveis, como forma de identificar alguns resultados que pudessem orientar as formações continuadas dos professores e dos gestores.

.....

Na Seduc, não havia a cultura de trabalho com indicadores, e, nesse sentido, foi um desafio difícil e complexo. Primeiro, era necessário selecionar os indicadores a serem trabalhados, preparar materiais e definir estratégias de abordagem que conseguissem atrair gestores e professores e convencê-los de que os dados forneciam informações relevantes e que eram produzidos por eles. Segundo, era preciso mudar o paradigma das políticas educacionais, nas quais praticamente

todas as ações eram planejadas de forma subjetiva, empírica, sem sistematicidade e muito centralizada em processos. Só para ilustrar, em cursos para diretores, resolvemos trabalhar os indicadores de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), e, para minha surpresa, em várias situações-problemas analisadas, os diretores chegavam à totalização dessas taxas a valores menores ou maiores do que 100%, e isso não causava nenhum estranhamento. Nesse momento, eu entendi que o problema era muito maior do que o imaginado.

Quando eu cheguei na Codep, começamos a utilizar os resultados do Spaece para definir parte das ações da coordenadoria e mantínhamos uma relação muito próxima com a equipe do Spaece, que ficava na Coppe, e também com a equipe do Censo Escolar e um outro grupo de trabalhava com o planejamento de rede. Isso foi muito importante para integrar as equipes técnicas e, ao mesmo tempo, construir centralmente a ideia de trabalhar com indicadores e compreender que eles tinham grande utilidade para o planejamento das iniciativas pedagógicas.

Em 2003, não houve aplicação do Spaece, mas já se iniciavam os preparativos para a edição de 2004. O estado do Ceará vivia uma crise fiscal aguda, e a solução em termos de recursos para o Spaece 2004 foi utilizar recursos do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. Isso exigiu uma negociação longa, porque não estava previsto inicialmente, e se teve que reajustar rubricas de financiamento. Eu não participei diretamente, mas acompanhei todos os movimentos. Nessa negociação para o financiamento do Spaece 2004, foram incluídos no escopo do empréstimo, metas a serem alcançadas no Saeb e Spaece, assim como ampliação da amostra.

Na verdade, até então, como o Saeb e Spaece eram amostrais, os resultados de um confirmavam os do outro, e, de fato, diretores e professores não se reconheciam nos resultados. Por mais que explicássemos que a amostra era representativa da rede estadual, não havia convencimento.

PREMIAÇÃO A PARTIR DO SPAECE

Em 2001, na gestão do secretário Antenor Napolini, foi criado o Prêmio Escola do Novo Milênio, e, quando, eu fui para a Seduc, em 2003, era preciso adquirir uma quantidade bastante expressiva de computadores para premiar os alunos que participaram do exame em 2002. Foi uma situação bem complicada, porque, em 2003, o governo do estado criou uma Secretaria de Controladoria, e eles questionaram a compra, argumentando que era recurso de capital para ser dado a aluno, e que isso, por lei, não era permitido. Sei que a compra demorou bastante tempo, porque teve-se que sanar essa questão, e isso foi muito ruim, porque as cobranças eram diárias, diziam até que a Seduc estava dando calote nos alunos. Então meus primeiros contatos com as premiações foram com problemas de ordem prática. Outra coisa que me chamava a atenção, na época, era a concentração de prêmios para alunos de algumas escolas.

No período 2003-2006, o Prêmio Escola do Novo Milênio foi substituído pelo Prêmio Escola Destaque, que premiou escolas, equipes escolares e alunos nos anos 2005 e 2006, considerando os resultados do Spaece 2004. A construção dos critérios para a concessão do Prêmio foi elaborada com apoio do Ipece, e, pelo que me lembro, pela primeira vez, conseguiu-se utilizar, além dos resultados de proficiência, a taxas de rendimento na composição da fórmula. E se premiou resultados absolutos e evolução de resultados.

A construção dos critérios para a concessão do Prêmio foi elaborada com apoio do Ipece, e, pelo que me lembro, pela primeira vez, conseguiu-se utilizar, além dos resultados de proficiência, a taxa de rendimento na composição da fórmula. E se premiou resultados absolutos e evolução de resultados.

.....

A criação de mecanismos de premiação, pelo menos nesse momento inicial, criava uma certa estratificação das escolas. Basicamente, elas se dividiam em três grupos: o primeiro terço eram as escolas que competiam entre si pelos prêmios; o segundo terço, escolas que se consideravam participantes do processo e reconheciam chances de ganhar; mas o último terço era fortemente afetado, porque se reconheciam sem chances de ganhar de um ano para outro. Alguns diretores inclusive diziam que o prêmio não era para a escola deles. Eu acho que essa estratificação de escolas diante de uma política pública não foi percebida e trabalhada como se devia.

A VERTENTE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO SPAECE

As duas vertentes – Avaliação de Desempenho e Avaliação Institucional – existiam e estavam bem definidas. Esse trabalho foi feito na gestão anterior, e havia duas equipes que possuíam um grau de entrosamento razoável, que tentamos fortalecer, até porque, naquela época, por conta do Fundescola, havia uma preocupação com o Planejamento Estratégico, que previa avaliações, se não me engano, anuais. Havia um material didático produzido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) muito bom, que era trabalhado nas formações continuadas dos gestores, e de que eles gostavam muito. Em 2005, eu fui para a Coppe e, como conhecia bem o material do Fundescola por causa da minha passagem pela Codep, conversei com a equipe de Avaliação Institucional para se aproximar da equipe que trabalhava com esse material e ver como evitar retrabalho em torno dos processos avaliativos por parte da gestão escolar.

Começou-se a desenvolver uma articulação de todos esses processos, que eu considero muito valiosa, porque as equipes não só conversaram muito, como chamaram diretores escolares para dar suporte às discussões, e realmente se constatou que havia significativa parcela de retrabalho nos processos de Avaliação Institucional. Foi nesse momento, que resolvemos contratar um serviço de consultoria para integrar todas as ações que giravam em torno disso na Seduc e também tomamos conhecimento de um material sobre avaliação institucional na Escócia (fruto de uma visita que a secretária Sofia Lerche fez a esse país, decorrente de uma parceria do Conselho Britânico com o Consed). E foi construída a Avaliação do Núcleo Gestor da Escola (ANGE). Nesse sentido, a vertente da Avaliação Institucional adquiriu uma dimensão mais abrangente e chegamos a desenvolver instrumentos para coleta de dados de uma avaliação que seria realizada pela escola, incluindo autoavaliação. Conseguimos aplicar uma versão completa desses instrumentos e analisar todos os dados obtidos entre os anos 2005 e 2006.

Nesse sentido, a vertente da Avaliação Institucional adquiriu uma dimensão mais abrangente e chegamos a desenvolver instrumentos para coleta de dados de uma avaliação que seria realizada pela escola, incluindo autoavaliação.

.....

A aplicação dessa Avaliação Institucional e seus resultados trouxe à tona várias contradições: por exemplo, escolas que tiveram baixos resultados na vertente de avaliação de desempenho (Spaece 2004) e excelentes resultados na Avaliação Institucional, sendo o contrário mais raro. Então, a Seduc começou a levantar essas questões junto a diretores e professores em ações de formação continuada. Era uma estratégia interessante e ao mesmo tempo difícil, porque pressupunha uma série de reflexões por parte da comunidade escolar sobre a função social da escola e seus objetivos prioritários. Olhando retrospectivamente, esse trabalho pode ser considerado o início do processo de utilização de indicadores educacionais para concepção e elaboração de políticas educacionais a partir da escola, da realidade de que a escola se apropriava. Pelo que sei, essa vertente de Avaliação Institucional foi abandonada a partir de 2011.

REAÇÃO DAS ESCOLAS E CREDES DIANTE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Como eu já falei, não havia a cultura de se trabalhar com indicadores educacionais. Então, a Seduc realizava formações com os gestores para socializar os resultados da avaliação de desempenho, em boletim por escola e Crede, e discutia estratégias de intervenção, o que tinha um papel relevante, mas a implementação de medidas era muito tímida. Embora as equipes técnicas da Seduc e Crede fossem preparadas para capilarizar essas informações e interpretações de resultados pelas escolas, havia um respeito muito grande da autonomia da escola, e isso impedia maiores avanços.

Um fenômeno interessante foi quando conseguimos ter os resultados das duas avaliações consolidados e, como eu falei anteriormente, começamos a perceber e explorar as contradições entre os dois resultados. Eu acho que esse momento marcou uma mudança de paradigma que só bem mais tarde seria identificada e incorporada. Porque escola boa é aquela em que os alunos aprendem. Essa provocação colocou em xeque argumentos, explicações e justificativas de diretores de escolas e Credes. Mas era muito sofrido, porque os diretores não sabiam por onde caminhar para reduzir a distância entre os resultados da avaliação institucional e de desempenho.

SPAECE E OFICINA DE ELABORAÇÃO DE ITENS

Quando eu cheguei na Seduc, já havia a cultura de realizar anualmente uma oficina de elaboração de Itens para o Spaece. Essas oficinas eram realizadas com professores da rede estadual que se inscreviam, recebiam uma formação teórica sobre como elaborar um item, e depois trabalhavam na produção, sendo remunerados pela quantidade de itens aproveitados no banco de itens. A participação era bastante expressiva, tanto que havia disputa de vagas. E a Seduc considerava uma estratégia para divulgar e capilarizar a avaliação pela rede estadual.

SPAECE NAS REDES MUNICIPAIS

Em 2006, o Spaece chegou às redes municipais, e esse processo foi relativamente tranquilo, contando com apoio da Undime e Aprece, e as Secretarias Municipais de Educação acolheram muito bem a ideia de as escolas participarem do exame. A edição do Spaece 2006 também foi financiada pelo Banco Mundial, e a Cesgranrio executou todo o processo. Foram produzidos boletins por escola e relatórios pedagógicos por Crede e município. Lembrando que, nesse momento, o Saeb já tinha mudado, já ocorrendo a Prova Brasil, em 2005, e, portanto, as escolas municipais já tinham sido objeto de uma avaliação censitária.

Quando saiu o resultado da Prova Brasil, em fins de 2006, e os resultados do Spaece, a situação foi apenas corroborada, e ambos mostravam uma situação de precariedade da aprendizagem muito grande. Os resultados do Comitê de Alfabetização da Assembleia Legislativa também já estavam na praça, e, ao fim e ao cabo, todos mostravam a mesma coisa. Então, pode-se dizer que 2006 foi o ano em que escolas, secretarias municipais, Seduc, prefeitos, e toda a sociedade foi alimentada fartamente com dados sobre a precariedade da educação pública cearense. Esse caldo de informações criou um ambiente favorável para o que viria a acontecer a partir de 2007.

pode-se dizer que 2006 foi o ano em que escolas, secretarias municipais, Seduc, prefeitos, e toda a sociedade foi alimentada fartamente com dados sobre a precariedade da educação pública cearense.

Como o estado do Ceará, por decisões de governos anteriores, tinha optado pela municipalização do Ensino Fundamental completo, os resultados de desempenho dos alunos dessa etapa da educação básica dependiam exclusivamente das redes municipais. Mas a capacidade de resposta dessas redes não era suficiente para alavancar as melhorias necessárias, e então entrou o regime de colaboração estado-municípios. Esse regime vinha sendo construído desde a década de 1970, e, com o passar dos anos, fortalecia-se em pautas específicas, sendo uma delas o transporte escolar e arranjos em torno de infraestrutura escolar, com cessão de prédios do estado para o município e, às vezes, compartilhamento de escolas municipais para oferta de Ensino Médio por parte da rede estadual, em anexos escolares localizados em comunidades rurais. Com o cenário das avaliações instaurado, o regime de colaboração incluiria nessa pauta apoio técnico e financeiro aos municípios, a partir de 2007.

FINANCIAMENTO DO SPAECE

O Spaece sempre foi considerado uma iniciativa que demandava altos investimentos da Seduc, mas também sempre foi avaliado como necessário, do ponto de vista de política pública, e, por isso, nunca foi descontinuado. No período que passei na Seduc, refletiu-se muito sobre novas possibilidades de aplicação do Spaece, porque, como havia o Saeb a cada dois anos, e as matrizes dos dois exames eram similares, os resultados eram praticamente tautológicos, um confirmando o outro. Chegou-se a cogitar a possibilidade de realizar estudos longitudinais, analisando gerações de alunos e sua trajetória escolar. Isso nos forneceria

novos dados e abriria novas possibilidades para a função das avaliações de larga escala, como o Spaece. Mas essa ideia não vingou, acima de tudo, porque o tempo da política é de duração menor que uma geração. Então, os resultados também precisavam acompanhar esse tempo da política.

Chegou-se a cogitar a possibilidade de realizar estudos longitudinais, analisando gerações de alunos e sua trajetória escolar. Isso nos forneceria novos dados e abriria novas possibilidades para a função das avaliações de larga escala, como o Spaece. Mas essa ideia não vingou, acima de tudo, porque o tempo da política é de duração menor que uma geração.

.....

Assim como uma maior aproximação com as universidades. Embora o nascimento do Spaece tenha contado com ampla participação da UFC, depois houve um descolamento, e passou-se a contratar empresas de fora do Ceará para aplicação das provas. Existem estudos sobre o Spaece, em forma de dissertações e teses, nas universidades do Ceará, em número bem menor do que o desejado e sem articulação com a Seduc. Eu não sei exatamente por que há esse distanciamento entre as universidades locais e a política de educação básica, mas é fato, e precisamos dedicar um olhar atento sobre isso, porque é via de mão dupla, especialmente para as universidades que formam professores para atender todas as demandas da educação básica do estado.

A SEDUC E PESQUISAS MAIS APROFUNDADAS SOBRE O SPAECE

No período 2003-2006, algumas tentativas de aprofundar estudos sobre os dados do Spaece foram feitas, mas nunca conseguimos constituir uma equipe que se dedicasse a isso. Alguns técnicos fizeram estudos específicos, e chegamos a publicar o livro Avaliação do sistema e qualidade da educação no Ceará – estudos exploratórios do Spaece 2004, mas não conseguimos avançar mais.

Seria muito importante a criação de equipes de pesquisas nas universidades locais para se dedicar ao trabalho com as bases de dados do Spaece. É um material muito valioso e precisa ser exaustivamente explorado para que as redes de ensino, cada vez mais, tenham informações sobre seus alunos e, indiretamente, sobre seus professores e gestores.

SPAECE E QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS

Os questionários contextuais do Spaece nunca foram analisados com a acuidade necessária para se inferir relações entre as variáveis pesquisadas e os resultados de desempenho dos alunos. Esse é outro desafio que precisa ser enfrentado pela Seduc.

SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Pensar novas formas de avaliações em larga escala passa pela informatização das provas e questionários e pela inserção de fundamentos de inteligência artificial com aplicação de exames mais customizados, respeitando a diversidade de ofertas e outras variáveis de natureza social e cultural. Naturalmente, esses novos modelos demandam condições de infraestrutura e outros tratamentos metodológicos, o que poderá gerar modelos de relatórios mais detalhados em período de tempo muito menor, o que permitiria às escolas traçar estratégias quase em tempo real para suprir dificuldades identificadas em alunos específicos.



Maria Joyce Maia Costa Carneiro

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Quando foi criado o Spaece, em 1992, eu era diretora da Escola de Ensino Fundamental Monsenhor Dourado. Na época, a escola não participou da avaliação. Entre 1995 e 2000, atuei como diretora do Centro Educacional de Referência (CERE), e, nesse período, a algumas turmas da escola participaram da avaliação externa. No período de 2000 a 2003, fui convidada pela professora Graça Formiga, diretora da 21ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) para atuar como Coordenadora de Gestão da instituição, e, nesse período, participei como supervisora de polo das escolas da 3ª região de Fortaleza. No ano de 2003, ingressei na Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), a convite da professora Lindomar Soares, na Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional (Coppe), como Orientadora da Célula da Central de Dados, responsável pela coleta do Censo Escolar da Educação Básica e pela disseminação dos indicadores educacionais, inclusive do Spaece. A Codep era composta pelas Células dos Indicadores Educacionais e da Avaliação, justamente onde estava o Spaece, que, na época, era coordenado por Aléssio Costa Lima.

AS ESCOLAS E OS RESULTADOS DO SPAECE

Havia escola que nos recebia muito bem, e considero, nesse aspecto, que o mais importante era o engajamento da gestão. Antes, entrávamos em contato com o diretor para apresentar o calendário das etapas da avaliação e responder o questionário próprio da gestão escolar. No entanto, tinha gestor que esquecia de responder e alegava que tinha muitos afazeres e até esquecia de preencher o questionário. Mas, nesses casos, tínhamos que retornar à escola, quando estivesse respondido, para pegar o questionário. Em outros casos, havia gestor que, quando chegávamos na escola, já estava tudo organizado. Assim, considero a importância do gestor nesse processo, inclusive teve uma diretora que foi tão eficiente que, no dia da aplicação, convidou o conselho escolar para junto organizar e receber os aplicadores e responder junto com ela o questionário. Achei esse procedimento muito relevante, pelo envolvimento da gestão.

Algumas escolas se reconheciam nos resultados divulgados. Enquanto gestora da 3ª Região de Fortaleza, na Crede, havia o incentivo de que a escola reunisse a congregação escolar e fizesse a apresentação dos resultados, como forma de avaliar o ensino e a aprendizagem. De repente, se foi bom ou não, se atingiu a média ou não. Muitas escolas participavam desse momento, mas algumas não achavam interessante e não realizavam esse encontro para apresentação dos resultados, apesar do incentivo da Crede para que se reunisse a comunidade escolar e os apresentasse e para que criassem no PPP ações para melhoria da qualidade do ensino, principalmente das disciplinas avaliadas. No momento da aplicação, era notório o empenho dos gestores para que acontecesse aquela avaliação, pois convocavam os alunos para que não faltassem. Havia até diretores que iam buscar os alunos doentes em casa. No entanto, tinha gestor que não se importava. Depois que foi criado o Prêmio Aprender pra Valer, houve um maior envolvimento, porque todos queriam ter a oportunidade de ganhar o notebook para os alunos, bem como, posteriormente, o tablet, não somente por o resultado beneficiar o projeto de melhoria da escola ou a premiação em dinheiro, uma vez que as melhores escolas recebiam recursos.

Com o passar do tempo, com os resultados sendo atingidos, as escolas aderiram com o objetivo de melhorar sua proposta curricular e pedagógica. Muitas ainda não, mas vi muito crescimento, com adesão das outras séries, e a coisa foi envolvendo a comunidade escolar para que conhecesse os resultados. Percebi que existe, na grande maioria, uma adesão por parte das escolas. Claro, como eu já falei, o prêmio também tem ajudado nessa questão, visto que a escola é premiada e o professor também. Então houve engajamento e participação, e as Credes são peças fundamentais nesse processo de adesão, bem como os municípios, a partir do regime de colaboração, que considero importante. O regime de colaboração é por adesão, mas todos os 184 municípios aderiram, e há uma cerimônia de apresentação/adesão. Não sei se existe a participação na elaboração, mas considero ser de real importância que todos os municípios participem, independente da ideologia política e partidária.

Com o passar do tempo, com os resultados sendo atingidos, as escolas aderiram com o objetivo de melhorar sua proposta curricular e pedagógica.

.....

O SPAECE E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na Coordenadoria de Planejamento (Coppe), havia duas células, e, dentro da Célula de Avaliação, tinha a em larga escala e externa, bem como o Núcleo de avaliação institucional, em que trabalhavam Estefânia Almeida, Iaci Pequeno e outros técnicos. Eram dois núcleos. Havia um diálogo entre eles. Enquanto outra equipe, havia nossa participação em certos momentos, porque também participávamos do mecanismo de avaliação, de como se dava, e elas apresentavam e faziam os ajustes de acordo com o que levantavam no interior, havendo harmonização. O importante era o entrosamento de ambos. Na época do Spaece, a avaliação institucional ajudava. Enquanto participante desse processo, pois também nosso grupo aplicava o questionário de Avaliação Institucional, percebia que era muito complicada essa avaliação, porque tinha gestores que achavam que estavam sendo fiscalizados, por mais que se lhes dissesse: “Não é o momento de

você relatar como está a sua escola, tanto no aspecto da aprendizagem como na gestão". Felizmente, na sua grande maioria, os gestores nos atendiam bem e davam o retorno às respostas contidas no questionário.

O questionário da avaliação institucional era por segmentos. Mas tinham escolas que não tinham conselho participativo, mas, no momento de responder ao questionário, davam um jeito. No entanto, na escola em que tinha Conselho Escolar atuante era bem mais fácil; pois, quando a equipe chegava lá, já estavam reunidos e preparados, já que a equipe da Seduc entrava em contato prévio, e as Credes também nos apoiavam nessa ação.

INTEGRAÇÃO COM O SAEB

Recordo que, na época, a Secretária de Educação era a professora Sofia Lerche Vieira, que realizou a integração das matrizes para o exame do Spaece de 2004, em que a rede municipal participou com uma amostra. Considero que foi um desempenho muito bom, no entanto, não recordo com detalhes os procedimentos, pois, enquanto outra célula, tínhamos também a coordenação do Censo Escolar, e talvez estivesse envolvida. O que recordo foi que estivemos no Rio de Janeiro para participar de um encontro, promovido pelo MEC para apresentar as matrizes.

INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

Eu lembro que participamos de uma apresentação do Banco Mundial para entender como seria esse processo de financiamento da realização do Spaece, e, posteriormente, a Secretária o retorno, de como aconteceu o financiamento. Acredito que teve influência, por conta do financiamento.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação de resultados era por Crede. Eram apresentados os relatórios em encontros com a participação dos diretores na Seduc, bem como as técnicas do núcleo viajavam para divulgar os resultados, mas também havia a apresentação dos boletins com os resultados. Os diretores recebiam formação para ler os relatórios, para que depois disseminassem os resultados nas escolas, apesar da dificuldade na interpretação, porque era preciso entender as matrizes e as proficiências. Teve uma época em que ninguém fez formação, porque era muita dificuldade, mas depois se começou a trabalhar essa questão com as Crede, que passaram a administrar os resultados com as escolas. Mas, para chegar na ponta, havia muita dificuldade, porque as pessoas não estavam acostumadas com os conteúdos que eram apresentados nos resultados. Tanto os indicadores do Censo Escolar como do Spaece eram solicitados não somente pela Seduc como pelo público de um modo geral: universitários para suas teses, a própria universidade, consultores dos municípios, que solicitavam os dados para subsidiar a elaboração dos projetos de melhora da aprendizagem.

Tanto os indicadores do Censo Escolar como do Spaece eram solicitados não somente pela Seduc como pelo público de um modo geral: universitários para suas teses, a própria universidade, consultores dos municípios, que solicitavam os dados para subsidiar a elaboração dos projetos de melhora da aprendizagem.

.....

GESTÃO PARA RESULTADOS

Foi na gestão da professora Sofia Lerche Vieira, estudiosa do assunto e que já tinha escrito até uns livros sobre essa questão, que houve um avanço no tema. Claro que foi tomando pé, cada governo a instituiu de uma forma, mas houve paliativamente um progresso conforme os anos que se vão passando, e as coisas vão melhorando. Mas é como eu digo, depende muito do gestor na escola, na ponta, não adianta o governo instituir uma avaliação se o gestor não estiver preparado para receber essa mudança. Na verdade, como coordenadora de planejamento do Conselho Estadual de Educação, distanciei-me um pouco, porque trabalhávamos com os conselhos municipais de educação. Mas percebe-se que as escolas também se envolvem nessa questão do Spaece.

MUNICIPALIZAÇÃO DO SPAECE

A entrada dos municípios no Spaece foi por adesão, e a universalização aconteceu, mas lentamente. Muitos participaram desse momento. Claro que alguns municípios, com outras concepções políticas, colocavam questões como dificuldade; mas, para a maioria, não havia problema, e recebia as demandas com facilidade. A partir de 2007, a cada edição, havia um nível de proficiência e evolução dos alunos, e eles viam essa questão como benefício para eles. Para chegar na ponta e atualmente ser esse sucesso. Considerou-se que foi tão importante a avaliação como instrumento de gestão que, posteriormente, a Seduc ampliou para o 2º ano do Ensino Fundamental, surgindo a avaliação da alfabetização. Lembro que Ana Paula Pequeno e sua equipe, enquanto consultoria contratada, coordenaram esse processo. Houve um encontro, e participei como coordenadora do censo, em que foi colocada a ideia de avaliação da alfabetização. Foi muito importante esse momento. Recordo que fui aplicar um instrumento ainda inicial numa escola da prefeitura, onde percebi boa aceitação naquele momento. A partir dessa pré-testagem, observou-se como seria a testagem.

PESQUISA E ESTUDO DE INDICADORES NA SEDUC

Considero a importância de estudos para subsidiar as políticas públicas educacionais; mas, por uma questão política ou de gestão, infelizmente, eles não acontecem. Acho que isso deveria acontecer até para melhorar esse intercâmbio com as Credes, as escolas, chegar até a ponta, e apresentar os resultados desses dados consolidados. Apesar de considerar uma política de gestão, não posso avaliar, porque faz tempo que saí de lá, mas considero relevante a continuidade dessa ação. Na época em que estava lá, os estudos já começaram a desaparecer, não sei bem a razão, não sei se foi falta de verba, sei que era muito importante, porque a equipe consolidava os dados das respostas e enviava às Credes para que

divulgassem para os municípios e escolas. Era uma ação muito importante, mas infelizmente a política não aconteceu.

OS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS

Dependendo do gestor escolar, os questionários se tornam um instrumento muito importante para a melhoria da qualidade do ensino. Se o gestor avaliar os dados e os apresentar a sua comunidade, mostrando o que aconteceu de positivo e em que obtiveram êxito, com certeza vai evidenciar um resultado satisfatório para que a escola caminhe a partir desse resultado e possa elaborar ações que tragam bom desempenho posteriormente. Um aspecto negativo é a corrida atrás do prêmio. Não é só questão da aprendizagem, de melhoria da aprendizagem, mas a questão “então eu vou participar, porque tem prêmio, porque minha escola vai aparecer”, acho que a escola deveria preocupar-se com o ensino e a aprendizagem dos alunos, e não somente com o prêmio. Tudo bem que o prêmio melhora essa condição da participação, mas o que vem depois?

O que a escola faz com os resultados apresentados? Será que apresenta à sua comunidade? Será que ela os institui no seu PPP para melhoria das disciplinas das áreas afins que estejam avaliadas? Minha preocupação é essa. Claro que melhora, dependendo do gestor; mas, se tivesse umas questões que colocassem como prática a performance do gestor, não só a questão da avaliação em si, mas de um modo geral, ou seja, da gestão participativa, de como acontece no dia a dia... Percebe-se que a escola se prepara para o Spaece, até com a preparação dos conteúdos para responder as provas. Até considero importante, porque ela aprende também naquele momento; mas, de modo geral, teriam que ser todos os conteúdos, não só a questão do Spaece. Está sendo uma corrida para esse desempenho melhorar.

FINANCIAMENTO DO SPAECE

Apesar de não me aprofundar nessa questão, considero que são muitos os gastos com o planejamento, a preparação, o treinamento, a elaboração do material, a distribuição do material, a formação do professor e depois os resultados apresentados. São muitas ações, desde a elaboração até a aplicação, e tudo tem um custo. Então eu acho que é adequado, não sei quanto é esse valor; mas, se for para chegar na ponta, partindo desde a elaboração até a aplicação, acho que não é alto.



Aléssio Costa Lima

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Comecei na Seduc em 2003, quando fui convidado para fazer parte da célula de avaliação, que, naquela ocasião, fazia parte da Coordenadoria de Política e Planejamento Educacional, e fiquei até 2012, quando eu saí da Seduc para assumir a experiência da Secretaria Municipal de Educação do município de Tabuleiro do Norte. Porém, nos últimos anos, antes da minha saída, a estrutura da Seduc se modificou bastante. Foi criada a Coordenadoria de Avaliação, e, nela, tínhamos a Célula de Avaliação e Desempenho Acadêmico, que tratava do Censo Escolar e da avaliação institucional também, que era tratada na nossa célula de avaliação e desempenho acadêmico. Por um longo tempo, a coordenadoria teve esse formato. Eu saí da Coordenadoria da Célula de Avaliação para a coordenação de avaliação do Programa Mais Paic. Então eu devo ter ficado de 2003 até por volta de 2010 na célula de avaliação.

OS PRIMEIROS CICLOS DO SPAECE

O Spaece surge em 1992 influenciado pelo movimento do então Saeb. Na ocasião, tinha uma parceria da UFC, por meio do professor Nicolino, que, juntamente com o professor Dalton, ambos professores da UFC, tocava essas avaliações, e eles fizeram as análises dos relatórios das primeiras edições do Saeb de 1990. Como eles fizeram a análise desses relatórios, deram início a um processo de avaliação, bem incipiente ainda, começando com a avaliação de um conjunto de escolas da rede estadual em Fortaleza, posteriormente foi ampliando para outros municípios da região metropolitana, e depois, em outros momentos, para outros municípios sedes de Crede. O que caracterizava essas avaliações nesse período embrionário do Spaece? Eram avaliações que utilizavam a TCT, aplicadas exclusivamente à rede estadual. A partir do ano de 1994, o Spaece passou a ser intercalado com o Saeb. 1995 foi o ano que marcou a chegada da Maria Helena Guimarães de Castro à presidência do Inep, que introduziu a TRI, gerando uma mudança na sistemática de avaliação. No entanto, o Spaece, em 1996 e 1998, ainda utilizava a TCT.

No ano 2000, ano emblemático que marcava a passagem do milênio, era para ter sido realizado o Spaece, e foi feito um termo de referência com o Banco Mundial para viabilizar a expansão do Spaece, ampliando-se o escopo e a dimensão dessa avaliação. Mas esse termo de referência não foi bem-sucedido, e comprometeu a realização da avaliação nos moldes que vinha sendo feita, então nós não tivemos Spaece no ano 2000. Pela série histórica, seria 1994, 1996, 1998 e 2000. Não ocorrendo em 2000, para compensar, surgiu a ideia de fazer uma avaliação que deu origem ao Spaece-Net, em 2000, 2002 e 2003, uma primeira experiência de fazer a avaliação com testes informatizados, testes em tela, modelo vertical, mas continuava com desenho restrito à rede estadual. Eram avaliados alunos do 9º do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas da rede estadual.

Então tem o primeiro ciclo que se encerrou em 1998 com esse modelo da TCT e focado na rede estadual. De 2001 a 2003, houve a experiência inédita, que se pode considerar como experiência piloto, de uso de testes por computador no Ceará, que foi talvez o primeiro estado brasileiro a vivenciar essa experiência de avaliação da rede de ensino, utilizando a TCT. Tudo isso era muito novo aqui no Brasil, muito embora já fossem bastante utilizados nos Estados Unidos. Era uma avaliação que também seguia um modelo amostral, como nas avaliações anteriores, mas conseguia alcançar todas as escolas da rede estadual. Tinha uma abrangência maior, não ficava mais circunscrito às escolas estaduais da Crede, mas compreendia todas as escolas da rede estadual com esse desenho: testes educacionais, múltipla escolha e a análise dos resultados feita ainda pela TCT. Muito embora, na composição do teste, tivéssemos uma equipe de professores de estatística da UFC, que já dominavam a TRI e a montagem dos testes na sala de seleção da calibragem dos itens quando do desenho da montagem da avaliação, eles já usaram alguns conceitos da TRI. na análise dos resultados, ainda foram feitas as análises básicas pelo TCT. Então essa seria a segunda fase, o segundo ciclo da história do Spaece, esse ciclo pequeno três anos, de 2001 a 2003. Eu cheguei na Seduc exatamente no início de 2003 com a responsabilidade de dar continuidade à avaliação naquele ano com esse mesmo molde.

Então tem o primeiro ciclo que se encerrou em 1998 com esse modelo da TCT e focado na rede estadual. De 2001 a 2003, houve a experiência inédita, que se pode considerar como experiência piloto, de uso de testes por computador no Ceará, que foi talvez o primeiro estado brasileiro a vivenciar essa experiência de avaliação da rede de ensino, utilizando a TCT.

.....

EMBRIÃO DE PREMIAÇÕES VINCULADAS AO SPAECE

Naquele momento, foi criado o prêmio para os alunos que tinham melhor desempenho em cada escola. Era um estímulo para que os alunos fizessem a prova. Inicialmente, a ideia era a bonificação das turmas do Telecurso 2000, e a célula de avaliação fez uma incidência para fazer o Spaece nesses moldes simplificados e introduzir uma premiação dos alunos. Teve também uma prova em que os professores das turmas do telecurso passaram a receber uma bonificação pelo número de alunos que atingissem aquele percentual, o projeto Tempo de Avançar. Havia o prêmio para aqueles alunos que tivessem bom resultado em cada escola,

e nós tínhamos a bonificação para o professor, o computador para o aluno, e o décimo quarto para o professor. Então, a ideia de premiação do Ceará, que hoje é um estado que tem maiores exemplos de políticas de incentivo e de motivação, já tem um nascedouro nesse projeto Tempo de Avançar e no Spaece-Net.

TERCEIRO CICLO DO SPAECE: AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA E MUDANÇA METODOLÓGICA

A partir de 2004, temos o terceiro ciclo. Por que eu classifico como terceiro ciclo? Porque ele muda a abrangência: passa pela primeira vez a incorporar a rede municipal, um espectro maior, continua o modelo de avaliação amostral, censitário por escola, com o mesmo recorte do Saeb, em escolas com turmas com menos de vinte alunos não eram avaliadas, mas foi universal por escola.

No âmbito de cada escola, foi calculado uma amostra, diga-se de passagem, bastante robusta, porque, como a escola era pequena, maior tinha que ser a amostra para que fosse representativa, já que o resultado teria que ser dado por escola. Essa amostra chegou a quase 50% do universo da população, porque nós tínhamos muitas escolas municipais pequenas, e encareceu muito essa amostra a inclusão da rede municipal. O ciclo de 2004 e 2006, que foi o ciclo financiado pelo Banco Mundial, tinha esse recorte, era contemplada a rede estadual e a rede municipal, era censitário por escolas públicas e amostral no âmbito de cada escola, e pela primeira vez utilizou a TRI, então foi uma mudança metodológica. A gente passou a utilizar o modelo dos Blocos Incompletos Balanceados, a composição do teste já tomou por base a leitura dos itens, a estatística dos itens com base na TRI, que permite inclusive a utilização de itens do banco do Inep, para fazer a comparabilidade do resultado da avaliação estadual com os resultados do Saeb, graças à inserção de itens do banco de itens do Inep, que foram fornecidos à Secretaria de Educação.

Nos ciclos de 2004 e 2006, houve clara influência do Banco Mundial, porque, no próprio termo de referência, o Banco Mundial deixava explícito que valorizava políticas que viessem a produzir resultados de aprendizado em suas redes, políticas que focassem resultados, e a questão da premiação, da bonificação, da accountability é uma política que o Banco Mundial referencia. Então, nós não tivemos grande dificuldade em elaborar o termo do Spaece para o ciclo 2004-2006. Muitos consultores do Banco Mundial colocavam como exigência para essa avaliação que produzisse uma devolutiva para as escolas, que permitisse comparação com outras avaliações nacionais, sendo a primeira vez que se comparou os resultados da avaliação do Ceará com os resultados da avaliação do Saeb. De certa forma, a gente já atendia a esses critérios, não por imposição do Banco, mas porque nossa equipe de avaliação já tinha maturidade quanto à importância dessas avaliações de desempenho acadêmico, porque entendíamos que, a partir desses diagnósticos, era possível fazer intervenções mais pontuais. Havia uma sintonia entre o que a equipe de avaliação pensava e o desejo da avaliação endossado pelo Banco Mundial, baseado no modelo das avaliações americanas, e sentíamos necessidade de se avançar no Ceará em relação a isso.

Nos ciclos de 2004 e 2006, houve clara influência do Banco Mundial, porque, no próprio termo de referência, o Banco Mundial deixava explícito que valorizava políticas que viessem a produzir resultados de aprendizado em suas redes, políticas que focassem resultados, e a questão da premiação, da bonificação, da accountability é uma política que o Banco Mundial referencia.

.....

Essa avaliação era financiada com recursos do Banco Mundial, a Fundação Cesgranrio venceu a concorrência pública, então, em 2004 e 2006, a Cesgranrio realizou a avaliação, produzindo um relatório pedagógico geral e um por cada Crede, totalizando 21 relatórios, e, em cada relatório, havia o resultado por escola e organizado por município e por rede. Esse era o desenho dos relatórios da divulgação dos resultados.

As oficinas de elaboração de itens aconteciam concomitante a esse período das avaliações. Mesmo com a Cesgranrio, a gente já tinha contratação de outros especialistas que faziam oficinas de elaboração de itens nesse período, então era uma ação que já ocorria desde o período de Sílvia, desde o Spaece-Net. Considero as oficinas de elaboração de itens uma das maiores estratégias para aproximar o professor dos resultados da avaliação; porque, ao elaborar o item, ele começa a entender que o resultado da avaliação nasce de cada item. Essas oficinas favorecem que o professor tenha essa compreensão, pelo menos para que eles consigam entender com maior clareza a matriz de avaliação, a matriz de referência dos testes. Essas oficinas eram feitas por professores escolhidos, em cada região do estado. Os melhores professores de Língua Portuguesa e Matemática das séries avaliadas (5^a e 9^a anos do Ensino Fundamental e 3^a ano do Ensino Médio), escolhidos pelas Credes, e percebíamos que eles se descobriam durante as oficinas. Afirmações do tipo “eu nunca imaginei que eu não sabia elaborar testes”, “eu nunca imaginei que eu induzia o meu aluno ao medo”, “eu nunca percebi a importância dos distratores tanto quanto das alternativas”, ou “nunca prestei atenção nos caminhos possíveis que o aluno pode fazer pelos distratores”.

As oficinas de elaboração de itens aconteciam concomitante a esse período das avaliações. Mesmo com a Cesgranrio, a gente já tinha contratação de outros especialistas que faziam oficinas de elaboração de itens nesse período, então era uma ação que já ocorria desde o período de Sílvia, desde o Spaece-Net.

.....

Ficava evidente a forma casuísta como eles elaboravam instrumentais de avaliação, de maneira simplificada, e a grande dificuldade do professor de conseguir elaborar um item que capte a competência que ele quer avaliar. Os profissionais da matemática tinham uma dificuldade muito mais acentuada do que os professores de Língua Portuguesa para produzir um item e um comando para aquele item que levasse no final a dizer se o aluno tinha aquela competência ou não. Fazíamos muita experiência de jogar um conjunto de itens para eles identificarem qual era o descritor daquele item, e o contrário, dar o descritor para que ele

elaborasse um item. E, nessa análise, eles percebiam que, de fato, muitas vezes elaboravam um item que não conseguia alcançar a habilidade pretendida.

A gente via aquele momento de reencontro do professor com a arte de avaliar os seus alunos na sala de aula, de construção dos testes, que é um dos tantos instrumentos de avaliação de que o professor lança mão, esse era o primeiro ganho dessas oficinas.

O segundo ganho dessas oficinas era permitir a leitura dos resultados dos testes a partir do nível de competência em que o aluno foi escalonado. Conseguir traduzir aquele nível de competência estabelecido em termos de que habilidade o aluno reúne ao estar naquele nível já era uma análise mais sofisticada e mais pedagógica dos resultados. Essas oficinas cumpriram um papel importantíssimo. Elas alavancavam essa aproximação dos professores, que quebravam esse distanciamento e a resistência dos professores aos resultados dessas avaliações, porque muitos profissionais às vezes não se reconheciam naqueles resultados, não reconheciam os resultados, quando eram por amostragem. E, quando se passou a trabalhar com avaliação em que se dava o diagnóstico por escola, eles tiveram que realmente mergulhar na análise de resultados da sua escola.

QUARTO CICLO DO SPAECE

A partir de 2007, com a mudança de governo, foi inaugurado o quarto ciclo. Até então, as avaliações eram feitas de forma amostral; mas o grupo político que chegou ao governo, com a experiência de avaliação diagnóstica monitorada de Sobral, influenciou para que a avaliação fosse censitária, que o resultado fosse publicado por aluno, que a escola recebesse o boletim com o nível de proficiência do aluno. Então se ampliou: saiu do modelo de avaliação amostral, para um modelo de avaliação de fato universal. Outra grande mudança foi que essa avaliação passou a acontecer de forma anual, e nasce com ela também toda uma política de premiação; nasce, não, amplia-se uma política de premiação dos alunos, dos municípios, aflorou uma política de accountability e uma onda de controle social muito forte. O que marca esse novo ciclo foi a realização do Spaece-Alfa, em 2007, em que se fez a avaliação dos alunos do segundo ano do Ensino Fundamental pela primeira vez, porque, até então, o desenho do Spaece nos ciclos anteriores se mantinha sempre o desenho do Saeb, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Nesse desenho censitário e anual, que se inicia com o Spaece-Alfa, tentou-se fazer a primeira avaliação censitária do Ensino Médio, em 2007, mas foi uma experiência “fracassada”, pois deu muitos problemas. Foi contratado um conjunto de consultores para fazer essa avaliação, e foi feita com 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, mas nós tivemos muitos problemas na produção dos relatórios, na análise dos dados. Os relatórios não saíram conforme solicitado, nós tivemos problemas na aplicação, recolhimento e processamento desses instrumentais, alguns chegaram até a serem extraviados, outros se molharam, alguns malotes foram perdidos. Mesmo tendo os resultados fornecidos pela instituição contratada, a gente optou por não divulgar esses resultados, nós mesmos levantamos uma série de questionamentos sobre a qualidade do que foi produzido, se realmente havia precisão, muito embora a instituição insistisse que eram resultados válidos.

Nesse desenho censitário e anual, que se inicia com o Spaece-Alfa, tentou-se fazer a primeira avaliação censitária do Ensino Médio, em 2007, mas foi uma experiência “fracassada”, pois deu muitos problemas.

.....

Em 2007, ganhou a licitação do Spaece-Alfa o CAEd, que, no ano seguinte, concorreu na licitação das outras avaliações, que ganhou também, e, a partir de então, foram feitas as demais avaliações com o CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Então, a partir de 2008, tem-se de fato uma série histórica construída com avaliação universal, envolvendo todas as escolas públicas municipais e estaduais e contemplando 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio Ensino Médio. O CAEd de 2007 até 2019 – interrompido com a pandemia – foi a instituição que aferiu os resultados das avaliações. Nesse período, foram realizadas várias oficinas de elaboração de itens com o CAEd também.

No eixo de avaliação do Paic, fazíamos várias oficinas de avaliação de itens feito por um outro grupo, não pelo grupo do CAEd. Em paralelo, adquirimos uma certa autonomia para contratar especialistas para fazerem essas oficinas de elaboração de itens e desenvolvemos o knowhow de nossa equipe de avaliação. Tínhamos em nossa equipe de avaliação da Seduc pessoas com capacidade de fazer, de ministrar oficinas de elaboração de itens. Então, durante muito tempo, essas oficinas ainda perduraram. Enquanto eu estive no eixo da avaliação, elas continuaram assim, feitas algumas com contratação direta de especialistas de renome nacional ou ministrado pelos nossos próprios profissionais da área de Língua Portuguesa e Matemática da célula de avaliação.

Essas oficinas foram importantes para ajudar até mesmo o Paic a difundir essa cultura de leitura dos resultados das avaliações. Em paralelo a essa divulgação dos resultados das avaliações diagnósticas do Paic, sempre eram feitas também oficinas de elaboração de itens de alfabetização, que são itens que demandam uma sofisticação maior, e esse formato de oficina de elaboração de itens, somado à oficina de disseminação de resultados, contribuiu enormemente para disseminar essa prática de aproximação do professor aos resultados dessas avaliações.

Houve também mudança nos relatórios do CAEd, produzindo relatórios pedagógicos que se aproximavam mais do boletim da escola. O boletim da escola, com leitura dos resultados, favoreceu que os gestores e os professores se aproximassem mais dos resultados da avaliação. Isso tudo ajudou a disseminar uma cultura de avaliação no Ceará que se percebe que foi exitosa, porque muitos municípios passaram a desenvolver avaliações próprias, muitas avaliações, sabemos, não têm o knowhow tecnológico e científico de uma avaliação estruturada nos moldes do Spaece, mas que passaram a desenvolver avaliações a partir de leitura do que é uma matriz de referência e do que seria a construção de um bom teste para as habilidades dessa matriz. É muito comum os municípios elaborarem suas próprias avaliações, aplicá-las como avaliações próprias do processo, não sendo avaliações somativas para substituir o Spaece, mas avaliações para ajudar o município no monitoramento.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O último ciclo da Avaliação Institucional foi em 2006. Atribuo essa questão à priorização do governo desse período da questão do foco nos resultados de aprendizagem. O modelo de avaliação institucional era um modelo mais descritivo, um modelo que avaliava a questão das condições de oferta e funcionamento da escola e da formação dos professores. Eram avaliadas muito mais as condições e o processo, e a tônica do governo iniciado em 2007 era na avaliação de resultados. A explicação, talvez plausível, seja o foco mais exacerbado na política de avaliação e desempenho acadêmico focada nos resultados educacionais, e a avaliação institucional não foi tão valorizada.

O último ciclo da Avaliação Institucional foi em 2006. Atribuo essa questão à priorização do governo desse período da questão do foco nos resultados de aprendizagem.

Em 2004 e 2006, evoluiu-se bastante no modelo de Avaliação Institucional, com a instalação de software do Google que permitia uma consolidação das respostas positivas para facilitar que a escola elaborasse relatórios descritivos por dimensão. A utilização da ferramenta facilitava enormemente a elaboração do relatório, tanto que o maior número de escolas que fizeram a avaliação institucional foi na edição de 2006, e eu o atribuo a essa facilidade do software na época, que era uma ferramenta simples de planilhas consolidadas de Excel que permitia a consolidação das variáveis qualitativas, a quantidade de frequências em que se repetiam as respostas, e deu muito mais qualidade à avaliação institucional do último ciclo.

As concepções que norteiam os princípios da Avaliação Institucional e das avaliações de rendimento em larga escala são bem distintas entre si. A Avaliação Institucional tem uma visão de buscar entender os resultados educacionais a partir do contexto em que se dá o processo da educação, até mesmo para explicar os resultados da aprendizagem. Ela parte da premissa de que os resultados não acontecem por acaso, e que a explicação dos resultados pode ser feita à luz de avaliações institucionais que permitam mergulhar e compreender o processo que gerou aquele resultado. Uma premissa mais crítica, mais participativa, mais dialógica de que os atores interagem e explicam melhor as condições em que foram produzidos os resultados.

A corrente que trabalha a questão dos resultados de aprendizagem muitas vezes foca na média de desempenho acadêmico do aluno, e deixa a cargo da escola a missão de fazer a interpretação do que gerou aquele resultado. E, se essa escola não foi instrumentalizada para entender esses processos internos que podem ter impacto naqueles resultados, a análise não acontece, fica-se na superficialidade da leitura do desempenho acadêmico do estudante no teste, tentando relacionar muito mais a questão do desempenho cognitivo com a prática do professor em sala de aula, da relação do professor com o componente curricular e o resultado de aprendizagem alcançado pelo aluno.

E, se essa escola não foi instrumentalizada para entender esses processos internos que podem ter impacto naqueles resultados, a análise não acontece, fica-se na superficialidade da leitura do desempenho acadêmico do estudante no teste

.....

Então não se consegue ter uma visão mais completa, um modelo de avaliação na perspectiva 360°, em que se consegue ver a escola como um todo, e o resultado de aprendizagem, como uma parte desse processo. Tudo isso nasce com o modelo americano, já quando se trabalhava essa questão das avaliações. Então pode-se perguntar: “Como se fazia o diálogo da avaliação institucional com os resultados?”. Esse era o nosso maior desafio, porque uma partia de um princípio diferente, de uma análise coletiva dialogada sobre a realidade, buscando interpretar o resultado, mas nem sempre era tão fácil fazer esses links, até porque há muitas pessoas que se identificam com um modelo, mas não com o outro, e não conseguem avançar.

Essas coisas fazem parte de um todo, e, quando se faz as devidas conexões, consegue-se de fato estabelecer as relações do processo com o resultado. Eu acredito que não se consolidou um modelo que permitisse amadurecer os gestores e os professores, fazer essa divulgação dos resultados da avaliação de aprendizagem à luz do resultado da avaliação institucional de sua escola. Caminhávamos para esse salto, mas, com a interrupção desse processo, não se conseguiu fazer a junção dessas duas vertentes. Se tivéssemos mais uns dois ciclos da avaliação institucional, essa capacidade se instalaria junto aos gestores.

O SPAECE E AS POLÍTICAS DE BONIFICAÇÃO

A política de bonificação e premiação para as escolas das redes, bonificação para as escolas de alfabetização, levou os municípios a buscarem bons resultados. O grande peso foi o Prêmio Escola Nota 10, de fato o grande chamariz, importantíssimo para fomentar essa cultura de avaliação no estado. Quando se criou um prêmio para as escolas melhores avaliadas e um abono para aquelas escolas que tivessem os piores resultados e se propiciou a junção de uma escola com bom resultado com uma escola com péssimo resultado por apadrinhamento como condição para que aquela escola recebesse 50% do prêmio, isso gerou uma sinergia nas redes de ensino, envolvendo escolas de municípios diferentes. A solenidade do prêmio tem uma dimensão vultuosa, um megaevento com 5 mil pessoas no Centro de Eventos, com a presença de todos os prefeitos. Muito embora a redistribuição do ICMS tivesse um impacto maior do que o Prêmio Escola Nota 10, no imaginário dos gestores escolares e dos prefeitos, de fato, a grande solenidade, o grande prêmio, era o Prêmio Escola Nota 10.

Muito embora a redistribuição do ICMS tivesse um impacto maior do que o Prêmio Escola Nota 10, no imaginário dos gestores escolares e dos prefeitos, de fato, a grande solenidade, o grande prêmio, era o Prêmio Escola Nota 10.

.....

Todo prefeito queria saber se seu município era aprovado ou não, se seu município ia ter uma escola que subiria ao pódio. Como era colocado pelo governador na época, era o grande Oscar da educação cearense. Em alguns momentos, anunciou-se assim, o que estimulava os prefeitos, havia uma vontade de querer estar ali, de querer competir, de querer escolas suas, o que alavancou um movimento que hoje. Em pesquisas e outras entrevistas, por exemplo, o Banco Mundial afirma que o que causou o impacto foi a política de redistribuição do ICMS. Eu diria que essa política foi a de menor impacto psicológico sobre prefeitos e gestores educacionais. De fato, a solenidade da entrega do prêmio com 5 mil pessoas no Centro de Eventos motivava todo mundo a ter bons resultados. A publicação da edição dos mapas do Ceará: quem estava na cor verde claro, quem estava na cor verde escuro incentivou muito, aproximou muito o prefeito da leitura do resultado, pois ele sabia aquela legenda das cores, do vermelho, do amarelo, do laranja, do verde claro, do verde escuro, ele sabia claramente: “Eu quero que o meu município esteja no verde escuro”. Ele não sabia o que queria dizer o verde escuro e o queria.

A AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E A RECEPÇÃO DOS RESULTADOS

A gente não teve resistência dos municípios de participarem da avaliação, nenhum se negou a participar, isso foi um ponto positivo. Mas o fato de ser financiado 100% com recurso do estado, sem nenhum custo para o município, também foi algo que tornou atrativo para todos os municípios. Quando fazíamos a divulgação dos resultados, claro que gerou algum desconforto naqueles que tinham os resultados regionais mais baixos, porque analisávamos e apresentávamos os resultados de cada região.

Tínhamos o cuidado e a habilidade de não expor quem estivesse na pior situação da região. Colocávamos os resultados meio que em ordem alfabética. Era um princípio ético da divulgação do resultado da avaliação, porque era uma cultura que não existia. Iaci Pequeno trabalhava muito com princípios internacionais da avaliação, e um deles, em que ela insistia, era o princípio ético na divulgação do resultado, que não poderia ser usado para constranger o sujeito avaliado. Comunicava-se os resultados dessa forma, não fazendo ranqueamentos nem usando dégradé de cores, nem colocando aquele ranqueamento em ordem decrescente, para não assustar.

Eram as primeiras edições das redes municipais, a gente sentia alguns desconfortos e tentava incentivar a percepção de que a avaliação mostrava onde se estava para que realmente se pudesse intervir para melhorar e gerar algum sentimento de euforia naqueles municípios que, mesmo não estando tão bons, tinham uma situação melhor naquela região. A alegria de quem aparecia numa situação melhor acabava tomando a cena na hora da divulgação daqueles resultados, que eram feitos sempre na sede da Crede, conduzidos por um técnico da nossa equipe. Eu estive em algumas regionais, rodando o Ceará todo, mas a gente sempre tinha esse cuidado, a gente chamava as regionais na Seduc, apresentava os resultados gerais e regionais do estado, mas a apresentação formal e oficial da Seduc dos resultados por município, muito embora as prefeituras já tivessem acesso pelo relatório impresso, era feita pela nossa equipe, tomando todos esses cuidados para não ranquear, não gerar nenhum impacto negativo de resistência aos resultados que já estavam ali. Tínhamos clareza de que aquele momento era o primeiro de inserção do município nessa cultura, então era um trabalho de formiguinha de conquista.

Em 2004 e 2006, foi um trabalho muito bem-sucedido, sobretudo considerando que não tinha essa cultura de avaliação, ou seja, as redes municipais não eram avaliadas.

O PAIC E O SPAECE

O Paic teria sido possível sem o Spaece, mas ele não teria chegado aonde chegou. Primeiro porque o Paic nasceu dos resultados do Spaece. Muito embora o relatório da Assembleia Legislativa mencione dados do Saeb, os dados do Spaece já davam um retrato mais detalhado por região, por município e por rede de ensino do estado, indicando como era crítica de fato a situação dos níveis de leitura dos alunos ao término do 5º ano do Ensino Fundamental. Eu considero que os resultados do Spaece foram a parte científica que fundamentou o diagnóstico para gerar toda aquela polêmica na assembleia e fazer surgir a política do Paic. Vemos a influência do Spaece no Paic quando, no Paic, foi criado o seu quinto eixo, que é o eixo da avaliação.

O Paic teria sido possível sem o Spaece, mas ele não teria chegado aonde chegou. Primeiro porque o Paic nasceu dos resultados do Spaece.

Se a gente não tivesse uma cultura de avaliação pré-estabelecida no Ceará, certamente talvez nem tivesse o eixo de avaliação no Paic. As coisas não acontecem por coincidência nem por acaso. É consequência de um trabalho de avaliação que já vinha sendo estruturado e estava evoluindo a cada período, a cada ciclo, e os reflexos da avaliação aparecem no Paic. A própria equipe que trabalhou com Cláudio Marques na UFC, que coordenou aquelas avaliações no modelo das avaliações diagnósticas do Paic, ainda que seja um modelo clássico, e tudo o mais, sabia da importância desses diagnósticos macro, das avaliações que eram produzidas tanto pelo Saeb quanto pelo Spaece.

PENSAR O SPAECE A PARTIR DO AGORA

O Spaece é um dos sistemas estaduais mais antigos, influenciado pelo Saeb. O Spaece hoje tem um modelo de avaliação que tem um espectro muito maior do que o próprio Saeb. Por que o governo estadual optou por manter o seu sistema de avaliação e não se satisfaz com os resultados produzidos pelo Saeb? Hoje o Spaece produz uma série de resultados que as avaliações nacionais ainda não produzem, apesar da Prova Brasil, e há demora dos resultados, entre outras questões, como a prova dos resultados, a devolutiva dos resultados, fazendo com que governos estaduais mantenham os seus sistemas de avaliação.

Avaliando de forma conjunta, tanto o Saeb quanto o Spaece cumpriram sua finalidade de inserir uma cultura de avaliação dos testes de múltipla escolha, testes científicos que permitem fazer inferências de resultados, mesmo que aquele conjunto de alunos não se tenha submetido ao mesmo item através da Teoria de Resposta ao Item, mas que aquele aluno é capaz de estar naquele nível, com muita segurança, com qualidade estatística.

Mas eu acredito que temos que avançar em modelos de avaliação, senão acabaremos rotulando, estagnando e reproduzindo a preparação de um aluno para esses tipos de testes. Temos que dar um passo além, nesse formato de múltipla escolha, avançar para outros componentes curriculares, não podemos ficar presos somente à Língua Portuguesa e à Matemática. A opção de se fazer avaliação somativa ao término de cada etapa de estudos de anos iniciais, anos finais e Ensino Médio é uma opção, mas se poderia ter outra opção, de fazer um aporte longitudinal, que permitisse acompanhar o aluno ao longo de uma série-histórica, então você construiria uma série. Eu poderia fazer o 1º ano; no ano seguinte, eu faria o 2º ano; no ano seguinte, eu faria o 3º, e iria acompanhando e monitorando o valor agregado do aluno a cada ano. Poderia mensurar não só o valor agregado num ano, mas o valor agregado por instituição de ensino, porque permitiria rastrear esse estudante ao longo de sua trajetória.

Mas eu acredito que temos que avançar em modelos de avaliação, senão acabaremos rotulando, estagnando e reproduzindo a preparação de um aluno para esses tipos de testes.

A questão dos testes adaptativos, informatizados, vários outros sistemas já usam isso com muita maestria. Os testes informatizados têm um custo muito menor, são ecologicamente corretos e permitem um teste mais consistente, adaptando o nível das questões, a capacidade do aluno, permitindo diagnósticos mais precisos. O Brasil e o Ceará têm que dar esse passo adiante. Nós estamos repetindo o modelo há muito tempo, então tem que inovar a metodologia dos testes, nós temos que ter itens mais inteligentes, posso até ter um item de múltipla escolha, mas eu também tenho que ter itens abertos que permitam captar o raciocínio lógico e compreensão leitora do aluno. Sobre essas habilidades, infelizmente, os itens de múltipla escolha não conseguem dizer muito. Nesse sentido, valeria a pena avançar nesses modelos de avaliações, um pouco do que o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) está fazendo. O Pisa já trabalha uma série de questões que permite ver o desempenho e a desenvoltura do aluno ao longo de um conjunto de questões que estão interligadas, que envolvem questões de múltiplas escolhas e questões em que ele tem que expor seu pensamento crítico. Você pode fazer testes durante todo o ano, não tem que ter exatamente um único dia de testes numa semana.



Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

TRAJETÓRIA

Secretária de Educação do Estado do Ceará (2007-2014).

ANUALIDADE DO SPAECE

Nós tínhamos uma intenção e uma necessidade de termos um resultado de uma avaliação externa, dessa natureza, para fins gerenciais. Termos alguma governança maior sobre o ritmo de recebimento desses resultados, para nós, era muito importante.

[Os resultados] passaram a ser um pouco mais rápidos, bem mais rápidos do que o Saeb, porque [no Saeb] nós não tínhamos como conseguir resultados exclusivos nossos. Mas conseguimos, com mais brevidade, embora eu ache que, até eu sair da secretaria, eu ainda queria mais rápido do que era. Conseguíamos receber no início do semestre, e eu acho que fazíamos a divulgação por volta do mês de abril.

CUSTOS DE TER UM SPAECE ANUAL

Os custos aumentaram, com certeza. A avaliação é uma ação de custos elevados, principalmente por conta da expansão, das questões logísticas, da contratação de pessoal, este é o valor mais alto. Nós achávamos essencial pagar esse custo, esse aumento, para o que nós estávamos pretendendo, que era exatamente fortalecer uma política com foco na aprendizagem, nos resultados, e ter esses resultados como elementos, como eu falei, gerenciais, para que as equipes se apropriassem deles e pudessem fazer suas intervenções. Tanto no âmbito das escolas estaduais como também no das redes municipais. Também havia incentivos, porque nós trabalhamos e implementamos, inclusive através de legislação, incentivos financeiros às escolas e também aos municípios através da alteração da lei do ICMS, dos 25%.

O PAIC E O SPAECE

Não, eu não acho [que o Paic seria possível sem Spaece]. Inclusive, uma primeira expansão que nós fizemos do Spaece foi incluir o 2º ano [do Ensino Fundamental], porque nós precisávamos da nossa linha de base, pois até então não havia uma avaliação mais estruturada mesmo nacional.

UNIVERSALIZAÇÃO DO SPAECE NOS MUNICÍPIOS

Eu não tenho registro de resistência dos municípios. Eu acho que nós temos no Ceará uma plantação, vamos dizer assim, de antes, de anos. Nós temos algumas experiências, movimentos e articulações que tornaram essa ambiência de cooperação mais propícia. O governador, na época Cid Gomes, estava absolutamente ganho para a causa, pois a experiência como prefeito e toda a mobilização que tinha acontecido no município e o próprio sentido de valorização da educação. Então o chamamento foi a partir da liderança política do estado, e nós tivemos um acolhimento, uma resposta muito positiva. Eu lembro que nós não gastamos muita energia em convencimentos, lidando com dissidências. Eu penso que nós tivemos ali uma resposta muito positiva.

Nós temos algumas experiências, movimentos e articulações que tornaram essa ambiência de cooperação mais propícia.

.....

A REAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AOS RESULTADOS

Foi outra coisa. Eu sei de estados que faziam avaliação, inclusive dos municípios, mas que não divulgavam os resultados, que os entregavam de forma sigilosa ou privada. Há o resultado para cada um, e tal, porque considerava isso algo sensível. Foi outra coisa que me surpreendeu, porque nós sempre tivemos a convicção de que é muito importante publicizar os resultados. É claro que se paga um preço por isso, pois há os rankings, “quem é o pior, quem é o melhor, e não sei o que”, coisas que não são as questões fundamentais, então se paga um preço. Mas vale pagá-lo para termos um conhecimento da realidade, como também responsabilização. Então, é claro que, como a política, ela pouco a pouco ganhava espaço e importância, os sinais sempre gerando maior evidência, então começou a despertar o desconforto de ficar feio nas cores.

Mas eu sempre repetia para os grupos e prefeitos, nas oportunidades que eu tinha: “Esse é um saudável constrangimento. Esses resultados não são endereçados a ninguém particularmente. A culpa não é do prefeito, dos professores, do governador, vamos dizer assim. Não estamos preocupados com isso, estamos preocupados e mobilizados para saber que todos nós temos responsabilidade de transformação. Então, esse resultado é o meu, e eu vou lutar para transformá-lo”.

Uma vez, eu recebi um convite muito interessante, eu acho que depois da primeira edição do prêmio. O prefeito do município de Ipueiras na época disse: “Professora, vá ao município, eu estou organizando uma reunião com relação aos nossos resultados, foram muito ruins, e tal, você participaria de uma reunião conosco?”. “Vou prefeito”, e fui.

Quando eu cheguei, estava num desses espaços, dessas quadras, não sei exatamente onde era, em que havia uma representação do município, da comunidade, todos os secretários municipais, o padre, gente do Ministério Público, professores e outras pessoas. Aquela assembleia era para eles dizerem dos péssimos resultados, e que eles viam que o município não merecia aquilo, que eles eram capazes de fazer melhor. Eu achei muito interessante, saudável e mobilizador de energias, porque sabíamos que ali ocorria um trabalho, havia uma agenda, e tal, mas tinha também o sentido daquilo, o propósito. Então eu achei muito bacana.

[Eles] melhoraram na avaliação seguinte, o município já estava numa condição muito diferente, e Ipueiras seguiu, durante muitos anos, em ascendência, ficando entre os melhores.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na verdade, eu considero muito importante, em tese. Mas eu sei da dificuldade de implementar, porque realmente são muitos fatores, elementos, configurações que nós temos na nossa rede, pensando inclusive na rede mais ampla, a pública como um todo, que sendo fácil definir questões.

Na verdade, eu considero muito importante, em tese. Mas eu sei da dificuldade de implementar, porque realmente são muitos fatores, elementos, configurações

O que precisamos, na secretaria, são dados, para que façamos intervenções e haja um fortalecimento da instituição e, conseqüentemente, dos resultados. Uma vez, em uma das versões do Prêmio Escola Nota 10, um jornalista me perguntou: “Professora, eu fui conhecer uma Escola Nota 10 numa região”, eu acho que era na região da Ibiapaba, “mas, professora, uma escola daquelas é nota 10? Porque não tem biblioteca, não tem isso, não tem aquilo”.

Eu lhe disse: “Mas esse título é pelo resultado dos alunos”. “Mas, professora, não seria, então, Aluno nota 10?”. “Sim, mas, para o aluno ser nota 10, tem uma conjuntura, tem atores e processos que são muito importantes para aquilo”. “Pois é, mas, então, professor nota 10?”. Ele queria um jeito. Para ele, uma Escola Nota 10, teria que ter uma condição, inclusive física, muito melhor do que a que ele via ali naquela escolinha, na visão dele. Eu lhe disse: “Mas, veja, apesar de a escola ter uma condição insuficiente ainda, ela conseguiu uma questão fundamental que foi garantir a alfabetização dos meninos”. Mas era difícil para ele entender o que tinha na nossa cabeça quando se avalia uma instituição. Quais seriam os parâmetros, como aferíamos a força ou a fragilidade da instituição, baseado em quê?

GESTÃO POR RESULTADOS NO ESTADO E NOS MUNICÍPIOS

Eu acho que nós temos evidência disso, da implantação dessa cultura, que, de alguma maneira, tornou mais assimilável, mesmo com os desconfortos, a publicização dos resultados, porque nós não tivemos praticamente conflitos com relação a isso.

Eu vejo que essa questão da gestão por resultados como um ponto a favor do Ceará, e com certeza isso fez, inclusive, com que nós lidássemos muito bem com a política do Ideb, porque eu acho que, nacionalmente, transformar os resultados do Saeb em Ideb e tornar aquilo mais compreensível para a população, para as próprias redes, uma medida de 0 a 10, muito mais tangível para as pessoas do que aqueles duzentos e quarenta e tanto, trezentos e não sei quanto. Eu acho que o Ideb veio também para fortalecer nosso movimento. O que eu não vejo nos municípios cearenses, não sei se é algo que as outras pessoas concordam comigo, muita resistência a essa modelagem de publicizar e de estabelecer metas, eu não vi muitos municípios brigando com aquilo.

MUNICÍPIOS QUE PERDERAM RECURSOS DO ICMS

Fortaleza reclamou, [porque] perdeu muito. Porque, um dos critérios fortes da distribuição dos 25%, era a população. Então, quando se via o gráfico de distribuição, era praticamente dois terços para Fortaleza. Realmente houve uma [perda], mas sempre com possibilidades de compensações também. Eu acho que o município que perdeu um pouco na época foi Sobral, porque a primeira regra incentivava muito o crescimento. Então, quem crescia, dependia mais da evolução. Sobral, como já estava numa situação mais evoluída, sentiu. Então, veio a reclamação: "Como pode? Quer dizer que perdemos por fazer o dever de casa?". E eu dizia: "Prefeito, esta palavrinha, 'equidade', é bonita e boa de se falar e defender, e tal; mas, na hora de implementar, às vezes não é muito fácil, porque realmente tem que lidar com essa questão".

O ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO (IQE) E O TAMANHO DAS REDES MUNICIPAIS

Isso incomodou, em alguma medida. Fortaleza, na época, reagiu. Inclusive, eu penso que o modelo de Fortaleza evoluiu uns anos depois para os regionais. As redes municipais têm os resultados para dar um espaço a um recorte de governança; pode até ter sido uma falha, mas o que nós pensávamos, na época, é que todos tinham que fazer o esforço, e a condição desse esforço era relativa, porque, quando você vê uma rede pequena e com poucas escolas, e tal, mas você observa também quais são as forças, o potencial que aquela rede tem para lidar com a coisa, às vezes é muito desafiador. Tem uma rede maior, que também, por sua vez, tem mais recursos e esse olhar para nenhum a menos, não nos vamos distrair com justificativas: "Ah, é muito grande, é muito pequena, é muito pobre, é muito isso". Então, é preciso um pouco o foco nessa coisa de responsabilização. Mas acredito que isso é passível de alguma crítica, e talvez nós pudéssemos ter equilibrado melhor esses elementos.

O índice, inclusive para os incentivos, também variou com o tempo, quando o desafio era relativamente alcançado. Ele era colocado para não nos acomodarmos e também não deixarmos muita margem para game. Vamos deixar os que estão com mais dificuldade para trás, então começou a ter elemento de calibração disso, para que as redes vissem que, se deixasse menino para trás, era pior.

Ele era colocado para não nos acomodarmos e também não deixarmos muita margem para game. Vamos deixar os que estão com mais dificuldade para trás, então começou a ter elemento de calibração disso, para que as redes vissem que, se deixasse menino para trás, era pior.

.....

O BANCO MUNDIAL NO CEARÁ

Quando eu comecei na secretaria, nós tínhamos ainda o fim de um empréstimo. Considerados aquele empréstimo outro ainda, para melhorias de estruturas físicas, uma série de coisas, e esse outro, nós sempre tivemos a presença do banco, realmente. Quando tinha o Swap, não era aquele empréstimo com o dinheiro carimbado para educação, entrava no tesouro, mas o governo tinha contrapartidas, e inclusive uma delas era o comprometimento com metas. Então, nós tivemos sempre essa interlocução com o Banco Mundial quanto aos elementos da política do Paic, que chegou a ser também uma dessas ações que entravam na agenda de acompanhamento. As escolas de educação profissional também. Com relação às escolas, os processos, inclusive de avaliação de resultados das escolas de educação profissional, nos seus resultados institucionais, para além daquela coisa só da aprendizagem, da medição da aprendizagem.

Quando tinha o Swap, não era aquele empréstimo com o dinheiro carimbado para educação, entrava no tesouro, mas o governo tinha contrapartidas, e inclusive uma delas era o comprometimento com metas

.....

Nós tivemos uma participação também importante do Banco Mundial na elaboração do Programa Mais Infância (Padim), um programa voltado para a primeira infância, e que hoje se desenvolve com mais força no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin). Então, essa presença e interlocução com o Banco Mundial é, vamos dizer assim, transversal, está sempre presente na política da educação.

SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

A pandemia foi uma tragédia de todos, e ainda não sabemos o tamanho do prejuízo. Como vamos fazer a recomposição desse tempo, dessas aprendizagens, porque tivemos a gravíssima situação de suspensão das atividades presenciais, mesmo com o esforço dos professores. Eu sei que teve umas coisas muito bacanas de superação, mas a desigualdade já dá uma mexida, então milhares de crianças e adolescentes e jovens não conseguiram acessar regularmente a escola e o processo de ensino-aprendizagem. Fizemos uma avaliação nesse ano [2021], a partir de junho, e alguns não conseguiram fazer naquele momento, fizeram um tempo depois, em agosto. Fortaleza mesmo, eu acho, a fez somente em

setembro, e os resultados são realmente muito graves, ficando muito evidente a perda. Agora teve o Saeb, ainda está tendo.

O Spaece é um processo muito valioso para nós, eu acho, inclusive muito simbólico, e é muito emblemático que o Ceará tenha sido pioneiro. E, ao longo do tempo, o Spaece foi-se fortalecendo. Olhando numa perspectiva para frente, de trinta anos, eu vejo o fortalecimento dos processos, cada vez mais funcionais para as escolas e, em última instância, para os professores, que estes possam cada vez mais compreender o comportamento dos alunos frente aos componentes avaliados, aos descritores, às habilidades, e tal, para poderem modelar suas intervenções cada vez mais de forma assertiva e cirúrgica.

O Spaece é um processo muito valioso para nós, eu acho, inclusive muito simbólico, e é muito emblemático que o Ceará tenha sido pioneiro. E, ao longo do tempo, o Spaece foi-se fortalecendo.

Nós temos um trabalho muito interessante na Secretaria de Educação a partir da presença do Cientista Chefe, um programa de parceria do governo estadual com as universidades, através da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), e hoje várias secretarias são atendidas por cientistas-chefes, que são acadêmicos, gente das diversas áreas. Começamos, eu acho, que com educação, segurança, saúde, mas já se estende para outras áreas importantes, como o meio ambiente, a própria Casa Civil, com relação a essas questões relacionadas à formação.

A Secretaria de Educação tem um cientista-chefe que é inclusive da área da matemática, e que tem feito um trabalho com as equipes, muito interessante, com relação à avaliação, do ponto de vista de ajudar para que os professores possam entender melhor qual erro o aluno cometeu, qual a origem daquele erro. Isso foi um trabalho que começou com o Ensino Médio e o erro diagnosticado pode estar associado a uma incapacidade que tem uma trava desde 6º ano, ou mesmo de antes. Quando esse aluno está ali, e o professor muitas vezes se esforçando e repetindo, às vezes não é eficaz, então é preciso compreender melhor essa situação do aluno, para que ele possa desatar os nós que estão impedindo que ele avance.

Eu vejo um trabalho evoluindo para isso, para que se olhe também o envolvimento das nossas universidades. Também estamos olhando como nós podemos trazer esse processo de avaliação para o ensino superior. Nós temos parceria muito importante ao longo do tempo com o CAEd, que é um centro da Universidade Federal de Juiz de Fora e um grande parceiro, um centro de excelência na área de avaliação, e também muito movido pelo compromisso com a educação pública, mas nós precisamos, inclusive com a ajuda deles, fazer das nossas universidades protagonistas nesses processos de avaliação. Eu acho que isso é bom para as redes, e, pela interação mais direta, é bom para as universidades também, vai envolvendo as pessoas, e elas vão compreendendo melhor os processos.



Eu vejo um trabalho evoluindo para isso, para que se olhe também o envolvimento das nossas universidades. Também estamos olhando como nós podemos trazer esse processo de avaliação para o ensino superior.

.....

FUTURO DO SPAECE

Outra coisa que eu penso, necessariamente, no caso do Spaece, é que precisamos avançar para outras disciplinas, e o que é também muito desafiador são as questões relacionadas às competências de outra ordem, que não sejam só as acadêmicas, e que a gente possa chegar a uma possibilidade de fazer avaliações dessa natureza também, porque eu acho que é uma obrigação nossa, da instituição escola, das redes, do estado, comprometer-se com uma formação mais integral, mais ampla, de pessoas melhor preparadas para a vida, para se comprometerem com seus projetos de vida, consigo mesmo e com os outros, é tão importante, o mundo clama por isso.



Antônio Idilvan de Lima Alencar

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Secretário Executivo da Educação (2007-2014) e Secretário da Educação (2016-2018)

SOBRE O SPAECE

Eu já tinha como vizinho o povo da avaliação, que já me ajudou no desenho da estrutura da avaliação. Eu lembro que Conceição Ávila de Sobral foi convidada para assumir o processo de avaliação. Num primeiro momento, na Secretaria de Educação, eu era aquela pessoa que botava as coisas para funcionar, mas sem muito conhecimento dos processos em si. Eu sabia sobre o meu lugar. Para você ver, eu nunca tinha ouvido o nome Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), eu não ia me meter. Mas, também por não conhecer, eu me permitia estranhar algumas coisas: “Por que isso não é assim?”. Eu comecei a questionar por não conhecer. O meu primeiro contato com a parte de avaliação era logístico, de fazer acontecer: “É preciso pagar aplicador, achar local para a prova etc.”. Eu me colocava nesse papel, sem entrar nos meandros técnicos da avaliação, porque tinha gente mais competente do que eu e sabia... Eu só podia ajudar nessa parte da avaliação.

Depois, eu lembro muito bem que essa questão da avaliação mudou bastante para a premiação. Por que a quem interessa a avaliação? Interessa à rede, aos secretários, aos diretores, aos gestores, de uma forma geral. Mas os estudantes eram convidados a fazer aquela avaliação. No momento em que disseram, “olha, os melhores alunos vão ganhar um notebook”, deu um estalo no processo, que ganhou uma energia. Eu sei que, para os alunos, foi muito importante, então eu também fiquei responsável por comprar notebooks, não sei mais o quê, para ver esses resultados, para ver essas planilhas, e tal. Eu comecei na logística e organização, depois fui para a premiação e, com o passar do tempo, eu fui aprendendo, eu comecei a me meter mais na avaliação.

QUESTÃO TÉCNICA DA AVALIAÇÃO E A AVALIAÇÃO NO BRASIL E NO CEARÁ

Quando você vai para outros estados, percebe que nós somos uma referência, pois há uma solidez nesse processo, que é uma construção, não à toa, de trinta anos. Mas, em relação a essa questão da avaliação específica, eu lembro algumas mudanças eu consegui implementar, como, por exemplo, eu não me conformava com a demora dos resultados. A avaliação é feita em novembro, dezembro, e o resultado chegava em junho, mas para que esse resultado? E eu chamei a empresa e disse: “Olha, se vocês não me entregarem antes do ano letivo, eu não quero e não vou pagar”. Eu fiz uma confusão grande quando eu fui secretário: “Eu não quero essa avaliação, eu não vou pagar, se fizerem isso”.

Quando você vai para outros estados, percebe que nós somos uma referência, pois há uma solidez nesse processo, que é uma construção, não à toa, de trinta anos.

Também acompanhei alguns percalços desse processo, como uma empresa que foi para uma licitação sem ter experiência, mas, por menor preço, acabou ganhando e causou um grande dano, chegou a perder resultados, e nós tivemos que fazer inferências, uma série histórica para dar resultados, o que serviu como um aprendizado muito grande para entender que fazer avaliação não é um processo comercial. Não basta olhar o menor preço. Foi horrível, muito difícil.

O PAIC E O SPAECE

Quando o estado resolveu entender e aportar recurso na corresponsabilização dos resultados do Ensino Fundamental, a avaliação foi um dos eixos principais. Aliás, tudo nasce na avaliação diagnóstica, e então vêm os outros eixos, a premiação, a avaliação do professor. Eu lembro que era usada a seguinte expressão: “Vamos descobrir o santo”. Eu o dizia em referência à Semana Santa, quando os santos são cobertos, e, no Sábado de Aleluia se descobrem os santos da igreja. A avaliação do Paic foi descobrindo um pouquinho de santo.

Eu diria que falávamos muito sobre avaliação escolar, mas não tínhamos evidências. Quando criamos o Spaece-Alfa, víamos a tragédia educacional, e, a partir de então, as peças começaram a se envolver, ou seja, a avaliação vem em primeiro lugar, mas não é a coisa mais importante, era um eixo.

O Spaece-Alfa, e o rateio do ICMS entraram na pauta dos prefeitos, porque os prefeitos demoraram a entender a importância da avaliação. Quando disseram que mexeria nos recursos financeiros dos municípios, eles rapidamente entenderam e começaram a se mobilizar. Eu me lembro de dizer Correio Brasiliense: “Tem muita coisa que é tangível num processo de resultados da educação”. Por exemplo, eu lembro muito bem que, no YouTube, há um vídeo do município de Jardim, que ia fazer a prova do Spaece na semana, e, no sábado, houve uma passeata na cidade para celebrar a avaliação. Onde já se viu isso? Os bonecos enfeitados na cidade, os comércios lotados, a cidade toda parada em função de uma prova de avaliação. Ou seja, essa coisa sai do racional e do tangível e ganha realmente uma questão política social, torna-se um motivo de engajamento. Quando olhamos

para a avaliação, para os resultados que só pelo aspecto técnico, é pouco, tem que ir além, eu acho que a grande costura que foi feita é nesse sentido, uma avaliação que passa a ser um tema popular numa cidade faz a diferença.

PRÊMIO ESCOLA NOTA 10 E O SPAECE

Eu acho que essa questão de você transformar o resultado da avaliação em cores também populariza, porque a população não vai entender o que é a escala 320, então, com cores, consegue-se mobilizar. Eu me lembro de quando eu estava cortando o cabelo e alguém falou: “O município é verde claro, é verde escuro”. Só ouvia o povo comentando isso, ou seja, o Spaece-Alfa, com as cores, conseguiu sair do tecnicismo e da coisa mais acadêmica e jogar para a sociedade. O prefeito que pega um município com verde claro, e entrega com verde escuro, é um mérito para a cidade. Isso é mobilização. Eu não estou dizendo que dinheiro não seja importante. As pessoas cobram resultados, ganham autoestima. Eu acho que você trabalhar com essa mente é diferente. Eu participei de todas as festas do Spaece, eu sempre gostei de coisa grandiosa, como os eventos da Seduc. Aquele monte de bolsa de pano, e eu queria que fosse nos melhores lugares, nos melhores hotéis, porque a gente merece e pode fazer isso. Eu comprei uma Hilux para a Seduc, e saiu no jornal: “Seduc compra Hilux, mas não tem dinheiro para comprar Brilux”. Eu disse: “Não, tem para as duas coisas, Brilux para as escolas, e Hilux para andar”. Eu sempre achei que tínhamos que pensar grande, em relação à educação, e ainda hoje eu tenho esse pensamento, e não é à toa que as coisas do Fundeb estão em 77 bilhões, e eu sei que isso faz diferença, porque eu também trabalhei antes de 2006, e eu lembro que o discurso era de economizar.

RECURSO DO ICMS E IQE

Essa questão do apoio do prefeito é porque, queira ou não, por exemplo, não tem secretário de educação que faça milagre; se o governador ou prefeito não apoiar firmemente, não tem secretário de educação que faça milagre. Eu era auditor fiscal trabalhava com os resultados do município, que constavam gastos com a educação. Nós vamos para resultados, é tanto que a aprovação lá na assembleia, ela passou meio que batida, os deputados nem discutiram, não entendiam o que é que se estava mudando naquele momento, mexendo naquele recurso fiscal dos municípios.

Nós vamos para resultados, é tanto que a aprovação lá na assembleia, ela passou meio que batida, os deputados nem discutiram, não entendiam o que é que se estava mudando naquele momento, mexendo naquele recurso fiscal dos municípios.

.....

Outra coisa sobre a avaliação, que eu não posso deixar de falar, é que o Spaece era anual, só que, quando eu voltei para a secretaria de educação, eu também estava com uma questão, quase que pessoal, e disse assim: “Não, eu não quero ser conhecido como o secretário de obras da educação”. Idilvan, como Secretário de estado, quer uma coisa que a gente ainda está devendo, que são bons resultados do Ensino Médio, porque se você pegar de 2007 a 2014, vê bons alunos no Ensino Fundamental, mas o médio está estacionado, e eu lhe disse: “Vamos levar as metas o Ensino Médio”.

Eu dizia: “Agora o Ensino Médio tem que sair do lugar”. Eu lembro que, na época, tinha uma frase que era constante: “O Temer não nos representa”. Eu disse assim: “E esse décimo segundo lugar do estado não nos representa, eu não abro mão de estar entre os cinco. Tem que estar no Top Five deste país, não abro mão disso”.

E eu lembro que uma das minhas questões ligadas à avaliação é que eu queria uma avaliação bimestral. Criamos um painel de resultados de gestão, vizinho ao gabinete, que era uma espécie de boletim da escola, assim como tinha o boletim do aluno. O que é o boletim da escola? Na escola tal, 80% dos alunos têm uma nota abaixo de 3,0 em Matemática. Opa, tem um ditado popular que diz que “se as nuvens forem escuras e as árvores balançam, vai chover”. Então, essas notas baixas representam um alerta, é claro que no segundo bimestre elas não vão embora.

Então eu queria muito conjugar com esses momentos pontuais do bimestre com a avaliação anual do Spaece, e a gente passou a ter uma avaliação que chegava em dois, três meses, saía um resultado depois de sete meses. Realmente eu acochei, comecei a olhar bimestralmente e também sou um gestor que eu aposto quem manda na gestão, é a composição da agenda do gestor, eu aposto nisso. Então eu chamei a minha secretária e e disse: “Olha, obrigatoriamente metade da minha agenda tem que ser os resultados do Ensino Médio, eu não aceito que falar sobre obras, sobre qualquer coisa, se metade da minha agenda não for os resultados”. De vez em quando, eu tenho isso, no dia a dia, como quando vem um deputado, um vereador, eu digo: “Para tudo, eu só aceito se metade da minha agenda for avaliação da educação”.

Pegava os testes do ano anterior, olhava a frequência, ficava nessa coisa de avaliação, nos meandros mesmo. E então têm as ações prioritárias.

AVALIAÇÕES MUNICIPAIS E SPAECE

Avaliações municipais implica custo adicional e desgaste do aluno. Eu também percebi que a prova do Saeb não era uma prova que tinha a mesma preparação da educação do Spaece, ficando relegada a um segundo plano, eu nem sabia que existia. O Spaece, eu sabia, o Saeb, quando acontecia, eu nem tomava conhecimento. Às vezes, já como secretário executivo [da educação], foi uma coisa a que eu também precisei atentar, porque essas avaliações servem para contextos diferentes. O Spaece é uma avaliação nossa, da qual podemos apropriar-nos com mais profundidade, fazer mais inferências, mas não temos gerência sobre o que acontece no Saeb.

O Saeb é uma avaliação nacional, comparada, importante, coloca o estado em relevo, então precisamos entender muito bem.

BANCO MUNDIAL E SPAECE

Eu tinha uma queixa em relação a essa pauta, eu dizia: “Olha, nós servimos de indicadores para todas as áreas, quanto ao empréstimo do Banco Mundial”. Então nós continuamos sendo avaliados quanto a empréstimos para a educação, para qualquer área, mas não teve mais dinheiro do Banco Mundial nessa época. Tinha essa queixa financeira, mas aqui eles contribuíram muito, eu acho que foi importante esse trabalho deles de colocar esses indicadores como gatilho. É uma

responsabilização muito grande sobre o próprio governador, sobre a secretaria de educação, sobre esses profissionais.

CUSTOS DO SPAECE

O Spaece tem os custos altos, em comparação com outras despesas. Eu acho alto, inclusive, o valor pago ao aplicador, que é o mais caro no Spaece. Eu acho que essa questão da avaliação no Brasil acaba tendo uma certa reserva de mercado em relação a grandes grupos que trabalham com as avaliações. Eu acho que o Brasil ganha na hora que isso é uma cobrança, uma pauta obrigatória da Secretaria de Educação.

Eu sempre achei muito alto [o valor] do Spaece, e cheguei a reduzir na minha época, convidando aplicadores voluntários, e surgiam críticas dizendo que não eram aplicadores formais. Eu sempre reduzia esse valor, oferecendo os aplicadores. Por que o diretor não pode ser aplicador em uma escola? O professor poderia dizer: "E quem são esses aplicadores? Quem são essas pessoas?". Pessoas que se voluntariaram e foram. Fui muito criticado nessa época, reduzi drasticamente as despesas do Spaece. Mas eu passei esse recurso diretamente ao professor, eu chamei a empresa e disse: "Nós não vamos mais pagar esse valor, em troca disso você me dará quarenta vagas de mestrado". Mas, realmente, foi uma briga muito grande em relação a isso, mas você pode olhar que eu bati esses custos e reduzi bastante. Eu não sei se já voltou a aumentar.

USOS DO SPAECE

Sobre o estudo dos dados, acho que, na Seduc, tem esse setor de pesquisa, mas que poderia fazer mais, aprofundar algumas questões com que eu me deparava e ficava sem resposta. Acho que o cruzamento dos resultados, a questão socioeconômica são feitas por alguém, que escreve um livro, faz um trabalho, mas não está na rede, no dia a dia, porque eu acho que o Spaece só tem sentido se for para eu fazer alguma interferência, uma intervenção. Isso parece tão óbvio, mas não é, a avaliação parece ser um tema, um estudo posterior para alguém fazer um debate.

No meu desconhecimento em relação ao tema educação, quando cheguei, era uma das inquietações maiores minhas, ainda hoje eu sou inquieto com isso, porque eu sei que foi feita muita avaliação para servir de pretexto, que era guardada na gaveta ou no armário.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SPAECE

É uma lacuna, antiga talvez, sem solução, e vai passando. No relatório do sistema nacional de educação, nas comissões de que eu participo, eu faço uma caricatura desse sistema, porque meu maior desejo é que ele não vire um plano nacional de educação, porque do plano nacional de educação não se fala mais.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Sobre a gestão da educação do ponto de vista macro, eu falo que poderia se constituir um modelo espelhado no Sistema Único de Saúde (SUS), só que para

a Educação. Se eu pudesse, eu diria quem vai se sentar em cada lugar da mesa, eu queria que fosse uma coisa real e concreta. Para que isso aconteça, há temas obrigatórios para discutir, como a formação de professores está, a avaliação, temas obrigatórios do sistema nacional de educação. Inclusive, nesse pacto, havia muita discussão. Sento eu, estado e município, e pactuamos algo. Se eu não cumprir, vai ficar por isso mesmo?

REAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AOS RESULTADOS DO SPAECE

As grandes cidades perderam recursos, uma quantidade enorme de recursos. Então, tínhamos que responder os recursos de um por um, o que parece que ajudava um pouco. Na Secretaria da Fazenda (Sefaz), também havia recursos, só de outra natureza. Eu também lidei com estes recursos, mas isso foi nos primeiros anos, entrou definitivamente para a agenda dos prefeitos. Eu lembro muito bem o município de Santa Quitéria, que fez uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para discutir esses resultados, e as pessoas choravam na audiência pública, foi um drama municipal esses resultados do Spaece, e passou a vir para a agenda.

Como você bem diz, o povo da educação se move por uma série de fatores que não é resultado; mas, para os prefeitos, isso teve um impacto muito grande. O Spaece mexeu no ICMS. Eu lembro do tempo da Sefaz, realmente isso mexeu muito com a gestão municipal, eles vasculharam as coisas do secretário de educação, do diretor de escola, eu acho que essa coisa do recurso fez uma diferença grande na gestão.

LEI DO ICMS E PAIC

Essa questão do IQE, do repasse, é uma questão constitucional, isso não depende do estado, que tem a obrigação de repartir 25% do ICMS. Os critérios são definidos em lei estadual, mas o uso do 25% não está aqui, está na Constituição Federal, no capítulo tributário. Alguém daqui não pode mexer nisso. Se alguém disser: “É da educação. Não pode, isso é uma questão de Constituição Federal, no capítulo da tributação, de ordem tributária, e é repasse”.

Pode-se responder: “Essa questão, esses critérios, o Paic tinha lá com o Conselho de Governança, e todas essas questões passam por esse Conselho de Governança, se os municípios opinaram pouco, e definiram isso, então é questão de representação”. Cada mudançazinha que nessa questão do Spaece-Alfa, da premiação, passava pelo Conselho de Governança, com ata de resultados.

MODELO DE AVALIAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA

Antes da pandemia, ser mais rico ou mais pobre, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, sempre implica diferenças nas áreas educacionais. Na pandemia, houve um agravante: ser pobre significava negação do direito à educação, é uma coisa maior. Por causa do acesso à tecnologia. Se você vai para uma zona do Nordeste, em muitos locais a porcentagem acesso à rede é zero. Eu conversei com um diretor de escola do Preá, entre Caiçara e Cruz, e ele disse: “Idilvan, na escola, ninguém tinha acesso à tecnologia nenhuma”.

Na pandemia, houve um agravante: ser pobre significava negação do direito à educação, é uma coisa maior. Por causa do acesso à tecnologia.

.....

Você pega um estado como a Bahia, que passou de 2020 a 2021 sem nenhuma atividade. Isso gerou uma tragédia para a educação, eu chamo de efeitos invisíveis (para os outros, não para nós) da pandemia na educação. Invisíveis por quê? Porque, na saúde, você conta os mortos; na economia, as empresas que são fechadas; mas, na educação, o que você tem para contar? Os educadores percebem, estão vendo, mas o Brasil não enxergou o tamanho dessa tragédia. A pauta do Brasil nos próximos anos vai ser a recuperação da aprendizagem, e a avaliação vem casada, com diagnósticos. Eu imagino que o processo de avaliação tem que ter uma periodicidade menor, eu não consigo ver a avaliação acontecendo uma vez por ano. Quer dizer, os estados têm que começar a pensar em avaliações, eu não falo só de avaliação diagnóstica das escolas, eu falo de avaliações globais num espaço de tempo menor, eu acho que tem que ter um movimento muito forte em prol da aprendizagem.

E, por exemplo, é preciso mais carga-horária, mais professor ou gratificação para professor. Professor tem X aulas, então tem que dar mais aulas. E como vai fechar? Não é mais sala, mais computador, eu também acho que dá para recuperar.

Eu tenho aula aqui quatro horas, e posso ter um período presencial, posso ter à distância, por que educação à distância?

A formação de professor tem que ter todo o acompanhamento, e ainda não estamos fazendo formação de professor, que eu saiba. Então eu acho que a pauta da educação brasileira é recuperar a aprendizagem, dois anos que foram uma tragédia grande, e vamos ter que ter uma avaliação casada. Eu vi um exemplo muito engraçado, porque é drástico também: “Eu retomei as atividades presenciais, e eu estou aqui no Segundo Reinado, mas os meus alunos não sabem que o Brasil foi descoberto”. Isso, em história, você consegue entender, mas, na Matemática, foi um desastre total. E eu acho, honestamente, que o povo não está enxergando isso. O governo fez um pacto pela aprendizagem, mas, que eu saiba, são recursos para os municípios, e os meninos vão para as escolas, não sei mais o quê, e a aprendizagem? O recurso foi solto para as ações, e ainda nem chegaram às ações. Na rede de aprendizagem, não é só isso, é um processo amplo, com formação de professor, com avaliação, com mais carga-horária, com gratificação para professor.

A formação de professor tem que ter todo o acompanhamento, e ainda não estamos fazendo formação de professor, que eu saiba.

.....

Eu tenho um projeto, o PED, que é uma ação antiguerra para a educação, e o Fundeb criou um programa para os prefeitos, porque é dinheiro demais, é uma coisa que a gente diz “Estão com tanto dinheiro que agora querem aprovar os 25% da educação”. Os prefeitos estão apavorados no estado porque tem dinheiro demais, e vamos formar os professores. Eles ofereceram mestrado para

professor, climatizaram escolas. Mas de fato, não tem dinheiro demais, as necessidades todas estão ali, olhando, gritando.

INFORMATIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA

Eu acho que é possível elaborar alguns modelos rápidos, eu acho que a França já faz isso, o próprio Cid tentou fazer o Enem digital, que não deu em lugar nenhum, mas ele pensou nessa ideia, e eu acho que é possível fazer uma avaliação. Com essa pandemia, realmente, a tecnologia veio com mais intensidade. Eu acho que é possível, sim, fazer uma avaliação digital, mas eu sou a favor de mais e mais avaliação. Eu não gosto de avaliação só por ano. "Mas as próprias escolas fazem avaliação". Também, mas que faça mais e mais.

O SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Eu acho que o Spaece deverá ser digital, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Eu acho que outras disciplinas, no exame estadual, nacional, municipal, também podem ser incorporadas na avaliação. Eu acho que essas questões locais também podem ajudar muito as universidades locais, o que também é uma tendência que pode acontecer naturalmente...

Eu acho que o Spaece deverá ser digital, eu não tenho nenhuma dúvida disso. Eu acho que outras disciplinas, no exame estadual, nacional, municipal, também podem ser incorporadas na avaliação

Esse tema do Spaece para professor é um tema muito polêmico. A gente vai avaliar professor, ou se preocupar em formar bem o professor? Eu prefiro formar bem o professor do que fazer um negócio desses.

Eu acho que o professor é concursado, nós o formamos, e ele é avaliado na formação, sem causar esse impacto. O professor é bom, ele se dedicou mais, mesmo não tendo formação A, B ou C, isso é um processo contínuo, eu acho que a formação de professor está devendo, o que a gente tem de formação hoje? Muito pouco, a nível nacional, a nível estadual e também a nível municipal. Mas, por minha formação original, como engenheiro civil, eu gosto desses números da avaliação, de olhar para as evidências, os resultados.

A HISTÓRIA DO SPAECE EM TRINTA ANOS

Eu acredito que os processos de gestão pública e privada são um processo de construção, e que alguém pensou nessa avaliação estadual, então ela foi criada, e muitas pessoas agregaram ao longo desse processo, até se chegar a esse marco forte hoje que é o Spaece. Por isso essa história está sendo contada, porque muitas pessoas passaram ao longo do tempo, não tem João, o dono do Spaece, o que revolucionou, não tem. Isso é um aprendizado ao longo do tempo, e, às vezes, eu penso, enquanto cearense, enquanto educador, em gratidão a quem confiou cada espaço desse processo, em cada pedaço, de cada tijolo que foi montando, e hoje somos reconhecidos nacionalmente.



Eu acredito que os processos de gestão pública e privada são um processo de construção, e que alguém pensou nessa avaliação estadual, então ela foi criada, e muitas pessoas agregaram ao longo desse processo, até se chegar a esse marco forte hoje que é o Spaece.

.....

Eu, como deputado, até digo que hoje é até mais fácil, porque, quando eu chego num congresso, eu sou respeitado por ser educador cearense, e muita gente acaba querendo entrar na educação sem saber quem fez o Spaece ou o Saeb. Eu sei quem ajudou muito nesse legado, que eu recebo, na forma da boa educação cearense ao longo dos últimos trinta anos. Está muito bom, graças a Deus, tem que continuar a crescer.



Maria da Conceição Ávila de Misquita Vinas

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Sou professora da Universidade do Vale do Acaraú e, em 2007, fui cedida para a Seduc. Eu ingressei na Seduc na época em que foi criada a Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (Coave). Até então, a avaliação era uma célula que integrava a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação da Seduc. A professora Izolda, quando secretária, propôs transformar a célula de avaliação em coordenadoria, e, nesse processo, em março de 2007, eu assumi a coordenadoria recém-criada. Eu não fiquei muito tempo na Coave, somente seis meses, porque tive que migrar para outra coordenadoria, na época denominada de Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola.

A COAVE E AS MUDANÇAS NO SPAECE

Não que o processo de avaliação não existisse, o Spaece já existia, mas integrava a coordenadoria de planejamento. Com a criação da Coave, o acompanhamento da aprendizagem era uma linha muito importante, e a avaliação era muito relevante para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes, por isso a ideia de transformar em coordenadoria, dando-lhe um realce, manifestado inclusive no organograma da instituição na ampliação das avaliações do Spaece. O Spaece já alcançava o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio; mas, com a implantação do Paic, foi necessário criar o que ainda hoje é denominado Spaece-Alfa. Além disso, no Ensino Médio, a ideia era expandir o Spaece para os três anos. E foi com essas ideias que se estruturou a nova coordenadoria, nessa perspectiva de expansão e fortalecimento do Spaece.

Podemos dizer que o Spaece já tinha maturidade em sua implementação. Naquele momento, foi um processo de ampliação até para alcançar a alfabetização. O Ceará é pioneiro na avaliação da alfabetização. Eu acho que hoje, no Brasil, nós ainda não temos uma avaliação da alfabetização consolidada, mas aqui, no Ceará, temos. Junto a isso, a expansão do Spaece no Ensino Médio para os três anos, muito mais com uma perspectiva de diagnóstico, para ajudar na melhoria. Na época, tínhamos os indicadores do primeiro ano mais comprometidos do que os dos outros, pois era uma série com evasão elevada. Claro que o Spaece avalia

aprendizagem, mas, junto com essa expansão, tinha toda uma perspectiva de se buscar melhoria dos indicadores de abandono, de evasão. Eu lembro que tínhamos em torno de 25% dos estudantes do primeiro ano que iniciavam, mas não concluíam, era um percentual muito elevado.

Podemos dizer que o Spaece já tinha maturidade em sua implementação. Naquele momento, foi um processo de ampliação até para alcançar a alfabetização.

.....

Era essa a proposta de trabalho da Coave. Além do Spaece, tinham outras responsabilidades. Era uma estrutura organizacional que olhava para a avaliação em larga escala, para a Avaliação Institucional das escolas, que já era uma ação enraizada no trabalho de avaliação e tratava também da produção de indicadores educacionais, além dos de aprendizagem. O Censo Escolar estava lá dentro, e também a Seduc avançou na época para criar o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE).

A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E O ENSINO-APRENDIZAGEM NO ORGANOGRAMA DA SEDUC

Era uma relação muito estreita com a avaliação. Enquanto a Coave se ocupava com a implementação e operacionalização do Spaece, na Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola, nós nos ocupávamos com a disseminação e uso dos resultados, com o processo de devolutivas para que as escolas se apropriassem deles, e eles servissem como base para os planos de ações. Era onde entrava o nosso forte trabalho na coordenadoria de ensino.

RECEPÇÃO DOS RESULTADOS DO SPAECE PELAS ESCOLAS

Isso foi-se fortalecendo com muitas oficinas, com muita formação para apropriação dos resultados pelos diretores e pelas escolas. Eles vieram a fazer bem mais sentido quando começou a se definir metas, cujo indicador principal era o resultado de aprendizagem aferido pelo Spaece. Então, a partir desse momento, a utilização dos resultados ganhou muito mais sentido e realidade nas escolas.

SPAECE, SAEB E ENEM NA ESTEIRA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

O Enem teve muito protagonismo no Ceará. Víamos nessa proposta um horizonte promissor para criar expectativas dos estudantes. O Enem torna reais as expectativas de acesso ao ensino superior pelos estudantes das escolas públicas, e a Seduc se organizou para ter um trabalho dirigido em função do Enem. Ele não chegou propriamente a comprometer o Spaece, os dois passaram a conviver, com objetivos um pouco similares, mas também distintos. No conteúdo programático do Ensino Médio, no 3º ano, foram inseridas ações de fortalecimento. Então, o Ceará fez, e ainda faz, uma mobilização de massa para que todos os estudantes façam o Enem.

Com a transformação do Enem em forma de acesso ao ensino superior, o que eu diria que repercutiu no Spaece? No Ensino Médio, voltou a avaliar só o 3º ano,

em uma tomada de decisão quanto ao que fortalecer, e acabou que se retirou a avaliação do 1º e 2º anos do Spaece. Tem outra avaliação que concorria com o Spaece, o Saeb. O Saeb foi muito fortalecido como Prova Brasil, no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, mas, no 3º ano do Ensino Médio, ele continuou amostral, e era o que justificava a realização do Spaece no 3º ano, porque você tinha Enem, você tinha o Saeb, mas o Saeb ainda amostral no 3º ano, e, enquanto amostral, ele não serve como indicador para impulsionar melhoria na sala de aula. Trabalhou-se junto às instituições que realizavam o Spaece a antecipação dos resultados, porque tinha uma demora grande entre a aplicação e a devolução dos resultados. Foi um grande trabalho para que, no máximo, até março de cada ano, os resultados chegassem às escolas, porque se não perdia o sentido da aplicação, do investimento, porque as escolas precisavam balizar, ter o resultado no início do ano, para poder garantir os seus planos, suas organizações.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Nossa dinâmica era como uma operação de guerra. Uma primeira ação foi que a instituição que realizava o Spaece tivesse plataformas transparentes e acessíveis. Assim, quando o resultado fosse consolidado, a escola já poderia visualizar o seu resultado. Tinha uma fase, inclusive, em que o resultado era divulgado de forma preliminar, e a escola tinha tempo para recorrer. Isso foi entregando parte da gestão do processo à escola, e a se fez sentir muito mais integrante desse processo. Promovia-se também um curso de apropriação de resultados por meio de plataforma da instituição que promovia o Spaece. Por outro lado, entrava a ação da gestão. As coordenadorias regionais eram responsáveis por fazer a apropriação desses resultados e os integrarem nas ações junto com as escolas e os municípios no programa de colaboração. Então é uma rotina, eu diria, muito bem estabelecida de apropriação e de uso desses resultados com um toque forte de accountability. O Ceará nunca criou nada de punição por resultados, mas sempre animou a responsabilização dos coordenadores e coordenadoras de Crede e dos diretores e diretoras das escolas com relação aos resultados do Spaece, do Ideb e do Enem.

Nossa dinâmica era como uma operação de guerra. Uma primeira ação foi que a instituição que realizava o Spaece tivesse plataformas transparentes e acessíveis. Assim, quando o resultado fosse consolidado, a escola já poderia visualizar o seu resultado.

.....

O SPAECE E O PAIC

O Spaece é um mecanismo determinante para o Paic. Primeiro porque integra o modelo do Paic numa sistemática de incentivos, tanto o incentivo fiscal ao município quanto o incentivo do Prêmio Escola Nota 10 para as escolas. É o Spaece que fornece os dados. Também no caso da cooperação com os municípios, o Spaece é muito decisivo para tornar a avaliação viva e integrada à rotina do prefeito, do secretário municipal de educação, dos diretores e diretoras e dos professores. A Emenda Constitucional do Novo Fundeb incluiu o percentual mínimo de distribuição do ICMS, da cota que é discricionária e que o estado regula por resultados educacionais. Mas, desde 2007, o Ceará implementa o incentivo do

ICMS com percentual de 18%, com uma maior proporção voltada para a alfabetização das crianças. Essa é uma política que torna o Spaece imprescindível, pois o Spaece passa a ser notado e usado de forma muito perene. O desenho do Paic tem o Spaece como base, como referência.

O SPAECE E O PRÊMIO APRENDER PRA VALER NO ENSINO MÉDIO

O Aprender pra Valer não tem a mesma dimensão da política do Prêmio Escola Nota 10 e do rateio do ICMS. O ICMS é muito forte, traz o prefeito para a mesa da educação de uma forma muito direta. No caso do Aprender Pra Valer, ele fortalece, no âmbito das escolas estaduais, o Spaece.

O ICMS é muito forte, traz o prefeito para a mesa da educação de uma forma muito direta. No caso do Aprender Pra Valer, ele fortalece, no âmbito das escolas estaduais, o Spaece.

O Aprender Pra Valer foi fortalecido no momento em que se firmou uma parceria da Seduc com uma instituição do terceiro setor, resultando no Programa Jovem de Futuro. No âmbito desse programa é que se definiu metas de aprendizagem para as escolas. Essa definição de metas transformou o Spaece em algo bem mais nítido e presente no Ensino Médio. O prêmio das escolas da rede estadual usa os resultados do Spaece como referência. O prêmio das escolas não é uma criação. Em 2006, já tinha um prêmio que era chamado Prêmio Escola Destaque, que já considerava os resultados do Spaece, premiando cinquenta escolas com os melhores resultados, e depois foi ampliando o número de escolas, para torná-lo mais forte e ter um tom maior de motivação. Esses mecanismos de incentivos que usam os resultados da avaliação tendem a fortalecê-la e lhe dar importância.

SOBRE AS POLÍTICAS DE INCENTIVO

Políticas de incentivos são questionadas por uns. Eu as vejo como muito importantes para cumprir o papel de mobilização, incentivo e motivação. Você precisa para gerar um movimento, um engajamento mais permanente e constante. Essas políticas de incentivo geram uma motivação. Eu diria que o regramento das políticas de incentivo do Ceará tem alguns cuidados para que não se promova apenas os melhores resultados, mas se promova também a evolução, que se busca a equidade, pois, no momento em que você só promove aquelas que obtêm os melhores resultados, pode-se incorrer no risco de criar ilhas de excelência.

No Prêmio Escola Nota 10, são premiadas as escolas que atingem a meta, mas ele apoia financeiramente aquelas escolas que tenham os menores resultados, e, no prêmio das escolas estaduais, também se premia a evolução. Tem alguns gatilhos de controle para garantir a equidade. Em todos os regramentos, se observarmos as legislações desses incentivos, você vai encontrar elementos nessas legislações que dizem: "Você só concorre se você avaliar pelo menos 90% dos estudantes na série tal". Não basta criar os incentivos, são necessários cuidados com o regramento para que não se gere uma competição exacerbada entre as escolas.

A PESQUISA EDUCACIONAL NA SEDUC

Atualmente, o organograma foi alterado, pois deixou de existir a coordenadoria específica de avaliação, e houve uma integração da avaliação com a área de gestão e de acompanhamento. A coordenadoria de gestão escolar tinha uma área de acompanhamento das escolas, e houve uma fusão. Mas, na Coave, tinha uma célula de pesquisa: ela tinha a célula do Spaece, que era a parte operacional; a célula de indicadores e dados, responsável pelo Censo Escolar, o Sige e toda essa produção de informações; e uma célula de pesquisa, que tinha como objeto aprofundar os resultados do Spaece, não só os resultados de aprendizagem, mas as informações contextuais. A produção de pesquisa, em uma instituição de caráter muito mais de implementação de política, não é algo fácil, pois a pesquisa não tem natureza em conformidade com a natureza de um órgão como a Seduc, então não é fácil a tarefa. A impressão que eu tenho é que todas as Seduc do Brasil têm esses embriões, essas iniciativas, mas elas não conseguem ser fortes por conta da natureza da atividade de pesquisa.

PENSAR O FUTURO DO SPAECE

A pandemia apresentou uma dificuldade grande para as avaliações. Em 2020, não tivemos nada, e, quando se tem uma paralisação, há um impacto. Muita coisa precisa ser retrabalhada para voltar para a motivação anterior. O próprio CAEd, em uma frente mais nacional, construiu uma proposta com a Undime de avaliação diagnóstica para ser disponibilizada por meio dos sistemas estaduais. Eu diria que essa perspectiva de avaliação diagnóstica é um elemento forte. A Seduc tem hoje uma estratégia de avaliação diagnóstica, por meio também de provas padronizadas que são disponibilizadas para as escolas, e já têm toda uma plataforma. É importante que os sistemas contemplem essas perspectivas de avaliação diagnóstica. Não tem a mesma característica da somativa de final de ano que é utilizada pelos incentivos, mas ela vem fortalecer o trabalho das escolas, tira aquele caráter externo, tendo um muito mais colaborativo, em que a escola mesma aplica e coloca os dados no sistema.

É importante que os sistemas contemplem essas perspectivas de avaliação diagnóstica. Não tem a mesma característica da somativa de final de ano que é utilizada pelos incentivos, mas ela vem fortalecer o trabalho das escolas, tira aquele caráter externo, tendo um muito mais colaborativo, em que a escola mesma aplica e coloca os dados no sistema.

.....



Francisco Kennedy Silva dos Santos

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Quando fui convidado para a Secretaria da Educação, em 2007, meu perfil foi recomendado para assumir a célula de ensino e pesquisa da Coave, coordenadoria que tratava do Censo Escolar, das avaliações em larga escala, rendimento e institucional e de estudos e pesquisas. A minha primeira aproximação com o Spaece foi com a entrada na Secretaria. Fiquei responsável em atualizar os termos de referência que eram destinados às avaliações de impacto dos programas financiados pelo Banco Mundial, que estavam diretamente ligadas à avaliação em larga escala, assim como outras ações do governo do estado. Permaneci durante um ano e meio, e depois fui convidado para assumir a coordenação geral da unidade, tendo ficado na Seduc até 2011.

MUDANÇAS NO SPAECE E O PAPEL DO CAED

As mudanças na estrutura do exame quando estive na Coave foram mais a nível dos conteúdos da prova: itens, descritores e aperfeiçoamento dos descritores e da matriz. Como o Spaece já estava num estágio de exame censitário, ele dava conta das séries escolares que ele se propõe a avaliar de todo o estado do Ceará. Então, na verdade, realizamos mais ajustes do que mudanças, aperfeiçoando o sistema de avaliação. O aperfeiçoamento do instrumento, a meu ver, teve um impacto direto nas redes, tanto municipal quanto estadual, porque o próprio currículo escolar não acompanhava a evolução dos indicadores, e a avaliação ficava mais restrita do que o que de fato estava acontecendo no chão da escola, e tínhamos uma preocupação muito grande quanto a isso.

Nesse meio tempo, o CAEd já estava à frente de toda avaliação, e assumiu toda a gestão operacional, logística e funcional do Spaece. Então, havia as oficinas de elaboração de itens, os padrões de desempenho, a escala, acompanhados de todo um planejamento de redimensionamento da avaliação realizado no estado. Cabia à Secretaria, por meio da Coave, a elaboração do instrumento de contratação da empresa e avaliação, além do acompanhamento e monitoramento das aplicações nas diversas Credes.

A transferência para o CAEd foi uma decisão direta da secretaria, principalmente pela demanda da avaliação, que tinha uma extensão muito grande. A equipe da Secretaria de Educação era uma célula, que fazia articulação, mediação e contato direto com os municípios. Então, não era aquela equipe que, por exemplo, de 1992 até 1995, sentou para trabalhar o instrumento, para discutir currículo, para fazer movimentos nas regionais de educação. Eu não estou dizendo que isso não foi feito. Mas, devido à expansão do Spaece, foi necessária a contratação de uma empresa, no caso o CAEd, que era responsável por tudo, da operacionalização da aplicação da prova à sistematização dos dados. Então, só fazíamos o acompanhamento e monitoramento das ações realizadas pela contratada. Éramos responsáveis, por exemplo, pelo treinamento dos aplicadores de prova, ou a secretaria designava um técnico para dar uma palestra em algum município.

O CAEd é uma empresa contratada para realizar a avaliação, é um valor alto investido, principalmente se pegarmos como referência nossa rede, que é uma rede muito extensa. A Seduc, por meio da Coave, elaborava um termo de referência. De posse do termo de referência, a empresa participaria, apresentando um conjunto de documentos, e tinha uma avaliação técnica da empresa e de sua experiência com o objeto. Em parceria com o CAEd, participamos diretamente da elaboração da base de itens, eles produziam os microdados, e os microdados eram utilizados pela Coave.

A avaliação passou de certa forma a refletir a condição do município. Ter um município bom no Spaece, Spaece-Alfa, ou numa Prova Brasil seria algo notável para a gestão municipal. Então havia uma preparação muito acirrada, sentíamos a necessidade de as secretarias de educação, de prefeitos ou de gerentes regionais das Crede estarem preparando seus alunos para a avaliação e ficarem bem destacados naquele grupo de Escolas Nota 10. Fora as premiações também do Ensino Médio, que começaram a aparecer a partir dos resultados do Spaece, com os benefícios da avaliação, como o impacto direto na folha de professores bem classificados, alunos recebendo computadores, houve um impulsionamento do Spaece, e esses benefícios que a avaliação trouxe, de certa forma, contribuíram para que os sistemas educacionais se movimentassem para um bom resultado nas avaliações.

Fora as premiações também do Ensino Médio, que começaram a aparecer a partir dos resultados do Spaece, com os benefícios da avaliação, como o impacto direto na folha de professores bem classificados, alunos recebendo computadores

.....

A VERTENTE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional passou para minha célula logo que entrei na Seduc. Tivemos que rever todos os instrumentos e as dimensões. Mas existia uma dificuldade de fazer um desenho, porque a minha equipe não conseguia dialogar com o que tinha sido feito e o contexto daquele tempo, precisávamos do novo, era necessário aperfeiçoar o instrumento, as formas de avaliação, os objetivos. Fizemos grupos focais envolvendo os segmentos das escolas e Crede. Só que o que planejamos acabou entrando em conflito com outros setores da secretaria, que possuíam técnicos de mais anos.

Isso foi em 2008, eu não sei se tiraram isso do site, mas estava no site. Quem fez essa avaliação não foi o CAEd, foi a empresa Avalia, junto com Santillana, Editora Moderna. A secretaria tem os boletins dos resultados, na Coave ficaram vários exemplares, e outros foram distribuídos para as escolas. Queríamos uma equipe técnica que entendesse de Avaliação Institucional e de aplicação. Na equipe da Avalia, existiam especialistas tanto do estado quanto do Rio de Janeiro, com vasta experiência em grupos focais, e tudo isso foi registrado em boletins. Temos, como falei, um rico material produzido na secretaria, mas isso não foi adiante. Não sei se foi decisão da gestão.

A ideia era essa que as duas vertentes do Spaece tivessem um tratamento em uma única dimensão e dessem uma resposta sistêmica. Só que, por uma questão de gestão e de divisão de atividades, dentro da Coave, antes de minha entrada na Secretaria, decidiu-se dividir essas avaliações, uma sendo trabalhada pela Cedae, e outra, pela Cepes. Existia uma certa leitura de que os dados gerados pelo Spaece tinham uma dimensão propositiva e um impacto direto, independente da gestão que se estabelecesse. Com a Avaliação Institucional, essa leitura não acontece, porque o gestor pensava: “Eu não preciso de Avaliação Institucional para mudar minha estrutura e gestão”. Ou seja, eu não preciso de Avaliação Institucional para dizer que uma Crede está dando certo, e que, de repente, ela não está dando certo e tem que se reestruturar, ter um novo nome. Então acredito que há também essa falta de interesse e prioridade pela Avaliação Institucional.

Existia uma certa leitura de que os dados gerados pelo Spaece tinham uma dimensão propositiva e um impacto direto, independente da gestão que se estabelecesse.

.....

A RECEPÇÃO DOS RESULTADOS PELOS MUNICÍPIOS

O Spaece não trouxe uma imagem negativa, a princípio, para o estado do Ceará. Quando ele foi aplicado, os primeiros resultados já imprimiam uma evolução dos indicadores educacionais. Então, acredito que os municípios tinham mais preocupação com cair a nota e mudar a cor do mapa, do que, de fato, com a prova propriamente dita. Os gestores e professores recebiam os boletins do sistema com os resultados da avaliação. Esses boletins eram produzidos pelo CAEd. Víamos muito município A, com a cor verde que, na avaliação sequencial, virou laranja, iniciando uma grande corrida para melhoria da nota, de sua média geral. A avaliação provocou isso, porque a escola sofre pressão de uma dimensão política por meio de sistemas de premiações. Se você quer entender a avaliação educacional em larga escala como um indicador, como um potencializador político, desvele o Spaece, que se consegue ter uma visão macro do que acontece.

O SPAECE E O RATEIO DA COTA-PARTE DO ICMS

Na minha gestão, foi quando começamos a definir os indicadores para a premiação, inclusive o Spaece-Alfa surge a partir do Paic. Tivemos reuniões sistemáticas com a equipe da Secretaria de Planejamento e com o Tribunal de Contas para definição dos indicadores. Também realizamos fóruns com os prefeitos, secretários e gestores municipais. Com ajuda do Ipece, que, à época, estava sob a direção

de Flávio Ataliba, com Leandro Costa, que hoje está no Banco Mundial. Tivemos um trabalho muito grande para estudar esses indicadores, foram muitas rodadas para chegarmos a um modelo, não ideal, mas que desse conta do pretendido, realizando vários ensaios técnicos até chegar a um modelo final que gerou uma nota técnica compreensível e equilibrada. Em 2011, foi realizada a revisão da metodologia do IQE.

Acredito eu que não foi a nota técnica que dificultou a compreensão dos gestores; pois, com a nota técnica, estava tudo muito bem detalhado. Mas, quando ela foi posta em prática, os municípios viram que os resultados não eram suficientes para ser beneficiado pelas regras estabelecidas, e houve questionamentos: “Vamos voltar, vamos refazer, não vamos aplicar?”. Como não houve volta da nota técnica, então qual foi a condição do prefeito do município? Investir na melhoria de seus indicadores, não sei se o termo é investir, mas pelo menos dizer: “Olha, vocês têm que mudar, a gente tem que estar no mapazinho, tem que estar num status muito bom, para termos a contrapartida na distribuição do ICMS”.

PRODUÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

Quando entrei na célula de ensino e pesquisa, eu peguei a parte final do financiamento do Banco Mundial, fiquei responsável pela avaliação de impacto de alguns projetos financiados pelo Banco, inclusive empréstimos provenientes da Swap. No Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (Mapp), cada secretaria tinha que dar conta do cumprimento do planejamento estratégico e dos indicadores. A nossa coordenação tinha um papel estratégico, porque todo dado educacional era fornecido por ela. Quando houve os empréstimos Swap pelo Banco Mundial, participamos diretamente de tudo. Tínhamos indicadores e prestávamos conta, e foi com esses indicadores que nós conseguimos um financiamento proveniente do Swap para a educação profissional. Então, para o Swap e o Mapp, eram necessários os dados do Spaece, que tinha um papel estratégico no diálogo, inclusive com outras secretarias e coordenações.

Quando houve os empréstimos Swap pelo Banco Mundial, participamos diretamente de tudo. Tínhamos indicadores e prestávamos conta, e foi com esses indicadores que nós conseguimos um financiamento proveniente do Swap para a educação profissional.

.....

IMPORTÂNCIA DO SPAECE PARA O PAIC

O Paic está ligado diretamente ao Spaece-Alfa, no campo prático, no experiencial e no de planejamento. Sem o Spaece, o Paic não funcionava. Existe uma dimensão estratégica e de sustentabilidade do programa que usa os indicadores do Spaece-Alfa, tanto é que utiliza a nota do Spaece-Alfa para poder elaborar a lista com as Escolas Nota 10.

A RESPOSTA DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL AO SPAECE

É uma questão de currículo e de trabalho realizado nas escolas. O tratamento que é dado pelos municípios em estágio preparatório para o Spaece é diferente das escolas estaduais. Os municípios colocam o aluno para fazer provas simuladas, elaboradas com itens; a rede estadual, não. Embora seja censitário, nos primeiros anos, quando se expandiu a avaliação do Ensino Médio, houve uma evasão enorme, e os resultados não davam para criar uma fotografia da rede. Acredito que essa diferença é uma discussão de currículo, de proposta de ensino, de alinhamento entre o exigido pelo Spaece e o que é colocado na escola. Acho que tem que se construir algum referencial. Conversávamos muito com Conceição Ávila, quando ela estava na Codesc, que a escola precisava dialogar sobre currículo e a avaliação para poder alinhar com a avaliação de larga escala, senão ficaríamos perdidos.

USO DOS RESULTADOS PELA SEDUC

Os resultados pela Seduc eram utilizados por demanda. Cada Crede solicitava à coordenadoria um momento para que os técnicos da secretaria se deslocassem até as regionais, e, junto às regionais, eram convidados os diretores, secretários, gestores escolares e professores, e fazíamos uma apresentação dos dados. O CAEd também disponibilizava sua equipe para auxiliar nessas visitas, além de fornecer boletins para as Crede, gestores escolares e professores. A equipe da Ceade chamava isso de multiplicadores. Eles formariam multiplicadores que repassariam para as escolas de sua jurisdição. Esse trabalho não era feito somente pela Coave, mas pela equipe da Codesc, que era a coordenadoria das escolas do Ensino Médio, e a Copem, que estava com os municípios.

USOS DOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS

São pouco mencionados e não explorados, era o nosso grande nó. Existem microdados e diversos dados contextuais. O CAEd, a partir de 2018, passou a produzir boletins contextuais, mas hoje não sei como são apropriados pelos gestores. Temos um instrumento riquíssimo em informação, mas ele, pelo menos no período que estive na secretaria, não era utilizado. É aquela situação: é mais importante o número do que informações contextuais. O próprio sistema de avaliação, a meu ver, reduz-se somente à aplicação do instrumento para se ter uma nota, que não pode favorecer a aplicação de outros indicadores que sejam utilizados de forma racional e inteligente para poder inovar. Na minha gestão mesmo, não falávamos desse questionário, pouco se falava, era mais a questão do dado: "Aluno tirou isso, aluno tirou aquilo. Esse descritor aqui, porque ele não foi...". Mas os dados contextuais pouco eram debatidos. Talvez seja uma crítica de quem pesquisa o Spaece. Os questionários contextuais, dizem muito, eles revelam contextos não perceptíveis nos resultados. Os próprios municípios não solicitavam esse material, mas o CAEd possuía toda a base de microdados. O CAEd, eu lembro, utilizou muitas vezes esse questionário para poder repensar a estratégia de aplicação, de logística da prova. Esses questionários serviram diretamente para esse objetivo, pelos menos quando estive na secretaria, não sei se mudou. A Coave recebia esses microdados do CAEd, mas raramente os utilizava.

Temos um instrumento riquíssimo em informação, mas ele, pelo menos no período que estive na secretaria, não era utilizado. É aquela situação: é mais importante o número do que informações contextuais.

.....

FINANCIAMENTO DO SPAECE

O financiamento do Spaece constava do planejamento estratégico da Secretaria, inclusive do instrumento de gestão do governo, era um planejamento físico financeiro o mais acentuado possível. Então, pensando no que falei antes, o Spaece, como avaliação de larga escala, é muito complexo, por isso considero que os recursos estão a contento, sim, eu penso que o governo deveria até financiar mais. Eu investiria na articulação entre universidade e Secretaria de Educação para fazer o tratamento desses dados, e melhorar, por exemplo, o aperfeiçoamento da elaboração dos itens da avaliação, para que eles dialogassem com o que está acontecendo na escola. Deveria haver um financiamento não só da aplicação em si, porque o recurso é praticamente para a operacionalização e execução da avaliação. É contrata uma empresa não para fazer estudos dos dados contextuais, mas para operacionalizar e executar a avaliação. O que vai ser feito depois? Precisa investir em políticas de aperfeiçoamento, em melhorias do sistema.

DESAFIOS EM TORNO DO SPAECE

O Spaece assumiu um protagonismo que não foi acompanhado pela formação de recursos humanos na qualificação da equipe e designação de novos servidores para sua ampliação. Não estou dizendo que a equipe não tinha qualificação, eu diria que a equipe qualificada era mínima para dar conta de tudo que o Spaece exigia. Esse era o desafio enquanto gestor no Spaece, porque há uma articulação muito grande com municípios, com as Crede, que você tem que dar conta. Não se faz avaliação em larga escala, avaliação de sistema, na minha concepção, somente com aparelho técnico. Ele é estratégico, permite condensar e sistematizar vários processos num só, mas precisamos de recursos humanos para dar resposta a tudo isso e não se limitar à contratação de uma empresa. Tínhamos também, evidentemente, os desafios políticos, que nos freavam, de certa forma, como as pressões municipais, com essa questão das premiações, passamos a ser exigido mais, a ter um rigor ético, até mais acirrado do que antes, na segurança e sigilo dos resultados de avaliação até sua publicação.

Existem vários grupos querendo antecipar os resultados para fazer as suas modulações, as suas experimentações, para ver se estão naquele ranking ou não. A avaliação tem esse rigor de cuidado do dado para que ele não seja colocado em dúvida. Então, o grande mérito do Spaece, eu diria que seria isso, o rigor. Ele nasceu com um rigor, com uma seriedade, não é um sistema de avaliação que foi criado somente para medir quem está bom ou ruim, ele veio de fato para fazer a pessoa pensar: "Olha, eu preciso avançar nisso, melhorar nisso, pensar isso...". Porque ele consegue, dentro do desenho em que está estruturado, dar-nos resposta para muitas situações.

Então, o grande mérito do Spaece, eu diria que seria isso, o rigor. Ele nasceu com um rigor, com uma seriedade, não é um sistema de avaliação que foi criado somente para medir quem está bom ou ruim, ele veio de fato para fazer a pessoa pensar: “Olha, eu preciso avançar nisso, melhorar nisso, pensar isso...”.

.....

O SPAECE PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS DO FUTURO

Será que quem está à frente de Spaece está pensando em prepará-lo para os alunos que vêm da pandemia? Ou teremos os mesmos padrões de desempenhos, os mesmos níveis de dificuldades, os mesmos contextos, como se tudo estivesse numa certa normalidade? Como o Spaece está sendo pensado para o pós-pandemia? Estamos vendo várias pesquisas que apontam os altos índices de déficits de aprendizagem, ninguém pode calcular o tempo de atenção do aluno no ensino remoto, a gente não tem como mensurar isso, então ninguém consegue mapear aprendizagens. Como o Spaece vai mapear as aprendizagens? A política de avaliação da secretaria da educação do Ceará precisa redimensionar todas essas questões, pensando no contexto atual e nos desafios que serão expostos de agora em diante, fazendo pré-testagens desses alunos para poder entender o comportamento de todo esse processo, porque, se for uma avaliação, eu diria, somente, “pum, chegou”, eu acho que não vai ter sucesso e não vai ter resposta. Perdemos o contato com nosso aluno, não criamos uma territorialidade, uma identidade com os nossos alunos. Quando falamos em avaliação, principalmente avaliação de rendimento, não é uma avaliação de comportamento, não é uma avaliação situacional, para refletir só o que pode ser mudado.



Rogers Vasconcelos Mendes

TRAJETÓRIA

Eu saí da escola e passei para a Crede 6, em Sobral, em 2007. Lá eu tive um contato mais estruturado com o Spaece, porque, até então, na escola, recebíamos as avaliações, mas não tínhamos clareza da sua utilidade. Foi na gestão que eu tive mais clareza de como eram estruturadas e qual a finalidade. Depois da Crede 6, no ano seguinte, eu fui para a superintendência das escolas estaduais de Fortaleza (2009, 2010, 2011) e assumi uma coordenadoria na Seduc chamada Aperfeiçoamento Pedagógico, que cuida de currículo e formação de professores. Em 2013, assumi a assessoria do gabinete. Em 2015, assumi a Coave. No final de 2016, assumi uma coordenadoria de gestão pedagógica, antigo aperfeiçoamento pedagógico. Em 2018, assumi a secretaria adjunta e a titularidade da secretaria. Em 2019, fui secretário executivo do Ensino Médio, cargo em que fiquei até fevereiro de 2021.

O SPAECE ENTRE A DOCÊNCIA E A GESTÃO EDUCACIONAL

O meu contato com o Spaece se deu na escola em uma época em que as avaliações eram amostrais, e a escola recebia apenas um boletim, sem o desempenho dos estudantes, embora essa nunca tenha sido a finalidade do Spaece. Ou seja, o envolvimento com o professor era muito baixo. Quer dizer, recebíamos aquela nota, mas não nos responsabilizávamos necessariamente por ela, até porque aquele número era diferente de um 0 a 10 que éramos acostumados a lidar numa avaliação em sala de aula. Então pouco mobilizava.

Eu sou professor desde o final dos anos 1990, e fiquei na escola até 2007, quando saí para a Crede, e, em todo esse período, eu tive acesso a muitos relatórios. Eu lembro que tinha um equivalente a um percentual de estudantes da escola que estava em um nível das séries avaliadas, e, se o aluno estava avaliado no 9º ano do Ensino Fundamental, tinha um percentual de alunos daquele nono ano que estavam no nível do 5º, para fazer essa amostra, mas muito limitada, era um papel. Não lembro de ter tido acesso a um boletim mais esclarecedor sobre a matriz, a escala, então era algo que eu passei esse período sem saber ao certo ainda. É o que hoje a gente faz com relatórios mais robustos, descrevendo cada

um dos níveis da escala, é um processo de avanço, de compreensão dos efeitos. Mas meus contatos com avaliação na escola no Spaece foram nesse nível. Quando eu fui para a Crede, em 2007, o Spaece já tinha a primeira experiência de ser censitário, começando a ser aplicado universalmente, inclusive para todos os alunos do Ensino Médio, 1º, 2º e 3º anos, para criar uma linha de base. Não foi muito exitoso, porque foi tomada uma decisão de que fosse aplicado com o apoio dos professores, de uma forma mais voluntária. A empresa que foi contratada também não tinha grande experiência nesse grande volume de avaliação, de modo que, em 2007, a gente não conseguiu capturar uma linha de base, então foi um pouco frustrante. Eu, na Crede, participei da aplicação, então eu lembro bem, um pouco, do complicador. Mas, de toda forma, eu queria destacar também que nós éramos um pouco incomodado com a demora dos resultados, que saíam muito tempo depois da aplicação, quase sete meses depois, e o que mais gostaríamos é que o Spaece devolvesse essa responsabilização em um tempo mais real, ou seja, que a escola, no começo do ano, já pudesse fazer na sua semana pedagógica a análise dos resultados.

Enfim, queríamos muito que o Spaece cumprisse uma função que não fosse apenas essa responsabilização a longo prazo, mas algo que mobilizasse no ano seguinte, imediatamente. Quando ela sai muito tempo depois, sete meses, entra aquela semana de mobilização, mas depois ela esfria, e não gera o efeito de mudança, de busca de novas práticas. Inclusive, Crede tentou-se estruturar uma avaliação regional aos moldes não da escala, mas utilizando a teoria dos itens, da elaboração dos itens, não da TRI, mas da teoria de como se elaborar o item similar ao que o Spaece utilizava e fazer uma avaliação regional, sistematizada na teoria clássica dos acertos e erros, na busca de devolver um resultado para a escola mais rápido e que isso criasse mobilização. Porque isso também coincidiu com um período em que o estado do Ceará adotou um processo de acompanhar a escola mais frequentemente, chamado superintendência escolar.

Enfim, queríamos muito que o Spaece cumprisse uma função que não fosse apenas essa responsabilização a longo prazo, mas algo que mobilizasse no ano seguinte, imediatamente.

.....

Para falar do Spaece, é importante falar da superintendência, porque o principal trabalho do superintendente é o acompanhamento de dados, de informações sobre os aprendizados dos alunos, e, quando há superintendência e o Spaece tinha esse delay grande, era necessário, por conta de um processo mais sofisticado de consolidação.

Mas ficou essa tensão entre uma necessidade de dados mais rápidos serem processados e o Spaece, que ainda era muito necessário para criar uma certa comparabilidade entre as escolas e ter um efeito de rede, pois eu acho que um dos maiores benefícios de larga escala é ter-se comparabilidade e um indicador que nos possa dar uma certa coesão.

O SPAECE E A DUAS VERTENTES: AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, na verdade, teve algumas experiências posteriormente. Eu acho que a última que foi realizada foi em 2009, e não foi suspensa

imediatamente, até se tentou construir ainda um repertório, fizemos algumas modelagens de avaliação institucional.

Inclusive, se não me falha a memória, eu precisaria checar em alguns registros, mas, na última tentativa, em 2009, foi contratada uma empresa externa para verificar essa avaliação in loco, entrevistar as pessoas, fazer aquela avaliação que chamou de avaliação 360°, das pessoas avaliarem umas às outras, e os resultados ainda não satisfizeram, não conseguiram mostrar, talvez por falta de esforço, ou por não o ter, mas eu lembro que essa discussão ficou travada, não gerou as informações esperadas, inclusive porque a ideia era fazer um combinado entre o desempenho acadêmico dos estudantes e o clima institucional. A ideia era capturar esse clima institucional, a partir da avaliação institucional. Esse bem casado nunca colocou isso em evidência mais estruturada, então depois disso até ensaiamos criar matrizes de avaliação institucional, mas realmente complica um pouco. Não foi uma ação, eu colocaria essa não realização muito mais ao caso do foco mais exacerbado na avaliação de desempenho, que deixou pouco espaço para essa avaliação mais bem estruturada, até porque a avaliação estruturada, de repente, não precisaria ser todos os anos, como uma avaliação de desempenho passou a ser.

Mas, de toda forma, pareceu-me que faltou energia e capacidade operacional de realizar duas avaliações, e acabou-se focando. E também por uma teoria que pode estar equivocada, a teoria de que o desempenho acadêmico, em tese, revela, em alguma instância, como a organização institucional favorece mais ou menos o desempenho acadêmico. Então, com a presença da superintendência ao acompanhar, tinha-se os instrumentos, porque era uma espécie de avaliação institucional não externa, mas se passou com a superintendência a construir muitos indicadores de clima, de desempenho institucional.

Mas, de toda forma, pareceu-me que faltou energia e capacidade operacional de realizar duas avaliações, e acabou-se focando. E também por uma teoria que pode estar equivocada, a teoria de que o desempenho acadêmico, em tese, revela, em alguma instância, como a organização institucional favorece mais ou menos o desempenho acadêmico.

.....

Então me pareceu que a secretaria ficou satisfeita, que a superintendência exerceu o acompanhamento sobre a organização e colocava o desempenho acadêmico como a principal referência do êxito da organização institucional. Então pode ser um segundo elemento a ser tratado.

DIVULGAÇÕES DOS RESULTADOS DO SPAECE

O Spaece nasceu em um contexto de muitas experiências da Europa e dos Estados Unidos com a accountability, de se criar um dado público, uma pressão social sobre as escolas. Isso nasceu muito com a descentralização administrativa, com mais atribuições para a escola, com baixa governabilidade institucional, quer dizer, a secretaria historicamente tinha dificuldade de chegar até a escola e fazer a sua política ser compreendida.

O Spaece ele nasceu em um contexto, obviamente, de buscar um acompanhamento da avaliação de desempenho, então tem um interesse pedagógico no processo, mas também tem um interesse político de criar mobilização. É característico do nascedouro dessas avaliações em larga escala criar pressão social sobre a escola. A palavra “pressão social” talvez não seja a mais adequada, mas criar toda essa visibilidade e interesse da sociedade em acompanhar o que a escola faz. Esse modelo foi-se sofisticando com o tempo, e, à medida que conseguimos – nós nem sempre estávamos presentes como um ator, um sujeito ao longo da década de 1990 e 2000.

O Spaece ele nasceu em um contexto, obviamente, de buscar um acompanhamento da avaliação de desempenho, então tem um interesse pedagógico no processo, mas também tem um interesse político de criar mobilização.

O que eu percebo é que a secretaria buscou sofisticar a forma de devolver esse resultado e meio que, eu diria, ela desistiu um pouco, a não ser para a avaliação dos municípios, que é feita uma grande mobilização de divulgação dos resultados para a sociedade. Os do [ensino] médio, ao que parece, demos uma focada maior na devolutiva pedagógica para empoderamento dos professores.

Então houve uma mudança de paradigma em alguma medida, em que a sociedade tinha conhecimento sobre o resultado, mas toda a produção documental dos boletins pedagógicos era direcionada aos professores para que eles se empoderassem da matriz de referência de um item, qual era o efeito, quais características pedagógicas um aluno tem quando ele obtém uma proficiência marcada na escala. Se o aluno tem 230 em Língua Portuguesa o que isso significa? Então são detalhadas todas as competências. Houve uma desistência, em tese, de envolver a sociedade, no caso do Ensino Médio, e trazer um foco maior para o pedagógico, de empoderamento dos professores.

O termo da referência, do resultado para a sociedade foi muito marcante, principalmente com o Paic, que acho que, como o Spaece, é aplicado universalmente nos municípios. Ele criou um efeito político mais próximo da teoria da *accountability* do que propriamente do Ensino Médio.

Recentemente houve o movimento de criação de metas. Foi criada uma nomenclatura chamada IDE-Médio, que era uma referência para que cada escola pudesse monitorar os seus resultados a partir de uma meta criada a partir do Spaece. Como a gente conseguia criar um indicador anualmente, uma vez que o Ideb é a cada dois anos, mas que fosse muito próxima do que o Ideb, gerava-se como resultado e perspectiva de criar um complemento mais político.

Quando se fala de meta, você não está interessado apenas no melhoramento pedagógico dos professores, mas também da responsabilização dos diretores em relação aos resultados. Isso é um efeito um pouco mais recente. Como o Spaece, para a rede municipal, representa recurso no caso da redistribuição do ICMS, essa mobilização talvez mais clássica do que eu já falei sobre a *accountability* foi mais nítido no Spaece para os municípios do que para sua própria rede, no caso da Seduc.

Foi criada uma nomenclatura chamada IDE-Médio, que era uma referência para que cada escola pudesse monitorar os seus resultados a partir de uma meta criada a partir do Spaece.

.....

Não sei se faz sentido o que eu estou falando, mas a ideia é tentar diferenciar um pouco porque há dois focos muito claros. Para o [ensino] médio, até então, antes do indicador de meta, o foco principal era o empoderamento e o envolvimento do professor e saber como a sua aula se articulava com a matriz de referência da avaliação, como a aula poderia repercutir em uma melhor proficiência, e, para o Ensino Fundamental, que não era responsabilidade direta do Estado, a teoria do envolvimento da sociedade para acompanhamento dos resultados foi um pouco mais forte do que para a rede estadual propriamente dita.

A VIABILIDADE DO PAIC SEM O SPAECE

Essa é uma coisa que precisamos discutir o que se espera dessa avaliação. Essa pergunta talvez seja a geradora de todas as reflexões. Ninguém faz o Spaece e gasta o que gasta se não tem uma expectativa. E a minha, em especial, que eu observo, se você me perguntar “O que o Rogers pensa?”, eu penso que a principal finalidade do Spaece é mobilização dos sujeitos pela causa de que é possível melhorar os resultados acadêmicos dos estudantes.

Partimos da premissa de que tem um efeito da liderança, um efeito da gestão que é crucial, que não substitui a potência de um bom professor, mas que coloca o professor nessa energia acesa o tempo inteiro. Há uma crença de que a gestão escolar, a da rede, a do prefeito e a do governador cumprem uma função importante. Mas esses sujeitos só se mobilizam efetivamente no dia a dia da educação quando, no caso do prefeito, esse indicador tem repercussão financeira. A redistribuição do ICMS promoveu um dos exemplos mais nítidos.

Há uma crença de que a gestão escolar, a da rede, a do prefeito e a do governador cumprem uma função importante.

.....

Mexeu-se no recurso do município, ele passou a ter um olhar para a educação, por exemplo. Os critérios para escolha do secretário de educação mudaram radicalmente no Ceará. O ICMS promoveu uma mudança. Se você observar hoje, pode até ser que encontre, e não vai ser raro, esposas, mães, tias de prefeitos como secretárias, mas observe que elas têm um histórico acadêmico que, em tese as habilita a estar ali. Não é mais aquela função que qualquer pessoa ocupe, não é um cargo político de enfeite, mas um cargo técnico que as pessoas, por mais que usem como critério a confiança, a proximidade familiar, ainda hoje tem buscado.

Isso é efeito de uma avaliação em larga escala, como foi o Spaece. E o Paic, enquanto teoria pedagógica, não teria o acolhimento administrativo da gestão sem essa visibilidade dos seus resultados acadêmicos. Por exemplo, tem a Escola Nota 10, que é uma verificação das melhores escolas de alfabetização, do 5º e 9º

ano atualmente. Tem uma nota colocada em outdoors em cada município com a nota mais elevada, e isso passou a ser usado nas campanhas políticas, porque até então educação era uma coisa muito subjetiva. “Vou melhorar as condições”, e agora as pessoas têm mais clareza quando falam em melhorar a educação.

Toda avaliação já nasce, todo modelo, todo desenho avaliativo, não é perfeito, tem muitos problemas. O Spaece não sintetiza tudo aquilo que é necessário ser observado na educação, mas ele cumpre uma função importante de mobilização. Então eu não acredito que o Paic sem Spaece universal nos municípios teria tido o envolvimento e o efeito que teve se não tivesse o sistema de avaliação. Tanto é que hoje, o que mais está no bojo da mobilização do Paic é justamente as avaliações diagnósticas e as avaliações somativas, aquelas avaliações de chegada no final do ano. O Spaece cumpre esse movimento. Então eu acho que tem tudo a ver Spaece e o sucesso do Paic, é uma coisa muito embrincada, uma coisa não existe sem a outra.

A REAÇÃO DAS ESCOLAS AOS RESULTADOS DO SPAECE

Os resultados dos municípios, como eu falei anteriormente, mobilizavam do prefeito à secretária. Quando há premiação nas escolas, os professores também se beneficiam com resultados diferenciados. Então, quando o município recebe o resultado do Spaece, o nível de mobilização é muito maior do que ele provoca de mobilização dos professores das escolas da rede estadual, é muito diferente.

A gente percebe que o resultado está nas mãos, que as pessoas estão ali com a relação dos alunos, acompanham o aprendizado. No caso do Ensino Médio, há muitas outras diferenças, a gente não consegue com as avaliações de Língua Portuguesa e Matemática. Talvez esse seja o grande problema, ele não cria, porque como eu estou falando do 2º e do 5º ano do fundamental, eu estou na unidade, então eu tenho um professor muito bem identificado como o responsável pelo aprendizado. Eu sei muito bem a quem me referir. Tanto é que, no 9º ano, já perde esse efeito, já perde o pacto, e, no Ensino Médio, talvez por a gente avaliar somente Língua Portuguesa e Matemática, não crie essa onda da responsabilização das escolas. Ainda parece uma avaliação meio que colocada, mas forçando um pouco a barra de achar que a qualidade da informação se mede pelo desempenho da língua portuguesa e matemática.

Tanto é que houve um movimento em 2008, 2009, quando da adesão das universidades ao novo Enem, a gente buscou, inclusive cogitou, e aí é coisa de livro, coisa dos bastidores, não ter o Spaece no Ensino Médio, e a substituí-lo pelo Enem. O Enem cria muito, e é de novo voltando ao ponto da função social de uma avaliação: criar impacto, criar mobilização, que as pessoas se interessem, importem-se, mobilizem-se. E o Enem criava muito mais esses fatores do que o Spaece, então o professor se sentia muito mais mobilizado a dar uma boa aula para o aluno tirar uma boa nota no Enem do que propriamente no Spaece.

Então o Spaece passou a ser aquela coisa que se faz, mas não com gosto. O Enem passou a ser observado com mais esmero, com mais força. Obviamente, o Enem tinha muitos problemas, ele não substituiria um Spaece jamais, porque ele não se propõe a fazer a avaliação de sistema, ele não tem itens âncora como o Spaece, que permitem a comparabilidade ano a ano, a construção de uma linha histórica. O Enem teria uma série de problemas, além disso, não teria os microdados que também são muito relevantes para mobilizar o acompanhamento dos

professores. Talvez por a gente não avaliar no Spaece as demais disciplinas, ou pelo menos as áreas, ele não cria esse movimento tão assemelhado como na alfabetização e no 5º ano. É muito mais potente. Que até no 9º ano se observe que na rede municipal o 9º ano já gera um efeito um pouco menor, mas agora, como tem premiação envolvida no Escola Nota 10, em que os alunos também participam desse processo e está repercutindo no ICMS é possível que, sobre a liderança dos prefeitos, o 9º ano passe, aliás, do 6º ao 9º a ter uma atenção maior.

Mas, no Ensino Médio, é mais complexo, não tem realmente. E a nossa estratégia não foi nem uma estratégia intencional. Porque havia uma competição com o Enem em atenção, e passamos a focar na devolutiva. Então não foi uma coisa nossa de partida, não foi uma decisão, foi muito uma adequação à realidade. O Spaece não criava um efeito como criava no município, e passamos a focar mais na devolutiva pedagógica. Se bem que também existe uma devolutiva pedagógica muito boa no Spaece dos municípios, não é que ela só exista no médio, mas a gente foca no médio o que dá para focar que é o envolvimento mais pedagógico.

O Spaece não criava um efeito como criava no município, e passamos a focar mais na devolutiva pedagógica.

ICMS, PRÊMIO ESCOLA NOTA 10 E PRÊMIO APRENDER PRA VALER

[O Prêmio Aprender pra valer] está em crise, está sendo revisto a partir do IDE. Ele foi revogado e está na eminência de ser lançada uma nova modelagem. Porque é muito difícil desenhar, o Ensino Médio é muito mais complexo. Ensino Médio. Como eu disse, vincular o desempenho dos alunos no [ensino] médio, quando há muitos professores interagindo com os estudantes, não cria uma mobilização, não foi feliz.

O Prêmio Aprender pra Valer não conseguiu, primeiro porque ele tinha uma cobertura baixa, inicialmente se pensou em prêmio com uma regra linear, quer dizer, a escola tinha que crescer entre 7 e 10%, e se ela crescesse 10%, ela ganhava 100% do salário; se crescesse 7, 70%; e pouquíssimas escolas conseguiram crescer de um ano para o outro em todas as séries algo parecido com isso. Então a forma como ele foi desenhado, por ser acessado por poucas escolas, é diferente.

Escola Nota 10 pega 150 escolas, e cada uma das séries. Embora o número de escolas em absoluto seja bem maior na rede municipal, contando tudo é dez vezes maior que a rede estadual, mas premiar 150 é bem generoso. E, na rede estadual, passou a ser algo pouco almejado, as pessoas desistiam pela complexidade que era alcançá-lo. Então ele tem um problema de desenho, tem uma intencionalidade de que era criar uma medida de um esforço muito forte.

Quer dizer, está 100% de um ano, era preciso crescer em todas as séries, tinha que ter um nível de participação X. Então poucas escolas cumpriam todos os requisitos. E agora está em questão, está na prancheta. Eu saí da secretaria tentando quebrar a cabeça de, por exemplo, um prêmio que fosse representativo regionalmente, em que tivesse escolas premiadas em todas as Credes. Porque é aquela história, se você não tem um conhecido que foi premiado, você não acredita no prêmio.

O prêmio tem uma funcionalidade de visibilidade e mobilização, ele é a representação da accountability. Se você não conhece ninguém que foi premiado, ou as premiadas são sempre as mesmas escolas, você desacredita da capacidade. Então, um dos desafios do desenho era criar uma regra que premiasse pelo menos uma representação de cada Crede, fizesse alguns tipos de cluster regional para que todo mundo conhecesse os premiados do ano e no ano seguinte e considerassem isso razoável.

O prêmio tem uma funcionalidade de visibilidade e mobilização, ele é a representação da accountability. Se você não conhece ninguém que foi premiado, ou as premiadas são sempre as mesmas escolas, você desacredita da capacidade.

Então, não, o desenho de Escola Nota 10, o repasse do ICMS, embora seja complicado, mas como o município recebe o dinheiro, ele mexe com todos, porque o ICMS é interessante, porque todo mundo é impactado, positivamente ou negativamente. Não tem ninguém que não perceba que houve uma redução ou um aumento no repasse do ICMS de um ano para o outro, e a explicação está na educação.

Então mexe com todo mundo, embora eles não compreendam, mas o efeito é compreendido. Porque é recurso, é dinheiro, compara-se o quanto se recebeu no ano anterior e quanto se recebe agora, é claro. O prêmio das 150 melhores escolas é linear, então não tem uma meta, recorta as escolas que facilmente conseguem aquele critério. Tanto é que hoje é bem fácil, está até em discussão, como é que se aumenta a dificuldade do Prêmio Escola Nota 10, porque já ficou fácil demais, muitas escolas já conseguem esse prêmio. Não conseguimos desenhar um prêmio que fizesse o efeito esperado de mobilização. Então isso está na cabeça, quebrando a cabeça de como fazer isso. Agora, é claro, tem todas as teorias que enfatizam, outras que dizem que é uma coisa sem efeito, isso também está em questão, quanto um prêmio realmente cumpre essa expectativa.

A FAIXA ETÁRIA DO ADOLESCENTE, O PENSAMENTO MAIS CRÍTICO E A AUTONOMIA

O prêmio para o aluno teve mais efeito do que o para a escola. A premiação do aluno criou no Ensino Médio mais mobilização, porque, no Ensino Médio, você tem o efeito aluno, da vontade muito mais potente do que a boa aula. Se o aluno não tiver interesse para que ele próprio se dedique ao estudo, o aprendizado é bem menor do que do fundamental, em que o efeito professor é bem mais perceptível do que no Ensino Médio.

No Ensino Médio, o protagonismo é muito mais forte. E o prêmio do computador, que foi aumentando substancialmente, tanto é que eu observo o primeiro, quando entregamos 22 mil computadores, coincide inclusive com os entrantes nas universidades, quer dizer, uma coisa começou a casar um pouco.

O SPAECE NOS TRÊS ANOS DO ENSINO MÉDIO

A maior desistência foi técnica. Não estávamos conseguindo equalizar os dados do 1º e 2º anos com o 3º. Estava gerando falsos positivos ou falsos negativos. Então estávamos meio que na dúvida. Por exemplo, a gente fez uma matriz de referência para cada um dos anos e não viu a consistência, não enxergou que houvesse algo que desse realmente uma noção de progressão.

Os alunos 1º ano estavam com notas médias maiores que os do 3º, como se os ingressantes estivessem melhores do que os concluintes. Embora houvesse a gradação, mas em algumas escolas a gente percebia uma confusão nesse desempenho.

Os alunos 1º ano estavam com notas médias maiores que os do 3º, como se os ingressantes estivessem melhores do que os concluintes. Embora houvesse a gradação, mas em algumas escolas a gente percebia uma confusão nesse desempenho.

Então, primeiro técnico, segundo o custo mesmo, como era um custo elevado. Julgamos os prós e os contras, e, de novo, não gerou a mobilização que esperávamos. A mobilização era: a escola recebia os resultados e, no ano seguinte, montava uma estratégia de acompanhamento, e também passamos a estimular os alunos 1º e 2º anos a participarem do Enem. Então, mais uma vez, o Enem influenciou nessa decisão, porque começamos a apoiar os treineiros. Depois houve esse problema todo de restrição. Mas eu acho que a grande questão que talvez não tenha maturado e, quando eu saí da Seduc, deixei algumas discussões em aberto. Uma delas é como a gente estruturava o Spaece em uma dimensão que não ficasse apenas nessa avaliação de larga escala no final.

A Secretaria da Educação está estruturando uma coisa chamada Sisedu, que é um sistema on-line de acompanhamento, uma avaliação que esperamos que, daqui a algum tempo, torne-se adaptativa, e eu defendia muito que o Spaece assumisse a maternidade ou a paternidade dessa plataforma, porque era uma instância do Spaece.

Quer dizer, o Rio de Janeiro fez um movimento, e eles têm o Saerj e criaram o Saerjinho, que eram avaliações diagnósticas, publicadas em cada escola para ter um mobilizador diagnóstico, que é uma coisa que não temos. A gente só se prepara para uma avaliação que está lá no futuro, e não sabemos ao certo como é o progresso em cada uma das etapas. Eu queria transformar o Spaece em algo que continuasse com essa pauta da larga escala externa, como a gente faz hoje, mas que ele assumisse também um protagonismo enquanto sistema de avaliação diagnóstica. Tanto é que ele ainda está com duas marcas. Fala-se do Sisedu quando se quer falar do diagnóstico, e fala-se do Spaece quando se quer avaliar de forma externa. Então, na minha cabeça, isso é ruim. Inclusive, para fazer essa vinculação de que uma coisa em alguma medida vai reverberar na outra, se eu faço um bom diagnóstico de acompanhamento, embora tenha incorporado outras competências para além das que o Spaece avalia, mas de qualquer forma eu tenho o Spaece como uma medida para eu verificar se o meu trabalho pedagógico está surtindo ou não efeito.

O SPAECE E AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL

Eles têm uma perspectiva da avaliação do impacto dos programas, tanto é que a avaliação institucional veio nesse bojo, e tem estudo que a Coave também fez pelos anos 2008, 2009 que era o efeito escola, naquela teoria de quanto aquele resultado acadêmico tinha a ver com a gestão escola. Ainda hoje, por exemplo, tem uma outra modelagem, o Swap continua com possibilidade de unidade de comando, mas eles têm outra nomenclatura. O foco deles é sempre nessa utilização das avaliações, muito para verificar os efeitos causais das políticas, para saber aquilo que funciona ou não.

Então o uso deles é mais institucional do que propriamente finalístico. Tem instituição que apoia educação, que está mais interessada em verificar se o investimento em determinados programas surte mais ou menos efeito, se merecem ou não fazer parte de portfólio público de investimento. Mas é muito difícil, porque a Secretaria da Educação tem muitos programas simultâneos, temos muita dificuldade de fazer a distinção entre alguns programas e verificar se têm mais ou menos efeito combinado.

Mas é muito difícil, porque a Secretaria da Educação tem muitos programas simultâneos, temos muita dificuldade de fazer a distinção entre alguns programas e verificar se têm mais ou menos efeito combinado.

.....

A secretaria, de modo geral, faz muita coisa, e não temos ainda convicção de que, se tudo realmente tem o mesmo impacto. O banco busca o uso da avaliação para encontrar uma justificativa técnica para a manutenção de investimentos, implicando um tecnicismo na política pública. Tanto é que os estudos que eles fazem tem muito a ver com usar a avaliação com efeito político. Eles enfatizam muito o Paic como uma política muito exitosa. Eles avaliam a educação profissional como uma política exitosa por seu impacto no desempenho acadêmico dos estudantes. Basicamente, eles têm explorado esses dois programas nos seus estudos.

Tem política cujo efeito não seja objetivamente constatado, mas que seja muito importante.

Por exemplo, com muita franqueza, se você me mostrar cientificamente que o diretor de turma não gera nenhum ponto a mais na escala de proficiência, isso não é motivo para a gente dizer assim: "Não vai funcionar". Porque é um negócio de acolhimento, de clima, de colocar um professor para conversar abertamente com um estudante do que qualquer evidência dizendo "Isso não tem impacto nenhum, então não vale a pena ter esse custo para o Estado". Eu recomendo não fazer ouvidos a isso.

Eu acho que o diretor de turma tem efeito positivo, mas é difícil constatar-se esse efeito. Vamos supor que uma pesquisa revele que não, que o Banco Mundial consiga fazer uma avaliação de impacto do diretor de turma e constate que não há efeito. É o tipo de coisa que mexe um pouco com o acolhimento, com as pessoas se sentirem mais acolhidas naquele espaço, que historicamente é tão opressor. O diretor de turma quebra um pouco essa estrutura hierárquica e opressora

que a escola tradicionalmente mantém, pois foi estruturada dessa forma e com muita violência, e o diretor de turma quebra um pouco essa estrutura. Então é uma coisa que a gente precisa ponderar muito.

LIMITES E DESAFIOS NA APLICAÇÃO DO SPAECE

O limite é a mesma história que eu falei há pouco sobre constatar que determinado programa não tem efeito. O limite maior do Spaece é o uso que hoje a secretaria faz dos dados dos estudantes. Nós temos toda a clareza que uma avaliação em larga escala é desenhada para verificar o desempenho populacional, e não individual.

Para se analisar dados individuais de estudantes numa forma de aplicação como é o Spaece, tem-se que ter muito cuidado e muitas ressalvas, mas, mesmo sabendo disso, eu não abro mão de recomendar que façamos o que fazemos. Pegamos os microdados dos alunos do 9º ano e reenturmamos esses alunos no 1º ano do Ensino Médio para que a escola receba como foi o desempenho desses alunos no 2º e 9º anos do fundamental, para que ela entenda todo o histórico do Spaece, e fazemos as ressalvas: isto é um indicativo, não quer dizer que o estudante tenha um bom ou mal desempenho; verifique, acompanhe, faça uma avaliação diagnóstica de constatação.

Hoje o Spaece é usado no estado do Ceará, e não só no [ensino] médio, como uma avaliação processual, mas não foi desenhada para isso. E nós a transformamos em uma avaliação em que a escola acompanha o aluno de forma longitudinal. Isso é um limite técnico que fazemos e sabemos que temos esse limite, e sempre fazemos as ressalvas devidas.

O limite prático é: hoje precisamos caminhar para um sistema de avaliação de aplicação *online* adaptativa. Por isso eu mencionei o Sisedu, porque eu acho o Sisedu o embrião do futuro do Spaece. Porque estamos cochilando no ponto, estamos reunindo no Brasil tecnologia que, em vez de imprimir uma prova, fazer essa aplicação constantemente com estudantes, ao longo de todo o ano letivo sem precisar ter uma data de realização, em especial para os alunos mais velhos, do 9º ano, do Ensino Médio.

O limite prático é: hoje precisamos caminhar para um sistema de avaliação de aplicação online adaptativa.

.....

Eu acho que o limite, o desenho da forma como ele é feito hoje, historicamente é problemático para que aplique, faça aqueles 26 cadernos e que cada caderno verifique um grupo de descritores, de habilidades. Eu acho esse desenho, embora interessante populacionalmente, para o nosso interesse de analisar o desempenho individual do estudante, precisa acordar para migrar para um sistema de avaliação adaptativa à luz do que se discute hoje com o Enem.

Esse Enem digital pensado lá atrás tem uma força para o futuro importante. Eu acho que o Spaece não pode ficar dormindo no ponto, e precisamos repetir a dose. Se nós fomos um dos primeiros estados a ter um sistema próprio de avaliação, com rigor científico, a gente precisa pegar essa mesma energia que tivemos em 1992

e começar a ter coragem de fazer inovações e aperfeiçoar o sistema, para que ele devolva com menos risco técnico para o analisarmos individualmente.

Eu acho que isso criaria uma sinergia entre o que o professor faz na sala de aula e que hoje ele acha que ainda não tem repercussão nessas avaliações, e o próximo passo é olhar o desempenho acadêmico do estudante e um sistema que permita dizer: “Olha, tem competências que o aluno não desenvolveu ainda, o que pode explicar parcialmente ou totalmente o não desempenho dele nesta habilidade aqui”.

O SPAECE NO PÓS-PANDEMIA

O meu receio é não termos aprendido nada com a pandemia. Eu migro entre boa expectativa e frustração. Eu tenho grande expectativa que mesmo em 2022 a gente tenda a voltar rigorosamente com a ressaca dessa coisa da tecnologia forçada e voltar para o papel, caneta, giz e saliva, para a sala de aula, e ignorar a tecnologia por um tempo.

Mas eu penso que abrimos, na pandemia, uma coisa como eu estou falando agora. “Como você pega o Spaece e faz uma adaptação para aplicar durante o ano, usando o Spaece não só para o somativo, mas também para o processo diagnóstico?”. E que a escala é a mesma e o aluno faz dez vezes o Spaece durante o ano e ele vai verificando como é o desempenho dele ao longo do processo e não somente criando expectativa na cabeça que vai fazer uma prova no final do ano”.

Eu acho que a gente deveria investir muito recurso nesse Spaece 4.0, dando um salto do Spaece 1.0, aquele em papel com que trabalhamos há muito tempo, embora tenha melhorado muito ao longo do tempo, mas está faltando uma sacada e, claro, tem os limitadores, não tem as tecnologias presentes nas escolas, essa coisa toda, mas eu acho que a gente poderia dedicar uma boa energia nisso. Então, o limite, na minha cabeça, é o Spaece continuar a ser feito como é feito hoje. Isso, para mim, é o limite, e o usamos em uma perspectiva processual sem ele ser desenhado para isso.

Eu acho que a gente deveria investir muito recurso nesse Spaece 4.0, dando um salto do Spaece 1.0, aquele em papel com que trabalhamos há muito tempo, embora tenha melhorado muito ao longo do tempo, mas está faltando uma sacada e, claro, tem os limitadores, não tem as tecnologias presentes nas escolas, essa coisa toda, mas eu acho que a gente poderia dedicar uma boa energia nisso.

.....

Porque a mobilização (e essa palavra, “mobilização”, eu a repito várias vezes de propósito, porque não tem finalidade maior, na minha cabeça) não dá o retrato pedagógico necessariamente. É um fato político para que as pessoas se mobilizem para aquele resultado e de quebra faz uma aula melhor, um material estruturado melhor. Quando você se esforça para melhorar o indicador da avaliação externa, muitas coisas melhoram na escola. Tem muito mais um efeito de mobilização dos sujeitos do que de uma boa medida de qualidade.

Eu acho que nenhum sistema de avaliação, quando é feito em larga escala, dá apenas um apontamento de como as coisas estão, mas não retrata fidedignamente nenhum sistema nem a qualidade educacional propriamente dita, mesmo do desempenho. Esse é limite, e eu acho que, quando transformarmos o Spaece em adaptativo, talvez a gente consiga se aproximar um pouco mais de uma avaliação amigável para o acompanhamento processual dos estudantes.

OS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS DO SPAECE

É uma resposta parecida a que eu dei sobre a avaliação institucional. Não é que não achemos importante, é que não temos tempo de fazer as correlações ao longo do tempo. Quando terminamos a avaliação e entregamos o resultado, já está pensando na próxima avaliação. Hoje, quem tem feito o uso para a pesquisa, é o próprio Caed, o aplicador, que mais utiliza, faz algumas análises, não da rede toda. Mas eu acho que a própria secretaria deixa muito a desejar.

Tanto é que cogitamos nem fazer mais, o que é um absurdo. De tanto não usarmos, tomamos a decisão: vamos fazer online! Não vamos mais gastar papel com isso, vamos fazer online, com professores, com estudantes. Colocamos hoje no Sige, no aluno online, para o aluno responder. Mas é muito importante a avaliação contextual, essas informações, esses questionários, mas admito que não usamos toda a potência. Inclusive, muitas escolas são muito injustiçadas, são avaliadas por uma média que não necessariamente representa o esforço.

Temos conseguido quebrar hoje com a reenturmação dos alunos do 9º ano, por exemplo. Estamos começando a divulgar resultados assim: a escola tem uma média X no 3º ano. Mas apresentamos também a média dos alunos que entraram na escola, e então avaliamos e comparamos as escolas, não pela média, mas pelo quanto de agregado a escola conseguiu promover nos estudantes em relação à entrada, e isso quebrou totalmente a forma de enxergar escolas.

Icó é um caso clássico de análise, porque Icó é a nossa menor média em todos os aspectos: alfabetização, 5º ano, 9º ano e Ensino Médio. A Crede de Icó reúne os municípios com os menores indicadores. Mas, no Ensino Médio, em especial, as escolas conseguem agregar um número muito significativo de pontos na escala de proficiência comparado com os alunos que entram. Então, de certa forma, isso revigora a autoestima das pessoas, porque só levam pancada. “A minha nota é a menor nota do Estado”. Mas temos que reconhecer também o quanto se conseguiu promover em cima disso. Eu acho que a utilização social das avaliações em larga escala precisa ser revista, e que o Ceará também tem caminhado um pouco com isso. Hoje talvez seja o único estado que consiga fazer esse acompanhamento mais longitudinal. Temos uma informação de que o aluno do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, e observamos isso ao longo do tempo.

EQUIPE DE PESQUISA NA SEDUC SOBRE O SPAECE

A Coave, quando foi desmembrada do planejamento, tinha uma área, uma célula de pesquisa. Tanto que era essa célula de pesquisa que fez aquele estudo do efeito escola, da tentativa da avaliação institucional, mas já faziam seminários com professores e pesquisadores sobre os dados do Spaece que era chamado Professor Aprendiz, que é uma das vertentes do professor, que é um dos programas existentes da linha da pesquisa, mas não foi tão estruturado assim.

Eu acho que o melhor desenho passa por essa articulação que a Seduc está fazendo com a própria Uece de abrir seus dados e transformar isso em pesquisas a partir de temas. Eu acho que esse é um modelo que talvez seja mais interessante, pois a Seduc tem uma equipe própria. Eu acho que as universidades precisam ser melhor utilizadas, e talvez seja um gancho para a aproximação institucional entre universidade e educação básica. Eu acho que é um modelo que pode ser promissor para o futuro, pois os dados estão ali e agora envolvendo professores da rede em grupo de pesquisa de mestrado, doutorado. A possibilidade de estruturar uma pesquisa científica e bem orientada é um caminho promissor.

O cientista-chefe também é uma outra estratégia recente, porque o cientista-chefe é, em tese, um grupo de pesquisa. É um grupo que o governo do estado pensou para trazer o conhecimento científico para melhorar os processos da própria secretaria usando a ciência. Tanto é que a equipe do professor Jorge hoje fez constatações muito importantes sobre os dados do Spaece. Ele hoje consegue fazer algo que suspeitávamos, mas não tínhamos uma análise mais apurada, por exemplo, de que competências em Matemática deixaram de ser desenvolvidas no Ensino Fundamental e que impactam o desempenho do aluno no Ensino Médio. Então hoje a gente tem mapeadas essas competências, e isso tem influenciado inclusive a política do Paic para fazer essa integração entre o Paic e o Ensino Médio.



Luciano Nery Ferreira Filho

TRAJETÓRIA

Sou professor da secretaria de educação desde 1998 e ligado ao Spaece. Fiquei entre maio de 2016 até janeiro de 2019, à frente da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da Educação, antiga Coave.

A COAVE

130

A função principal da Coave era o acompanhamento do Spaece. Na realidade, a Coave era uma coordenadoria muito técnica; porque, apesar de ela coordenar o Spaece, grande parte das funções eram absolvidas pelo CAEd, uma empresa contratada, cabendo à Coave unicamente a formulação dos contratos de licitação, o processo de licitação, o contato da empresa e a mediação dos resultados. Aplicação da prova, construção dos testes, análise dos resultados e divulgação dos resultados até então era tudo com o CAEd. A partir de 2017, houve a demanda de que uma parte dessas funções viria para a Coave, então o CAEd continuou com a parte de elaboração dos itens e construção dos testes, e a Coave ficou diretamente ligada com a parte de aplicação das provas. Fora essa ligação direta com o Spaece, a Coave também começou a desenvolver uma série de acompanhamentos de outros indicadores educacionais. A gente começou a elaborar avaliação diagnóstica, que era uma outra avaliação com a matriz semelhante à matriz do Spaece, que era aplicada duas vezes por ano. A Coave era, na realidade, a grande coordenadoria dos indicadores educacionais, tanto dos indicadores de fluxo quanto dos indicadores de aprendizagem da Secretaria Estadual de Educação.

REESTRUTURAÇÃO DA SEDUC EM 2017 E SPAECE

O secretário na época era o Idilvan Alencar, e ele pensou que a Coave precisava ter funções mais definidas na secretaria, colocando-nos esse desafio de absolvermos essas funções que antes eram designadas ao CAEd. Juntamente com isso, o fator econômico veio, porque, antes disso, todos os atores que trabalhavam na aplicação do teste eram pagos, e, a partir desse período, começamos a ter as

aplicações voluntárias. Então os aplicadores dos testes e os coordenadores regionais eram todos voluntários, pessoas ligadas à secretaria de educação, cabendo ao CAEd somente a formulação dos itens e o teste em si junto, com a coleta desses testes e a correção e compilação dos resultados.

A logística era muito pesada. Eu não sei ao certo, porque esse controle dos custos não era responsabilidade da Coave. Era responsabilidade da Secretaria Executiva. Mas eu creio que tivemos por volta de 60 a 70% de economia. Porque o grande custo do Spaece era justamente a logística de aplicação. A única coisa que não diminuiu foi o contrato referente à elaboração dos itens, à construção dos testes, ao recolhimento desse material e à correção. Então todos os custos referentes à aplicação e à divulgação dos resultados foram anulados, porque a Coave absorveu essas funções a partir de 2017.

A Coave foi extinta em 2019, com a mudança da gestão. Ela perdurou até janeiro de 2019, que foi meu último ano na Coave, e então tivemos a mudança de gestão da secretaria de educação, do Idilvan Alencar para a professora Eliana Estrela, e houve uma reorganização do organograma da Seduc. Nessa reorganização do organograma, algumas coordenadorias foram fundidas, e a Coave foi fundida com a Coordenadoria de Desenvolvimento da Aprendizagem Escolar (Codea). Elas foram fundidas na Coade, o nome da nova coordenadoria que resultou dessa fusão entre Coave, Codea gestão.

REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO SPAECE NA SEDUC

Eu analiso [que a fusão das duas coordenadorias] tem seus impactos positivos e negativos. Positivamente, porque, houve a união da questão dos indicadores educacionais com quem deveria ter a responsabilidade de divulgação desses indicadores, que seria, em tese, a Codea gestão, o que acontecia anteriormente. A Codea gestão ficava meio que a parte desses indicadores. Como se teria uma coordenadoria de gestão escolar que lida diretamente com os indicadores educacionais é meio complicado. No meu entendimento, com duas coordenadorias separadas, às vezes, ficava meio a cargo das simpatias entre os coordenadores a troca de informações etc.

A fusão teve esse lado positivo, obviamente, de que, em tese o novo coordenador da gestão e dos indicadores tinha acesso tanto aos dados quanto à divulgação desses dados.

O lado negativo é que se perdeu autonomia e pessoal. E o trabalho fica mais complicado quando você funde as duas coordenadorias. Essa fusão envolve a diminuição de determinadas funções. Por exemplo, tínhamos uma célula que era somente para a análise desses indicadores, analisava-os de todas as formas, tanto com estatística simples como com estatística descritiva. Então, quando foi fundida, eu não sei mais se isso perdurou, algumas análises, manipulações de dados que eram possíveis devido a mais pessoas, a mais autonomia das coordenadorias, talvez tenham sido negligenciadas, tenham sido diminuídas por conta dessa fusão.

Então, quando se funde coordenadorias diferentes, você incorre, na grande maioria das vezes, na diminuição de algumas funções que podem, a princípio, não ser importantes, mas que carregam em si a sua importância, principalmente sua importância científica. Na época em que eu estava à frente da Coave,

esse mote científico era muito forte. Eu tentei imprimir essa questão de que a Coave era eminentemente uma coordenadoria científica; então, além manipularmos esses dados e os divulgarmos, estávamos lá também para estudá-los, para dizer o que eles significavam, para fazer publicações. Publicamos na Coave os dados que obtivemos do Spaece e do fluxo escolar. Eu não sei realmente se isso continuou, se as pessoas que designamos para essa parte mais acadêmica, se é que eu posso chamar assim, essa parte mais científica de análise dos dados, de publicação de resultados de publicação de material científico a partir desses dados, se ela permaneceu ou não. Mas tentamos imprimir essa questão científica, inclusive com boletins bimestrais, e implementamos uma rotina de boletins bimestrais, de divulgações de resultados escolares de aprendizagem, tanto da avaliação diagnóstica quanto do Spaece, e também boletins de acompanhamento da aprendizagem dos alunos. Emitíamos boletim, por exemplo, de quantos alunos estavam abaixo da média, acima da média, quais escolas que estavam mais no vermelho, quais escolas estavam com processo de aprendizagem mais estabilizado. Então, era bom esse tipo de coisa, porque a gente fazia isso, e o acompanhamento era quase em tempo real. Foi uma demanda do Idilvan, que dizia: “Olha, é meio complicado estarmos falando em aprovação, em aprendizagem de alunos, e divulgarmos esses resultados um ano depois que o aluno saiu. Ou divulgamos os resultados de aprovação e do 2º ano quando o aluno está no 3º ano. É como se a gente estivesse cuidando do doente quando ele já estivesse morto”.

Essa divulgação em tempo mais real dos resultados fez com que as escolas tivessem tempo hábil para tomar as devidas decisões de gestão para atuar naquelas dificuldades mapeadas.

NÚCLEO DE PESQUISA PARA O SPAECE

Sim, [foi criado um Núcleo de Pesquisa,] era inclusive Anderson Araújo quem ficava à frente dos indicadores, e Anderson Araujo e George Ferreira criaram muitas coisas legais, como programas. Começamos, por exemplo, divulgando todos esses dados em relatórios escritos, relatórios em PDF, e, quando deixei a Coave, os relatórios já não eram mais em PDF. Cada gestor tinha uma senha, acessava um sistema eletrônico e manipulava todos os dados, se ele quisesse saber quantos alunos estavam reprovados, quantos alunos estavam aprovados, quanto faltava para o aluno ter de nota em determinada disciplina, qual a nota desse aluno no Spaece quando ele estava no 1º ou 9º ano, por exemplo. Todo esse processo foi informatizado. Isso só foi possível por conta desse núcleo de pesquisa que implementamos.

O trabalho de Anderson foi tão importante e reconhecido que ele foi convidado pela Fundação Lemann, em que trabalha atualmente. Eu passei para Coordenadoria das Escolas de Tempo Integral (Coeti) e, durante o ano em que eu estive na Coeti, realmente não sei quem estava à frente desse processo. Depois eu me afastei para o doutorado, e soube que Anderson saiu porque a Fundação Lemann, reconhecendo o trabalho dele, convidou-o para fazer parte da sua equipe. E realmente eu não sei se ainda tem alguém à frente, eu espero que tenha, porque foi um ganho muito grande esse acompanhamento em tempo quase real dos indicadores educacionais. Fazia com que os gestores vissem o panorama das suas escolas no bimestre seguinte. Ele olhava, por exemplo, o primeiro bimestre logo nos dias dias do segundo bimestre. Então dava tempo para ele fazer todas as programações possíveis de intervenções educacionais.

ANÁLISES DESCRITIVA E REGRESSIVA DO SPAECE

Eu não vou agora me lembrar do nome exato, mas era uma célula de indicadores educacionais. A coordenadoria possuía três células. A célula de coleta dos indicadores educacionais, que cuidava basicamente da coleta do Educa Censo. Uma célula de avaliação educacional, que cuidava da logística, juntamente com o CAEd, de aplicação do Spaece. E eu tinha a célula de indicadores educacionais, que pegava todos esses dados, manipulava-os e fazia as produções científicas e produções gerenciais de que os gestores precisavam. A célula de Anderson era justamente essa célula de indicadores educacionais. Era a célula que implementava esses estudos, análises e relatórios, eles construíram inclusive esse sistema de acesso aos resultados educacionais do Spaece para que os gestores pudessem ter acesso basicamente em tempo real.

ESTRUTURA E APLICAÇÃO DO SPAECE

Logo quando eu entrei, o Spaece era aplicado para o 1º ano, não era aplicado para o 3º do Ensino Médio. Antes era aplicado para o 1º, 2º e 3º [anos do Ensino Médio], e depois, por uma decisão política de Maurício Holanda, foi aplicado só para o 1º e 2º anos, e depois uma outra decisão foi a aplicação só para o 1º ano, porque diziam que acompanhávamos o resultado do 3º ano pelo Enem, o que era uma balela.

Até porque o Enem é um exame voluntário, que não é controlado por nós. Não tínhamos acesso aos dados e aos microdados do Enem. Para termos acesso, precisávamos falar com Deus e o mundo no Inep, então era uma balela.

Até porque o Enem é um exame voluntário, que não é controlado por nós. Não tínhamos acesso aos dados e aos microdados do Enem.

.....

Então, quando cheguei lá, disse, a primeira coisa, o Spaece, como é uma avaliação somativa, eu não posso aplicar para a 1ª série de uma etapa. A matriz do Spaece é uma matriz apropriada para o final de uma etapa. Com exceção do Spaece-Alfa, que é uma matriz aplicada ao final do processo de leitura e escrita, no 2º ano, todas as outras eram aplicadas no final de uma etapa. Então eu tinha o Spaece do 5º ano, aplicado ao final do fundamental I, o Spaece do 9º ano, aplicado ao final do fundamental II, e o Spaece do médio, que era aplicado no 1º ano. Não fazia sentido, a matriz do Spaece não era apropriada para ser aplicada no 1º ano, era uma matriz somativa, sendo apropriada para ser aplicada ao final de uma etapa.

Não fazia sentido ter uma prova no 9º ano e ter uma outra prova. Foi por isso que houve a necessidade de desenvolvermos um instrumento de acompanhamento da aprendizagem escolar. Porque, sendo o Spaece uma avaliação somativa, a intervenção em tempo real a partir dos resultados do Spaece era impossível. Mesmo tendo antecipado muitos resultados, logo quando entramos, o Spaece era aplicado em novembro, e os resultados eram divulgados em maio do ano seguinte. Conseguimos, junto com o CAEd, que esses resultados fossem divulgados em fevereiro.

No último ano na Coave, em 2018, conseguimos aplicar o Spaece em novembro de 2018, e, antes de eu sair da coordenadoria, no dia 31 de janeiro de 2019, divulgamos o resultado do Spaece do Ensino Médio de 2018. Mesmo voltando esses resultados antecipadamente, ainda perdíamos muito, porque a maioria dos alunos que avaliávamos no 3º ano já eram egressos do Ensino Médio. Então a avaliação servia basicamente ao que ela é mesmo, que é servir de avaliação das políticas públicas; mas, para aquela intervenção propriamente dita na aprendizagem dos alunos, no dia a dia da escola, ela não servia. Até porque a matriz dela não era apropriada para isso.

Como forma de acompanhar esse processo para que os gestores tivessem acesso à evolução cognitiva dos alunos, desenvolvemos a avaliação diagnóstica, que era aplicada na primeira quinzena do primeiro semestre letivo do aluno do 1º, 2º e 3º anos.

Eu tinha a primeira avaliação diagnóstica, que tinha a função de perceber qual era o nível cognitivo dos alunos. Divulgávamos esses resultados quinze dias depois, para que todos os professores tivessem acesso e pudessem replanejar de acordo com o que foi constatado na avaliação diagnóstica e refazer os seus planos metodológicos de ensino.

E fazíamos uma segunda aplicação da avaliação diagnóstica na primeira quinzena do segundo semestre letivo, que era até o dia 15 ou 20 de agosto. Para quê? Para poder saber se as ações traçadas a partir da primeira avaliação diagnóstica tinham dado ou não resultado. Para dar tempo de os professores reavaliarem suas ações antes do final do ano e conseguirem aprendizagem dos alunos. Coisa que não era função do Spaece, tivemos que fazer essa avaliação, inclusive montar uma avaliação formativa; aliás, uma matriz formativa que dava sustentação à prova da avaliação diagnóstica. Era uma matriz que tinha a função de acompanhar o aluno durante o Ensino Médio. E o Spaece funcionava como uma avaliação somativa para a gente perceber se aquela política que nós implementamos estava dando resultado ou não.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E COMO ELAS ERAM CORRIGIDAS

[Elas eram corrigidas] pela TCT. As provas eram elaboradas por nós, tínhamos uma das células de avaliação, coordenada por Ana Paula Pequeno. Na época, era Ana Paula e Gezenira Rodrigues que tomavam conta da avaliação diagnóstica. E existia uma parceria com o CAEd, que se propôs a dar uma consultoria na elaboração dos itens dessas provas e, primeiramente, na formulação da matriz, e depois na elaboração das provas e na aplicação e correção. A maioria das escolas fazia a prova, tínhamos um sistema de aplicação online dessas provas desenvolvido por Anderson. Então apenas naquelas escolas que tinham problemas técnicos, em que os alunos não podiam responder essa avaliação diagnóstica de forma online, é que a gente aplicava via impressa.

Só as escolas que tinham a aplicação impressa que demoravam um pouco mais. Mas, por exemplo, escolas em que a avaliação diagnóstica era aplicada online, demorava dois dias, e então as escolas tinham acesso aos resultados dos seus alunos. Finalizando [a avaliação], compilávamos os resultados e já os divulgávamos para as escolas. Então dava tempo de essas intervenções acontecerem. E tínhamos uma parceria com o CAEd, que entrava com uma consultoria para nos ajudar a elaborar esses itens. Mas, quem elaborava as

provas, construía os itens, aplicava as provas e analisava, éramos nós. O CAEd era só consultor desse processo.

A pretensão era que conseguíssemos chegar às redes municipais; mas, até o final da Coave, só conseguimos realmente implementar na rede pública estadual. Porque a grande maioria das redes municipais já tinham processo muito semelhante, com as ações do Paic e do Mais Paic. O Paic e o Mais Paic, de responsabilidade da Copem, outra coordenadoria, já desenvolviam avaliações diagnósticas.

Inclusive, a nossa avaliação diagnóstica meio que se espelhou na avaliação diagnóstica que os municípios utilizavam a partir das ações pedagógicas do Paic e do Mais Paic. A grande idealizadora que deu o argumento para isso foi Márcia Campos, a coordenadora da Copem. E, na época em que eu assumi, ela era Secretária Adjunta da Seduc e, junto com Idilvan, Rita e tudo mais. E foi ela quem disse: “Olha, a gente tem esse modelo de acompanhamento que entende que o Spaece é uma avaliação de final de processo, e, para que a gente consiga fazer a intervenção em tempo real, nos municípios e nas redes municipais, tem as avaliações diagnósticas implementadas a partir das ações do Paic e do Mais Paic”. Mas isso não acontece no Ensino Médio.

A Coave tomou essa ideia, formulou essa ideia para o Ensino Médio, e conseguimos aplicar Ensino Médio. Inclusive, eu tenho uns trabalhos apresentados sobre a avaliação diagnóstica em alguns congressos.

Inclusive, essa era uma das funções da Coave, a publicação de artigos científicos. Então, tanto eu quanto Gezenira Rodrigues, Ana Paula e todos os outros técnicos eram estimulados a pegar esses dados e produzir publicações científicas. Divulgar em congresso, em forma de artigo, para que esse trabalho fosse conhecido. Então, a coordenadoria tinha eminentemente uma função gerencial, porque ela fazia parte de um organograma da Seduc, e a função primeira era divulgação desses dados para os gestores educacionais das escolas e das Credes, mas ela tinha também esse viés de divulgação dos resultados para a comunidade científica. Fizemos algumas publicações. Se não me engano, tenho umas três ou quatro publicações com relação à avaliação diagnóstica em congressos. Inclusive participei de um congresso em Portugal, o congresso luso-brasileiro, que aconteceu em Lisboa, em que Ana Paula Pequeno também apresentou trabalho.

Não tenho certeza absoluta, mas creio que essa vertente científica, implementada entre 2017 e final de 2018, perdeu-se também com a fusão [das duas coordenadorias]. É outro aspecto também que se perde; porque, quando uma coordenadoria de gestão absorve a Coave, essa coordenadoria vai dar importância à questão da divulgação desses resultados com viés gerencial, o viés de acompanhamento dos indicadores para os gestores. E, quando duas coordenadorias foram fundidas, alguma coisa sai perdendo em detrimento de outra. Uma leitura que eu faço é que esse viés científico, de divulgação científica dos dados, foi uma machadada no pescoço.

INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DO SPAECE

Havia o Spaece do Ensino Fundamental I, que era aplicada ao final do 5º ano, de forma censitária para todas as turmas de 5º ano das redes municipais, já que praticamente não havia oferta na rede estadual, era algo apenas residual, só aqui em Fortaleza e talvez na região metropolitana, uma ou duas turmas.

Tínhamos prova de Língua Portuguesa e Matemática para o 5º ano e prova de Língua Portuguesa e Matemática para o 9º ano, que era o Spaece do fundamental II, e tínhamos um número de turmas razoável de 9º ano nas escolas estaduais, principalmente de Fortaleza. No interior do estado, todo o fundamental já tinha sido absorvido pelas redes municipais; mas, em Fortaleza, como a demanda era muito grande, a prefeitura não tinha condição de absorver toda a demanda de fundamental II. Então, uma parcela ainda significativa, principalmente de 8º e 9º anos, ainda estava sob a gerência do estado.

Aplicávamos essa prova do fundamental II para as turmas de 9º ano e as provas de Ensino Médio para a rede pública estadual, pois não havia oferta de Ensino Médio na rede pública municipal. O estado conseguiu absorver todo o [ensino] médio.

Tínhamos ainda o Spaece-Alfa, que era aplicado para as turmas do 2º ano do fundamental I, e que mensurava o grau de leitura e escrita dos alunos.

E nós tínhamos o Spaece EJA, que era aplicado para as turmas da 2ª etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamental e da EJA médio.

A prova, a compilação dos resultados e a divulgação dos resultados de todas essas etapas e modalidades era feita de formas diferentes. Então, se eu tivesse, por exemplo, uma escola X, que possuísse turmas de Ensino Médio, turmas de Ensino Fundamental II e turmas de EJA médio e EJA fundamental, essa escola recebia quatro [relatórios]: os resultados das turmas de Ensino Fundamental regular, de Ensino Médio regular, de EJA fundamental e de EJA médio.

EJA NO SPAECE

Ninguém estuda [os dados da EJA], é impressionante. E a gente tem uma coordenação que deveria estar, se não a frente dessas análises, pelo menos cobrando-as, que é a Coordenação da Diversidade, que absorvia a EJA. Mas a aplicação, a mobilização dos alunos e dos atores educacionais, tanto para fazer a prova do Spaece EJA quanto para divulgação dos resultados, era praticamente inexistente. Recebíamos as planilhas e os microdados tanto do Spaece de todas as etapas avaliadas quanto das modalidades regulares e de EJA, mas só conseguíamos divulgar realmente das turmas do Ensino Médio regular, e não conseguíamos, não tinha espaço político na secretaria, nem se dava a devida importância para gente divulgar os dados do EJA. Foi uma grande frustração não ter conseguido, durante três anos, dar importância devida aos resultados da EJA a partir dos resultados do Spaece.

Foi uma grande frustração não ter conseguido, durante três anos, dar importância devida aos resultados da EJA a partir dos resultados do Spaece.

.....

Até hoje não tem, não se vê estudo ou material gerencial. Tem-se os resultados, mas não se os divulga. Quando eu saí, eu dizia: "Gente, isso é pro forma, então aplicamos o Spaece na EJA para quê? Porque a gente não faz uso de nada desses resultados. Não existe eixo político que cobre isso de ninguém. Nem as próprias escolas".

E tínhamos bem direitinho, dava para divulgar ambas as coisas, porque tínhamos os resultados separados. Então, a gente tinha como dizer: “Olha, a EJA está desse jeito, o ensino regular está desse outro jeito”. Mas, realmente, a EJA sempre foi colocada em segundo plano. Isso é uma frustração pessoal minha, porque temos o planilhão, resultado de microdados, tem tudo, mas ninguém se debruça sobre esses resultados. É impressionante.

GERAÇÃO “NEM, NEM” E EJA

Nas grandes discussões sobre a EJA, eu dizia: “Gente, a EJA não pode ser simplesmente um ensino presencial no turno da noite para adultos. Precisamos repensar estratégias da EJA, que é um público diferenciado. São pessoas que precisam de um estímulo a mais. Então não dá para fazer da EJA o ensino regular com outro nome. Não tem condição. Então não vamos fazer EJA, vamos fazer ensino regular noturno”. O que fazemos da EJA hoje em dia é um ensino regular com nome de EJA para os estudantes que estão em distorção de idade e série.

Então, praticamente, você não tem uma estrutura pedagógica pensada especificamente para esse público. É uma complicação, realmente, e nem faz parte da minha ânsia científica estudar isso, é mais uma ânsia pessoal. Eu vejo que tem todo o material disponível que poderia orientar, não sou especialista em educação de jovens e adultos e em nenhum momento da minha carreira acadêmica nem profissional me debrucei sobre as estratégias pedagógicas de educação de jovens e adultos hoje, porque realmente não tenho conhecimento científico para isso. Mas eu tenho essa impressão de que as estratégias pedagógicas para um público de EJA não podem ser simplesmente as mesmas do público regular, simplesmente aplicadas a um público diferenciado no turno noturno.

Temos uma carência muito grande de estratégia de ensino e de currículo. Os Ceja ainda conseguem adaptar um pouco mais essa demanda, porque o ensino não é totalmente presencial, então atende às especificidades dos alunos. Mas as EJA presenciais são turmas regulares com outro nome, na minha opinião.

Temos uma carência muito grande de estratégia de ensino e de currículo. Os Ceja ainda conseguem adaptar um pouco mais essa demanda, porque o ensino não é totalmente presencial, então atende às especificidades dos alunos. Mas as EJA presenciais são turmas regulares com outro nome, na minha opinião.

.....

QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS E SPAECE

Até 2015, se eu não me engano, conseguimos aplicar os questionários contextuais. Em 2016, não houve condições, porque foi a época da renovação do processo de licitação e houve um atraso, e, quando o CAEd ganhou, era na beira da aplicação, e não tinha como fazer aplicação do questionário contextual.

Em 2017, se a minha memória não me falha, não conseguimos aplicar o questionário contextual também, mas conseguimos aplicar em 2018, tenho quase certeza de que nós o conseguimos aplicar. Mas esse questionário contextual é uma comédia, porque o CAEd não o disponibilizava. Eu não sei se é porque eles próprios não têm estratégias de análise desse instrumento contextual; se existe, não tem uma matriz pré-formada de análise. Não sei qual é o segredo para não divulgarmos esses resultados contextuais. Inclusive, uma das grandes demandas do Rogers Mendes, que foi secretário-executivo, que eu admiro muito, era que a gente conseguisse fazer a interlocução, entre os resultados cognitivos e os resultados contextuais.

Eu saí em janeiro de 2019, e nós não conseguimos fazer isso. E o acesso aos dados desses questionários contextuais era problemática e estava em contrato. O contrato dizia que o CAEd era obrigado a divulgar para Secretaria de Educação todos os microdados dos questionários contextuais; mas, politicamente, nós não o conseguimos. É um questionário absolutamente importante, porque dá coração e forma aos dados cognitivos. Consegue-se, inclusive, fazer cruzamentos que é impossível se fazer só com os dados primitivos, só com os resultados cognitivos.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E O QUE SE DEVERIA FAZER COM ELES

Eu não posso dizer isso antes do Spaece 2016, porque não estava à frente; mas, a partir do Spaece de 2016, sim, de todos os resultados do Spaece médio. Do Spaece do fundamental, quem tomava conta era a Copem, que fazia a divulgação para as secretarias municipais de educação.

Mas a divulgação dos resultados do Spaece médio era feita pela Coave, em evento específico, no qual reuníamos todos os diretores das escolas e todos os coordenadores pedagógicos indicados para as escolas, fazíamos a divulgação geral e oficinas específicas com a divulgação dos resultados de cada Crede. Primeiro reuníamos os coordenadores de Crede e divulgávamos os resultados, depois esses resultados chegavam em cada uma das regionais, e nossos técnicos iam com os técnicos dessas regionais divulgar os resultados aos gestores educacionais. Era uma divulgação em cascata. Nós divulgávamos os resultados a nível estadual, depois disso reuníamos os coordenadores de Credes e Sefor e divulgávamos os resultados regionais, e depois cada coordenadoria, com auxílio dos técnicos da Coave, divulgava para os seus gestores os resultados individuais.

Então todos esses resultados eram divulgados, e, além da divulgação, tínhamos momentos de oficina, de criação de estratégias para a melhoria desses resultados. Não era apenas divulgar os resultados, era conhecer o resultado e saber o que fazer com ele. O que não era, na realidade, função nossa. A minha primeira leitura é que não era função da Coave. É por isso que eu digo que talvez tenha tido esse ganho; porque, quando a gestão foi fundida à Coave, talvez tenha sido com esse intuito, de a gestão poder acompanhar esse processo.

Então todos esses resultados eram divulgados, e, além da divulgação, tínhamos momentos de oficina, de criação de estratégias para a melhoria desses resultados. Não era apenas divulgar os resultados, era conhecer o resultado e saber o que fazer com ele.

.....

Os diretores das escolas ficavam muito felizes, porque, como começamos a implementar a divulgação desses resultados, não apenas do Spaece, mas de todo o fluxo escolar e educacional de uma forma sistemática, efetiva e em intervalos regulares, eles já aguardavam aquilo com uma certa ansiedade. Era muito tranquilo, obviamente tinha a questão da concorrência para saber qual Crede ficaria à frente de qual, qual escola etc.

Quando se faz uma avaliação como essa, por mais que não se tenha o intuito de ranquear, o ranqueamento ocorre. Quando o resultado, por exemplo, das Crede é divulgado, todas juntas, o olho fica para sua Crede, mas fica também como está a sua Crede em relação às outras. Isso é inevitável. E, da mesma forma, quando os resultados das escolas daquela Crede são divulgados. Um olhar sobre o seu resultado e o seu resultado no conjunto dos resultados. Então, a comparabilidade, o ranqueamento é inevitável. Vemos isso no Prêmio Escola Nota 10, uma disputa de egos. Eles levam faixas, todo mundo com camisa igual, torcida organizada. É um negócio doido, mas não é só para anunciar o resultado em si, é para dizer assim: “Veja, eu sou melhor do que a escola tal do município tal”. É a divulgação do resultado de uma avaliação que atrela resultados para as escolas, para os municípios e para as redes de ensino, não dá para fugir desse processo de ranqueamento.

O SPAECE E AS PREMIAÇÕES

Pelo menos na Secretaria de Educação, não temos política de sanção, só política de bonificação. Mas, mesmo só tendo política de bonificação, há concorrência. [O aluno] nem concorria com outras pessoas, assim era a política até 2017: conseguiu resultado adequado em Matemática e Língua Portuguesa, ganha o computador. A partir de 2017, o gasto ficou imensurável, e Idilvan disse que não tinha condições: “Vamos estabelecer um teto, premiamos até 12 mil alunos”. Quando você estabelece um teto de número x de alunos premiados, começa a concorrência com os outros; mas, quando a premiação é quem conseguiu aquele perfil, você não concorre com ninguém.

E, da mesma forma, as escolas, com a lei do Aprender pra Valer, do décimo quarto salário. Era uma disputa grande. Até eu sair da Seduc, não [tinha sido criado um teto de escolas]. Foi feita só uma mudança no cálculo, porque antes ganhava o décimo quarto se conseguisse 10% a mais do que tinha conseguido no ano anterior. Parece que Rogers mudou esse cálculo, não éramos nós que o fazíamos, mas a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, porque impactava direto no salário dos professores, a partir dos nossos dados. E tinha alguns outros fatores que levavam em consideração. Por exemplo, se a escola tinha ensino noturno, se tinha EJA, esses fatores que diferenciam e que impactam diretamente no resultado começaram a ser levados em consideração. Mas não tinha teto para pagamento do décimo quarto. Era quem conseguisse aqueles critérios estabelecidos, e a equipe toda da escola ganhava o décimo quarto.

O PRÊMIO FOCO NA APRENDIZAGEM E APRENDER PRA VALER

[Foi] só uma mudança de nomenclatura. Foi justamente quando se estabeleceu o teto. Porque o Foco na Aprendizagem substituiu o Aprender pra Valer, porque ele conseguia abarcar uma série de ações, e o Foco na Aprendizagem era específico para as equipes escolares e para os alunos. Então, ele englobou determinadas ações.

O BANCO MUNDIAL E O SPAECE

Eu tive reuniões com representantes do Banco Mundial, que era muito presente no Ipece, através de Cristiane, que era a gestora na época das demandas do Banco Mundial, mas a mão do banco era principalmente na Coep, nas escolas profissionais. O empréstimo de 2013 só focava a educação profissional, porque os dois Swap tinham Ensino Fundamental e Ensino Médio.

[A participação do Banco Mundial] era muito forte. Por exemplo, eles determinavam pesquisas, ações, formulação de instrumentais. Não era sugestão. Sugestão é quando você diz “Se você quiser, faça isso”, e não “Olha, nós temos um empréstimo, e você tem que agir dessa forma”. Nós, da Coave, não tínhamos muito contato com os representantes do Banco Mundial, mas as reuniões de que eu participei eram mais ou menos dessa natureza, de determinação de ações.

E principalmente quando vinham as equipes da gestão para resultado das secretarias mais próximas ao governo do estado, justamente com essa intenção. Tínhamos reunião mensal com representantes do banco, porque tínhamos no governo representantes da instituição diretamente envolvidos com as ações. Então, mensal ou bimestralmente tínhamos reuniões com essas pessoas. Representantes de todas as secretarias de governo, e era muito forte o processo.

BANCO MUNDIAL E MONITORAMENTO DO SPAECE DAS EEEP

Não só [monitoravam] o Spaece das EEEP, mas todas as ações das EEEP. Inclusive o monitoramento dos egressos das EEEP, se eles estavam ou não empregados na área no qual foram formados, se foram para outra área. Ou seja, querendo saber se realmente aquilo que era proposição das EEEP, a formação técnico-profissional a partir de uma demanda de mercado, estava sendo atendida ou não. Os dados apresentados mostravam que a grande maioria dos alunos [das EEEP] realmente não se fixavam na profissão aprendida, mas iam para ensino superior ou para outra área de formação. A quantidade, eu não sei ao certo, mas era muito pequena a porcentagem de alunos que, após o final de três anos de EEEP, empregavam-se na sua área de formação técnica. Por que a grande maioria das EEEP, depois do grande boom a partir de 2007, baseou-se em um estudo feito de demanda de mercado. Em dez anos, essa demanda já não era a mesma, porque já se formou pessoas, e o mercado já as absorveu e já se saturou. Então necessitava de um outro estudo, para saber qual fosse outra demanda daquela comunidade.

Uma EEEP, por exemplo, em Pedra Branca, um município pequeno. Em 2007, mais de dez anos atrás, foi feito um estudo demonstrando a demanda de empregabilidade de técnico enfermagem, administração e secretariado, digamos. Dez anos depois, todo ano formando aluno, essa demanda do município foi saturada,

então é preciso refazer o estudo. Inclusive, um dos desafios que Rodolfo Penha, o atual coordenador da Coep, queria implementar era esse novo estudo das demandas para reestruturação dos cursos profissionalizantes ofertados pelas EEEP. Não sei se ele conseguiu.

O SPAECE E O PAIC

[O Spaece] é a base do Paic. O Spaece deu margem para que conhecêssemos o panorama, e, a partir dele, começássemos a monitorar frequentemente esse panorama e gerar as ações. Porque Spaece é apenas uma de várias ações de que o Paic tem à mão, mas o Spaece é como se fosse a semente desencadeadora. Eu acho que, sem o Spaece, não teríamos conseguido. Até porque é a parte do Spaece que [orienta] toda a política meritocrática, política de accountability. Então não tem como você fugir dos resultados do Spaece, do Paic e do Mais Paic.

MUNICÍPIOS, SPAECE E ICMS

Há insatisfações com resultados [do Spaece]. Essa questão dos estudantes laudados ou não laudados foi sempre problemática. É problemático quando o menino tira nota ruim ou boa. Quando o menino tira nota ruim e não saiu do resultado, é confusão para tirar o menino do resultado. Quando o menino tira nota boa e foi tirado do resultado, a confusão é porque ele foi laudado, tirado do resultado e não era para ser tirado. Então, esse era um primeiro aspecto. Mas, com relação ao cálculo do IQE com relação à distribuição do ICMS, isso nunca é muito tranquilo. A adesão às ações é muito forte. Eu não sei qual foi a estratégia utilizada para convencimento dos gestores municipais, inclusive gestores que são politicamente contrários ao partido que hoje está à frente do estado. Mas eles abraçam fortemente as políticas e as ações pedagógicas implementadas e direcionadas pela Copem. Longe de ser uma relação sem questionamentos, dores e choros. Inclusive, prefeitos e secretários municipais de educação se envolvem, pois é dinheiro a mais ou a menos, e tudo que envolve dinheiro gera um determinado desgaste.

Mas, com relação ao cálculo do IQE com relação à distribuição do ICMS, isso nunca é muito tranquilo. A adesão às ações é muito forte. Eu não sei qual foi a estratégia utilizada para convencimento dos gestores municipais, inclusive gestores que são politicamente contrários ao partido que hoje está à frente do estado.

.....

O acompanhamento que a Copem aos municípios é muito forte. Eles têm informações diretas, tanto dos gestores das secretarias municipais quanto dos gestores escolares das escolas municipais e até dos professores. Ana Gardenya inclusive fala muito melhor disso do que eu, porque ela esteve à frente desse processo da Copem, mas eu entendo que esse processo de formação contínua que existe em todos os níveis hierárquicos das gestões das secretarias municipais faz com que eles consigam compreender minimamente essas relações de cálculo, de ganho, e tudo o mais. Obviamente, talvez isso não seja 100% dos casos, mas eu entendo que a grande maioria tem conhecimento de quais são os fatores que impactam, como é feito [o cálculo], quais são as ações que eles precisam

implementar em busca de um índice melhor, e tudo o mais. Eu acho que existe uma certa clareza por conta do acompanhamento da Copem.

O PAIC COMO UM PROGRAMA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO OU DE ALFABETIZAÇÃO

O mote do [Paic] é avaliação, até por causa do nome, Programa Alfabetização na Idade Certa. Mas, sem sombra de dúvida, para conseguir a alfabetização na idade certa, as ações de avaliação e de gerenciamento estão presentes. Não dá para você falar em melhoria da aprendizagem sem falar em monitoramento e gerenciamento dessas ações. Então, na realidade, o objetivo final do Paic é a alfabetização de crianças na idade certa. Mas, para que isso aconteça, precisamos implementar ações pedagógicas, gerenciais, avaliativas, de monitoramento etc. Então não vejo como desvincular um conceito do outro.

AVALIAÇÃO E BONIFICAÇÃO

Como estudioso, tenho minhas críticas a esse processo, por conta de todas as suas implicações. Como gestor, considero ótimo, você dá bonificação para que trabalhem mais e melhor, e fica todo mundo bem, é maravilhoso. Não tem estratégia melhor. estimula-se a competição, e as pessoas se esforçam mais, e então, para o gestor, a bonificação é uma estratégia muito boa, eficiente.

Quando se vê o mapa do Ceará do 2º ano do fundamental de 2007 e de 2017, vê-se a coloração verde escura tomando conta do Ceará inteiro, isso foi por causa da política de bonificação também, pois as escolas não fazem isso pelo simples gesto altruísta de formar melhor. Elas o fazem porque querem ganhar mais dinheiro para poder ficar bem publicamente. Da forma como a nossa sociedade está organizada, o altruísmo se perde. É ingenuidade. Se se dissesse “Olha, nós vamos fazer um programa para todo mundo trabalhar em prol da aprendizagem de todos os alunos” sem premiação, não teria o mesmo impacto. Mas, se disser que se ganhará dinheiro por trabalhar melhor, então é outra questão.

Então, enquanto gestor de uma secretaria, eu vejo absolutamente como positiva essa questão da bonificação pelo trabalho. Como estudante, pesquisador, cientista e crítico do processo mercadológico, eu tenho as minhas reticências. Eu entendo que tenha consequências sérias no processo de ensino-aprendizagem. Precisamos entender a quem isso serve, que isso pode levar a consequências graves de estreitamento curricular, de pressão demasiada dos atores educacionais e cobranças indevidas.

Então, enquanto gestor de uma secretaria, eu vejo absolutamente como positiva essa questão da bonificação pelo trabalho. Como estudante, pesquisador, cientista e crítico do processo mercadológico, eu tenho as minhas reticências.

.....

O SPAECE E OUTROS INDICADORES PARA AVALIAR AS ESCOLAS

É possível [incluir outros indicadores]. Agora é muito difícil, porque uma coisa é pensar em gerenciar uma escola, fazer uma avaliação de uma escola e colocar todos esses fatores na receita final do bolo e levar isso em consideração para bonificar. Outra coisa é pensar em uma rede de ensino, a complicação aumenta. Eu vou usar as palavras do professor Almerindo Janela Afonso: "Não somos contra avaliação, nós somos contra o processo". A avaliação veio para ficar, somos contra o modelo, a determinação da qualidade educacional e de tudo aquilo que vem atrelado aos resultados educacionais unicamente a partir dos resultados dessa avaliação.

Então, precisamos entender que o processo de ensino e aprendizagem é multifatorial. É um processo que envolve relação entre sujeitos, vulnerabilidade social, estrutura pedagógica, qualidade dos materiais pedagógicos, forma de gerenciamento das equipes. Todos esses fatores influenciam mais ou menos o processo de ensino-aprendizagem. Então, precisamos entender que esses fatores são determinantes e precisam estar presentes na verificação da qualidade educacional das escolas. A determinação da qualidade unicamente pelo resultado de uma avaliação, o que acontece hoje, não leva esses fatores em consideração. Considere uma escola, por exemplo, de Pedra Branca, sem nenhuma condição estrutural, com professores dando aula numa parede de taipa, e uma escola profissional padrão MEC, e coloque tudo no mesmo bojo. É fácil dizer que a escola da parede de taipa é uma escola ruim, em que não se está trabalhando direito, e que os docentes da escola profissional estão trabalhando direito.

Então, precisamos entender que o processo de ensino e aprendizagem é multifatorial. É um processo que envolve relação entre sujeitos, vulnerabilidade social, estrutura pedagógica, qualidade dos materiais pedagógicos, forma de gerenciamento das equipes. Todos esses fatores influenciam mais ou menos o processo de ensino-aprendizagem.

.....

Uma escola em que a criança passe quatro horas por dia, só com uma alimentação, e uma escola em que a criança passe nove horas por dia, em que ela tem direito a três refeições, é óbvio que o impacto vai ser diferente. Colocá-las no mesmo bojo e simplesmente olhar para o resultado da avaliação dessas duas escolas e dizer que aquela é pior do que esta é desconsiderar que esses fatores são importantes.

Eu acho que a consideração desses fatores de especificidade das escolas deveria ser levado em consideração na mensuração da qualidade educacional. Como fazer isso é o grande desafio, na minha opinião. Entender que é importante, eu acho, é a parte mais fácil. Primeiramente, como calcular o impacto desses fatores na aprendizagem já é uma dificuldade. Como calcular o impacto desses fatores em uma rede imensa como a cearense e, principalmente, como estratificar essas escolas? Pois, ao se colocar esses outros fatores, é preciso estratificar as escolas. Eu não posso ter em um mesmo grupo uma escola de tempo parcial e uma escola de tempo integral. Eu não posso ter uma escola que ofereça ensino noturno e EJA,

e uma escola que não os oferte. Eu não posso ter no mesmo bojo uma escola que selecione alunos, e uma escola que não o faça.

Todos esses fatores precisam ser levados em consideração para que as escolas sejam estratificadas em determinados grupos mais ou menos semelhantes para que elas sejam comparáveis, ranqueadas. É uma dificuldade para entender que esses outros fatores são importantes, é uma complicação da estratificação dessas escolas em grupos específicos, e a maior das complicações, na minha opinião, é a criação de meios de quantificação da influência desses fatores no processo de ensino-aprendizagem. São desafios grandes que precisamos ter em mente ao pensar a respeito.

SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

É tudo tão incerto daqui para frente. Eu acho que tudo que a gente vai pensar daqui para frente, depois de 2020 e 2021, é muita especulação. Mas eu espero que o Spaece perdure, porque é uma política bem aceita, é uma política que está dando os resultados a que se propõe, com uma certa lentidão; porque, na realidade, quando pensamos em gestão pública, não podemos esperar realmente os resultados de uma hora para outra, é um negócio muito grande para se esperar os resultados de uma hora para outra.

Eu tive um professor no mestrado, Ruben Klein, que dizia: “Nós não temos mais tempo para esperar. Ou fazemos as coisas para o resultado ser agora, ou não tem mais. Já esperamos demais, já foram quinhentos anos esperando, não tem mais o que esperar, temos que ter resultado”.

Mas, mesmo que precisemos ter resultado, o tempo da gestão pública é um tempo diferente do de cada um de nós. Mas eu aceitava, é uma política que tem meu total apoio. Eu acho que precisamos-nos debruçar sobre outros fatores, não apenas sobre os resultados da avaliação em si. Os questionários contextuais nos dirão muita coisa, precisamos de acesso aos resultados, às análises e ao cruzamento desses resultados dos questionários contextuais com as avaliações cognitivas. É um passo muito importante que precisamos dar, e precisamos começar a pensar nessa estratificação das escolas, para que não cometamos injustiças de comparar e ranquear escolas com modelos, ofertas, ações e estruturas pedagógicas diferentes.

Eu acho que precisamos-nos debruçar sobre outros fatores, não apenas sobre os resultados da avaliação em si. Os questionários contextuais nos dirão muita coisa, precisamos de acesso aos resultados, às análises e ao cruzamento desses resultados dos questionários contextuais com as avaliações cognitivas.

.....



Eliana Nunes Estrela

TRAJETÓRIA

Coordenadora da Crede 18, em Crato, e 19, em Juazeiro do Norte, e Secretária da Educação do Estado do Ceará (2019-2022).

IMPORTÂNCIA DO SPAECE

Eu participei do período do Spaece-Net, e sempre vimos a importância do Spaece para perceber exatamente a questão da avaliação no dia a dia do nosso aluno e subsidiar as políticas públicas, direcionando-as melhor e mais eficaz e objetivamente, com melhores propósito, para a escola atender exatamente aos alunos, aos professores. O Spaece tem essa função, e lógico, foi-se aprimorando, conforme fomos vendo as dificuldades, os desafios, os experimentos, e fomos experimentando várias formas.

Depois que eu assumi a Crede, fui coordenadora da Crede 18, em Crato, e 19, em Juazeiro do Norte. O Spaece sempre foi muito forte. Olhando também para os municípios, a que ele chega muito fortemente para avaliar, em regime de colaboração, os alunos. E, olhando também para o ICMS, a premiação, que é resultado desse Spaece. Nas Credes 18 e 19, nós trabalhamos muito na mobilização, mostrando a importância para os municípios do pacto, sem esquecer a nossa rede, que também sempre participou do Spaece, então é uma relação muito próxima.

USOS DOS RESULTADOS DO SPAECE

Eu acho que, quando começamos na escola, como ainda era algo novo, um experimento, estava ainda se fortalecendo a cultura, que nós não tínhamos, de avaliação para construir uma política pública voltada para o todo. Isso foi-se criando conforme ele se fortalecia, então foi importante a criação, desde o começo, mas a trajetória foi-se fortalecendo, foi dando a cara, o tom, a cor ao que realmente ele é e o que significa.

DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DO SPAECE

Enquanto coordenadora de Crede, o que eu digo é que, quando se foi criando essa cultura da avaliação, inclusive os prefeitos foram assimilando a importância do Spaece, que não é uma avaliação apenas para medir, comparar um ou com outro município, uma escola com outra, mas para subsidiar políticas. Havia, claro, o incentivo de premiação, de ICMS. A mobilização começou a partir disso, as pessoas começaram de fato a se movimentar, percebendo, dessa forma, o que eu acho que era mais desafiante, que era exatamente criar essa cultura.

A mobilização começou a partir disso, as pessoas começaram de fato a se movimentar, percebendo, dessa forma, o que eu acho que era mais desafiante, que era exatamente criar essa cultura.

O PAIC SERIA POSSÍVEL SEM O SPAECE

Eu acho que o Paic tem muito a ver com o Spaece. O Paic, ao nascer, trouxe o Spaece para a sua construção. Se não existisse o Spaece, teria que ter sido criado um outro tipo de sistema de avaliação. Mas teria que ter, porque o Paic é exatamente isso. Quando começou essa cultura de avaliar, o Paic é esse retrato, dessa avaliação que eu obtenho o retrato de como os meninos estão, e, a partir disso, eu começo a construir o Paic, esse programa de alfabetização, pactuando com os municípios. Então ele é de suma importância para o Paic.

REAÇÃO DAS ESCOLAS DIANTE DOS RESULTADOS DO SPAECE

Cada uma recebe de uma forma diferente, mas o que é mais interessante de se ressaltar é a questão da responsabilização. Existe essa responsabilização, a partir do Spaece, do Paic, no Ensino Médio também, porque o município olha e se preocupa muito. O período do Spaece é de uma preocupação muito grande com a criança que está na escola, com o jovem na nossa rede, para que eles realmente estejam ali no dia, que não falem, para que haja o cumprimento de critérios.

Lógico que o resultado muitas vezes ainda era aquela coisa que doía. Existia, às vezes, comemoração demais; outras vezes, tristeza, de achar que não deu conta, esse tipo de coisa, que eu penso que é normal, até porque vivemos essa cultura mesmo, e é normal, diante do que se vive, mas nada que de atrapalhasse, que se deixasse de fazer, de realizar.

[As escolas] reagem positivamente, inclusive aquelas que não têm um bom resultado são desafiadas a melhorar no próximo. Eu penso que elas reagem dessa forma, sendo sempre desafiadas a melhorar.

[As escolas] reagem positivamente, inclusive aquelas que não têm um bom resultado são desafiadas a melhorar no próximo. Eu penso que elas reagem dessa forma, sendo sempre desafiadas a melhorar.

.....

REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE ESCOLAS, SPAECE E PAIC

Eu acho que houve muita organização de rede, por conta dos resultados, quando se começou a se ver e a ter esse retrato, e mais uma vez o Spaece entra, porque o Spaece de fato é tudo isso. Eu lembro que inclusive o professor, a escola, o diretor, todo mundo tinha que responder um questionário para saber como era toda a questão da vulnerabilidade, de quanto tinha de abandono, tudo isso era visto, para fazer um paralelo com o resultado individual do aluno. Eu penso que essa questão da reorganização da rede faz parte também, de quando chega o Spaece, a organização com o Paic. Porque, quando o Paic, começa a colocar as crianças na idade certa, então os gestores municipais começam também a organizar a rede.

POLÍTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS E PARA O ENSINO MÉDIO

Eu penso que, na responsabilização, sim, todos têm essa questão da responsabilização, sentem-se implicados, têm esse sentimento. Mas lógico que na nossa rede já vinha acontecendo, uma vez que o Spaece começou com a nossa rede. E quando chegou ao município, para a rede municipal, chegou também com essa questão da Escola Nota 10, e do ICMS, que funcionam como incentivos de pactuação. Chama prefeito, secretário, toda a rede, então há uma diferenciação mesmo, uma coisa diferente, entre a nossa rede que já vinha ali no ritmo, já vinha sabia que ia ter todo ano ali, então eu acho que de certa forma também, tem algo que é diferente.

EXPECTATIVA SOBRE O EFEITO ONDA E O MAIS PAIC

Ao alfabetizar a criança na idade certa, estimular mais aquele momento, fazer com que ela realmente se desenvolva no seu período, observando suas limitações, então o Ensino Médio a receberá mais preparada, apesar de que sabemos que ainda é preciso melhorar muito o Ensino Médio. Mas tem a transição também, tanto da idade como da rede, porque você tem a questão da quantidade de professor, de disciplina. Muda-se de rede porque se sai da rede municipal para a estadual, e muitas vezes não se consegue fazer essa transição de forma tranquila. Mesmo fazendo todo esse estudo de rede, de saber onde os alunos estão, com uma escola mais próxima, a matrícula vai automaticamente para aquela [escola], mas, ainda assim, a gente sabe que existe uma dificuldade, ainda é um desafio muito grande. Às vezes, quando os alunos chegam ao Ensino Médio, não é só uma continuação, há uma quebra exatamente porque são muito mais disciplinas, é uma outra rede, são muitos professores, é um outro estilo, e especialmente os que estão, tanto em escola em tempo integral como em escola de educação profissional, na nossa rede, o dia todo de estudando.

tem a transição também, tanto da idade como da rede, porque você tem a questão da quantidade de professor, de disciplina. Muda-se de rede porque se sai da rede municipal para a estadual, e muitas vezes não se consegue fazer essa transição de forma tranquila.

.....

SPAECE E SAEB

Na realidade, também temos uma credibilidade muito grande junto ao Saeb, pelo menos até há um tempo. Nós sabíamos que o Saeb vinha exatamente para melhorar também os nossos indicadores, para que pudéssemos olhar melhor para esses indicadores, bem parecidos com o Spaece. Fazíamos questão, inclusive, de fazer as duas, nunca deixando de fazer uma porque tinha a outra. E tem a série histórica, assim como o Spaece, e geralmente é casado o resultado, quando você pega o Spaece e o Saeb. O Ideb daquela escola, daquele município, é muito parecido com o Spaece, ou seja, vem dizer exatamente que ele tem uma matriz muito parecida, não sei esse ano, de 2021, tenho as minhas dúvidas, tenho ainda que fazer uma avaliação para poder responder melhor sobre esse ano.

EQUIPE DE PESQUISA E SPAECE

Tanto na avaliação do Spaece como do Saeb, há uma coordenação de avaliação que prepara todas as avaliações, debruçando-se sobre essas pesquisas e números, olhando exatamente o que podemos melhorar e em que podemos avançar, quais são os desafios, tentando rever a política atual, construindo outras. Há uma equipe voltada especialmente para as avaliações, em larga escala, interna, externa, todas as avaliações.

SPAECE E QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS

É bom ressaltar que, quando o Spaece começou, já havia esses questionários, fazíamos todo esse trabalho para saber a situação de vulnerabilidade, de abandono, de nível socioeconômico tanto do aluno como da escola.

CUSTOS DO SPAECE

Educação é sempre investimento. Não é custo, você pensa o quê? Para nós, mesmo sabendo o que é, que tem custos, tratamos como um investimento. É um caro que se torna importante, nesse momento, para a gente realmente ter propostas melhores, políticas melhores, por meio da meritocracia, da premiação.

É um caro que se torna importante, nesse momento, para a gente realmente ter propostas melhores, políticas melhores, por meio da meritocracia, da premiação.

.....

DESAFIOS NO PERÍODO DE PANDEMIA

Ninguém estava esperando por esse momento de pandemia, fomos pegos de surpresa, então foi preciso que nos reinventássemos, e convidamos para fazer parte de um comitê da Seduc várias instituições, como Aprece, Undime, Apeoc, universidades, Defensoria Pública etc. para que pudessemos construir como passar por essa pandemia.

Primeiro, vimos a possibilidade de fazer essa parte remota, então vieram os desafios: remoto como? Se nem todo professor tinha a habilidade de trabalhar com conectividade, e os alunos não tinham equipamentos. Muitas vezes, os alunos dispunham apenas de celular que era compartilhado por toda a família. Começou-se a pensar como fazer, e, ao mesmo tempo que pensávamos, as atividades iam acontecendo, sendo executadas. Tivemos aulas por TV, rádio, entrega de material impresso em casa, uso das tecnologias da forma que fosse possível, o uso do Centro de Educação à Distância para as aulas, para que elas fossem transmitidas, e o governo do estado comprou chips e logo após tablets para os nossos alunos do Ensino Médio. E facilitou um pouco essa questão da conectividade, mas em nem todos os municípios os estudantes, especialmente as crianças menores, tinham esse acesso. Então foram muitos desafios, e nós fomos aprendendo um com o outro no dia a dia. Foi um momento difícil, mas fomos aprendendo com os professores, com os alunos, com os gestores, uns com os outros.

Lançamos o pacto pela aprendizagem, que é uma pactuação com os municípios, destinando 130 milhões [de reais] para que eles pudessem comprar equipamentos ou trabalhar com professores com um tempo maior, com os professores mais tempo juntos com o aluno. Entre os critérios que adotávamos, o município escolhia qual era melhor. Então foi destinado, além dos 130 milhões de reais, equipamentos e plataformas para que eles pudessem usar no dia a dia.

DESAFIOS DO SPAECE NO PERÍODO DE PANDEMIA

Nós optamos por não aplicar e repetir o resultado passado, até porque, como o Spaece tem essa característica de premiação, não era justo premiar nesse momento. Como premiaríamos um município ou uma escola num momento como esse? Então nos reunimos várias vezes e definimos que não iríamos aplicar. Mas tivemos avaliações diagnósticas, que aplicamos tanto para os municípios, como para nossa rede, para que cada rede veja como está seu resultado e possa trabalhar a partir daí, e não como premiação.

OS PREFEITOS E O CÁLCULO DO IQE

A maioria eu penso que entende. Eu penso que hoje é algo bem resolvido para eles, eles fazem muito bem esse trabalho. No início, talvez não, mas, quando eles começam a ver realmente que é um resultado positivo, que educação deixa de ser apenas discurso e passa a ser prioridade, porque é investimento, então eles começam a fazer esse trabalho. É tanto que você vê que os 184 municípios pactuam sempre, nunca deixaram de pactuar, independente de questões partidárias, então eles pactuam por quê? Não é só nem o prefeito, mas é porque a comunidade, o município já tomou para si essa questão do Spaece, da importância do Spaece, da avaliação, do ICMS, da premiação, e, de certa forma, vai ter uma cobrança se o prefeito não tomar para si.



Não é só nem o prefeito, mas é porque a comunidade, o município já tomou para si essa questão do Spaece, da importância do Spaece, da avaliação, do ICMS, da premiação, e, de certa forma, vai ter uma cobrança se o prefeito não tomar para si.

.....

REGIME DE COLABORAÇÃO NO CEARÁ

Há uma conscientização de que a educação é prioridade, não só em discurso. Isso foi visto com a importância que o Paic e o Spaece ganharam nos municípios. Então há uma rede toda que se comunica, e essa rede hoje, ela faz cobrança, então se o gestor vai dizer que não, há uma certa cobrança de quem faz parte da educação, porque os professores, os alunos, a comunidade escolar acredita, por isso há esse regime de colaboração tão forte, independente de questões partidárias.

SPAECE NOS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Eu penso que nós precisamos fortalecer cada vez mais o Spaece, não deixar que outras questões entrem no meio, mas, pelo contrário, que ele realmente seja uma política, como ele já é, mas que continue sendo política de estado em toda a rede, tanto municipal como estadual, olhando para os resultados, olhando ainda, claro, para a premiação, mas especialmente para que a gente possa cada vez mais construir políticas voltadas para as nossas crianças e nossos jovens, que seja esse retrato que a gente tanto precisa, real, para que a gente possa construir uma política mais adequada, mais eficaz para as nossas crianças e jovens.

Inclusive [avaliar] outras disciplinas, para que a gente possa também agregar outras disciplinas ao Spaece, que a gente possa começar também a construir a importância das demais disciplinas para esse contexto.



Inclusive [avaliar] outras disciplinas, para que a gente possa também agregar outras disciplinas ao Spaece, que a gente possa começar também a construir a importância das demais disciplinas para esse contexto.

.....



Kelem Carla Santos de Freitas

TRAJETÓRIA NA SEDUC

Professora efetiva da rede, estive vinculada por onze anos a uma mesma unidade escolar, da qual fui professora, coordenadora de área, coordenadora escolar, por quatro anos, e, logo em seguida, diretora. No âmbito escolar, a minha relação com o Spaece se deu na perspectiva de planejamento de ações de preparações dos estudantes, no planejamento para as áreas do conhecimento de Ciências Humanas que pudessem apoiar os professores de Língua Portuguesa, e assim fizemos um trabalho muito interessante. Em 2019, eu fui convidada a assumir a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento Escolar para Resultados de Aprendizagem, e continuo no cargo.

151

USOS DO SPAECE PELA SEDUC

A última aplicação do Spaece, por conta da pandemia, foi em 2019. Ele representa um instrumento de intervenções pedagógicas, porque, a partir da análise dos dados históricos do Spaece, nós conseguimos construir um perfil longitudinal do estudante. Então eu sei o perfil do estudante que ingressa no Ensino Médio. Conseguimos identificar as lacunas de aprendizagem que foram deixadas à medida que ele conclui o Ensino Fundamental. Isso nos permite gerar uma convenção mais direta. Um exemplo dessa intervenção foi o programa Foco na Aprendizagem, instituído em 2019, na perspectiva de apoiar, com uso de material estruturado, a formação de professores. Quando se analisa o aspecto político, olhamos para as premiações, as cooperações com os municípios, o rateio da cota-parte do ICMS, a premiação das escolas que com melhor desenvolvimento a partir da lei Aprender Pra Valer, que são outros fatores vinculados à implementação de políticas públicas que o Spaece traz como uma ferramenta de análise e intervenção.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

As escolas recebem os resultados em dois modelos. Um deles está estabelecido no contrato da empresa que ganha o certame. São divulgados os relatórios

individuais, publicados em site oficial da empresa, como também veiculado no site da Seduc, e as regionais recebem o resultado de suas escolas. Temos o seminário de apropriação de dados do Spaece, que ocorre anualmente e antecede o início do ano letivo, cujo principal objetivo é que a escola consiga ver o seu resultado e possa fazer um planejamento pedagógico com sua equipe durante a jornada pedagógica vendo a fotografia do ano anterior, para que possa ser mais eficiente no ano letivo seguinte.

São divulgados os relatórios individuais, publicados em site oficial da empresa, como também veiculado no site da Seduc, e as regionais recebem o resultado de suas escolas.

Um outro modelo é a apropriação mais direta, trabalho realizado via equipe de superintendência escolar. Nós temos acesso à base de dados dos resultados, e são gerados formulários pela equipe técnica da secretaria. Essa equipe está vinculada à coordenadoria da qual estou à frente. O superintendente escolar faz um diálogo direto com o diretor, apresentando os pontos fortes e os pontos que precisam ser otimizados na busca da aprendizagem.

A RECEPÇÃO DOS RESULTADOS PELAS ESCOLAS

O momento de diálogo do resultado individual das escolas é feito de forma particular, não temos evento para trazer esse resultado de maneira pública. Porque, quando falamos dos seminários de apropriação dos resultados, falamos de uma apresentação do resultado geral e subdividido por Crede e Sefor. O diálogo de apresentação de resultado escola a escola é feito via equipe de superintendência escolar, e é um diálogo direto entre o coordenador de Crede e Sefor, o seu superintendente e o seu diretor. Há muito cuidado com essa equipe técnica, principalmente no processo de formação, para que esse resultado seja visto como pontos de atenção, e não de forma discriminatória ou que cause ranqueamentos negativos, mas como indicação de pontos de atenção para entender todo o processo no qual está inserido, tanto que o processo de formação de professores ele está muito vinculado à análise desses resultados, por isso surgiu a perspectiva de foco na aprendizagem, para que possamos apoiar os professores de Língua Portuguesa e Matemática da rede.

A PREPARAÇÃO DAS ESCOLAS PARA O SPAECE

Temos um processo de mobilização e aplicação. Quando sai o calendário de aplicação do Spaece, são realizadas reuniões técnicas com as regionais, que, por sua vez, realizam o seu agrupamento de escolas. A escola cria um clima de mobilização para o teste, fazemos o Dia D, evento de mobilização, as escolas se preparam com um dia de lanche especial. Porque já foi inserido na rede essa cultura da avaliação externa. Nós estimulamos que as escolas realizem uma programação com o foco na aprendizagem, em que a cereja do bolo seja a aplicação do Spaece. Na metodologia da construção do ano letivo, utilizamos o Circuito

de Gestão na perspectiva do PDCA¹⁰, do projeto Jovem de Futuro, com foco em Língua Portuguesa e Matemática, com olhar para o protagonismo estudantil e para o fortalecimento das aprendizagens. Foi inserida, desde 2020, a perspectiva de fortalecimento e recuperação das aprendizagens na metodologia de trabalho. Então existe um planejamento prévio que a escola executa na sua jornada pedagógica, criando ações específicas que resistam em um plano, e elas buscam executá-las. Há uma definição das metas de IDE-Médio que faz parte da metodologia que trazemos como metodologia de gestão para resultados. Utiliza-se o Spaece como uma base de cálculo, como um dos indicadores de cálculo do IDE-Médio.

Foi inserida, desde 2020, a perspectiva de fortalecimento e recuperação das aprendizagens na metodologia de trabalho. Então existe um planejamento prévio que a escola executa na sua jornada pedagógica, criando ações específicas que resistam em um plano, e elas buscam executá-las.

.....

A AVALIAÇÃO NO ORGANOGRAMA DA SEDUC

O processo avaliativo, na Seduc está vinculado à Coave. Quando foi criada a arquitetura para gestão a partir de 2019, houve uma desvinculação da superintendência escolar, que estava lá na coordenadoria de gestão escolar, e surgiu a coordenadoria de avaliação como uma coordenadoria foco em que estaria vinculado o acompanhamento à escola. Nessa, há a célula de dados educacionais e de avaliação, e serve como motor de inspiração, de diálogo, para que a equipe da superintendência faça o acompanhamento das escolas. A superintendência tem o objetivo de apoiar o trabalho executado pela escola levando informação. Ela leva as informações com relação à frequência, rendimento e processo formativo do professor, que são dados retirados da sala de indicadores, assim como o olhar para os resultados de avaliação.

Os relatórios são construídos com a equipe técnica da avaliação de indicadores, mas quem leva esse relatório para dialogar com a escola, com a regional, com o teor pedagógico da análise desses dados, é a equipe da superintendência. Tendo a produção de dados pela avaliação e pelo censo escolar, esses dados são analisados pela equipe de indicadores, que gera relatórios, uma análise desses indicadores e relatórios com o teor pedagógico, para que se saia apenas de números, tabelas e gráficos e se ganhe uma estrutura de diálogo com a escola, para que o diretor e o coordenador pedagógico possam compreender que ele está no nível muito crítico, mas que, para ele crescer do muito crítico para o crítico, ele tem pontos que ele precisa trabalhar. E que pontos são esses? A superintendência faz as reflexões. É apenas aumentar a carga horária? Ou é preciso olhar o contexto em que a escola está inserida? Olhando para esse contexto, cria-se, além de um planejamento pedagógico, um planejamento de melhora de clima escolar, porque talvez seja esse o fator; ou o percentual de professores efetivos que tem naquela

.....

¹⁰ O PDCA surgiu nos Estados Unidos na década de 1920, criado pelo estatístico americano Walter Andrew Shewhart, e significa "Plan (planejar) Do (fazer), Check (checar ou avaliar) e Action (agir corretivamente)".

escola em relação aos professores temporários. O trabalho da superintendência passou a beber diretamente da fonte da coordenadoria, da equipe de avaliação e da equipe de dados.

Quando falamos de apoio às escolas, a equipe da superintendência o oferece às escolas estaduais, mas a nossa coordenadoria apoia todas as secretarias executivas. É o local de onde saem as informações tanto para a secretaria quanto para pesquisadores e instituições parceiras. Então servimos a equipe da Copem com os dados trabalhados no Spaece, assim também os dados vinculados aos municípios referentes ao Censo Escolar, então toda essa informação é trabalhada juntamente com essa célula.

Quando falamos de apoio às escolas, a equipe da superintendência o oferece às escolas estaduais, mas a nossa coordenadoria apoia todas as secretarias executivas. É o local de onde saem as informações tanto para a secretaria quanto para pesquisadores e instituições parceiras.

.....

Existe uma célula de estudo que tem como objetivos gerar estudos e intervenções a partir da análise dos dados. Quando fizemos o primeiro estudo do Spaece, nossa equipe, em 2019, gerou um estudo longitudinal, que acabou sendo inserido na rede priorizando o início do ano letivo.

OS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS DO SPAECE

Os questionários contextuais estão sendo utilizados principalmente no Ensino Médio. Fazemos uso de temas transversais, além da aplicação do teste, e o penúltimo foi para explicar e analisar o Professor Diretor de Turma. Eles trazem informações para além dos dados de níveis de proficiência, informações do contexto do estudante, do olhar para a escola, do perfil do diretor. É possível identificar o perfil da escola. Eles são importantes para agregar outras informações, além das cognitivas, aos resultados que as instituições produzem a partir da aplicação do Spaece.

AS POLÍTICAS DE INCENTIVO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

As ideias não diferem. Eu encaro como positivas as políticas de incentivo, quando se olha para as escolas estaduais e se percebe um estudante que está concluindo o Ensino Médio e tem a possibilidade de ingressar na universidade com seu equipamento próprio, fruto do seu trabalho, da sua dedicação, do seu estudo. Porque não se está apenas vinculando a aplicação do teste na lei Aprender Pra Valer. A lei é muito clara, ela estabelece como critério a avaliação final, mas também a evolução ao longo do ano letivo. Então acaba de fato premiando um grupo de estudantes que tem como premissa ou meta de vida ou que tem estabelecido para aquele ano letivo realmente aprender. Isso estimula, inclusive para os da série anterior. O diretor utiliza muito a questão do exemplo para gerar resultados, então isso é um aspecto positivo, principalmente quando se coloca um percentual para a escola.

Quando eu olho para nível de política pública, na perspectiva de ICMS que é repassada para os municípios, a gente vê de fato as ações políticas, as ações formativas, as intervenções que são realizadas nesses municípios. Eu vejo essa política como algo positivo, na perspectiva de mudar estruturas, de possibilitar o crescimento, melhorias físicas e estruturais em escolas, de mobilizar e de gerar engajamento em prol da educação. Para nós, que somos educadores natos, que gostamos de ver as coisas acontecendo, isso é uma possibilidade e gera mudança, tanto que a nossa coordenadoria recebe inúmeros estados para conhecer essa metodologia, e temos visto a disseminação dessa estrutura de contrapartida de ICMS a partir de resultados das avaliações externas. Acho que é a cereja de bolo essa virada de chave que tem promovido constância, independente de governo. A gente tem visto ano a ano a responsabilização da rede municipal naquilo que lhe compete, conforme a LDB, assumindo cada vez mais a educação infantil e Ensino Fundamental.

Quando eu olho para nível de política pública, na perspectiva de ICMS que é repassada para os municípios, a gente vê de fato as ações políticas, as ações formativas, as intervenções que são realizadas nesses municípios. Eu vejo essa política como algo positivo, na perspectiva de mudar estruturas, de possibilitar o crescimento, melhorias físicas e estruturais em escolas, de mobilizar e de gerar engajamento em prol da educação.

.....

CONTRIBUIÇÕES DO SPAECE AO PAIC

São processos complementares. O Spaece gera um ponto de partida e um ponto de chegada para o Paic. É um processo. Os dois estão juntos. Acho, inclusive, que ele serviu de inspiração para as ações do Ensino Médio. Temos um ponto de partida, que é um resultado, e um ponto de chegada, que é uma meta e que se resume também a um resultado, acho que são situações complementares. Eu não consigo ver, hoje, ao longo do processo, um desvinculado do outro. Porque a gente tem pontos de avaliação, e se analisa se deu certo ou se deu errado, a avaliação servindo como instrumento.

FOCO NA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO

Nós estamos tentando fazer um Paic do Ensino Médio, o programa Foco no Aprendizado, que utiliza o mesmo tripé, formação de professores, uso do material estruturado e a avaliação. Para a tomada de ponto de partida e de ponto de chegada, há a avaliação diagnóstica, que não leva incentivos fiscais para as escolas ou para municípios onde as escolas estaduais estão inseridas. A lei do Foco na Aprendizagem tem a perspectiva de gerar ações, premiações às escolas e aos estudantes por seu rendimento.

A AVALIAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A coordenadoria nunca trabalhou tanto, de uma maneira muito mais árdua, dentro de uma câmara escura, porque não sabíamos de fato como executar as nossas ações a distância, ações da prática pedagógica, de análise de dados educacionais, porque o censo escolar aconteceu de maneira diferenciada em 2020. A data de corte foi diferente para cada estado, verificando o calendário de interrupção das aulas presenciais. Nós não tivemos aplicação do Spaece em 2020, então tivemos algumas lacunas na nossa série histórica. No entanto, adaptamo-nos e criamos outras metodologias de trabalho. A avaliação diagnóstica normativa, dentro da perspectiva de Foco da Aprendizagem, foi intensificada, com os estudantes a realizando online, via sistema, e, nos dados educacionais, tivemos a construção de novas técnicas, juntamente com o MEC e MEP para gerar informações referentes ao ano de 2020, até porque a gente teve o parecer do Conselho de Educação que considerou os alunos aptos para promoção para o ano seguinte.

Com relação à aplicação do Spaece, como não ocorreu em 2020 e 2021, estamos a pleno vapor na mobilização para a aplicação do Saeb, para podermos fechar a nossa série histórica. Esta está sendo a nossa experiência de aplicação em pandemia, conseguindo mobilizar os nossos estudantes para que todo um esforço realizado nos últimos dois anos para a aplicação do teste, para que realmente aconteça e consigamos ver tudo que o estado realizou nesses dois anos. O “estado” que eu digo é a escola e o professor, a adaptação dos educadores às aulas remotas. O desafio que os estudantes tiveram de, sem acesso à internet, conseguir aprender ou capturar as informações, e tudo isso vai ser medido nessa avaliação externa de final de ciclo que é o Saeb 2021.

O FUTURO DO SPAECE

Acredito que vamos começar a caminhar, quem sabe, para um Spaece digital. Talvez, nos próximos trinta anos, tenhamos um sistema mais tecnológico, capturando informações para além de Língua Portuguesa e Matemática. Aprimorando os nossos questionários contextuais para além da construção do perfil do gestor, mas também capturando outras informações de perfil do estudante para que se possa compreender que o contexto gera intervenções em resultados pedagógicos, o contexto no qual a escola está vinculada, em que o professor está inserido, em que o aluno está recebendo essas informações, isso gera mudanças nos seus resultados. Quem sabe um Spaece mais processual na perspectiva de aplicações para além de final de processo, permitindo capturar informações de início de processo. A inclusão dos itinerários formativos do novo Ensino Médio pode gerar mudanças naquilo que a gente vai capturar de dado para gerar políticas educacionais mais eficientes, porque é essa a principal função do Spaece: identificar os pontos que precisam ser apoiados e ser efetivo nessa perspectiva.

Acredito que vamos começar a caminhar, quem sabe, para um Spaece digital. Talvez, nos próximos trinta anos, tenhamos um sistema mais tecnológico, capturando informações para além de Língua Portuguesa e Matemática.

.....

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Gonçalves Costa: Doutorando em Educação (PPGEdu-UFPE) e Mestre em Educação (PPGE-UECE). É Licenciado em História (Unilab) e em Pedagogia (Uninter) e Bacharel em Ciências Humanas (Unilab). Integra o Grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem (GPPEGA-UECE). Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). Seus interesses de pesquisa são: accountability e regulação educacional, sistemas de avaliação e federalismo e educação. E-mail: andersongoncalvescosta0@gmail.com

Eloisa Maia Vidal: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem (GPPEGA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, política educacional, gestão educacional e escolar, avaliação em larga escala, Ensino Médio e indicadores educacionais. E-mail: eloisamvidal@yahoo.com.br

REALIZAÇÃO:



APOIO:

